

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO - CTC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO**

**Delma Cristiane Morari**

**A PAISAGEM DA PRAIA DOS NAUFRAGADOS DA  
BARRA DO SUL, FLORIANÓPOLIS, SC  
SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS MORADORES.  
UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA.**

Florianópolis

2010



Delma Cristiane Morari

**A PAISAGEM DA PRAIA DOS NAUFRAGADOS DA  
BARRA DO SUL, FLORIANÓPOLIS, SC  
SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS MORADORES.  
UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA.**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade Federal de  
Santa Catarina como requisito parcial à  
obtenção do grau de mestre em  
Arquitetura e Urbanismo.  
Orientador: Prof. Dra. Margarita  
Barretto

Florianópolis

2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

M83lp Morari, Delma Cristiane

A paisagem da praia dos Naufragados da Barra do Sul,  
Florianópolis, SC segundo a percepção dos moradores. Uma  
abordagem etnográfica [dissertação] / Delma Cristiane  
Morari ; orientadora, Margarita Nilda Barreto Angeli. -  
Florianópolis, SC, 2009.

121 p.: il., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Paisagens - Naufragados, Praia de  
(SC). 3. Turismo - Naufragados, Praia de (SC). 4. Reservas  
naturais - Naufragados, Praia de (SC). 5. Naufragados,  
Praia de (SC) - Aspectos ambientais. I. Angeli, Margarita  
Nilda Barreto. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III.  
Título.

CDU 72

Delma Cristiane Morari

**A PAISAGEM DA PRAIA DOS NAUFRAGADOS DA  
BARRA DO SUL, FLORIANÓPOLIS, SC  
SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS MORADORES.  
UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 29 de junho de 2010.

---

Prof. Fernando Oscar Ruttkay Pereira, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca examinadora:**

---

Profa. Margarita Nilda Barretto Angeli, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Sônia Afonso, Dra  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Ayrton Portilho Bueno, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Yolanda Flores e Silva, Dra.  
Universidade do Vale do Itajaí

---

Profa. Alina Gonçalves Santiago, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico este trabalho aos meus pais.





## **AGRADECIMENTOS**

Dedico meus agradecimentos, de forma especial, a minha família, aos meus pais e minhas irmãs, por todo apoio.

A profa Margarita Barretto que contribuiu para minha evolução nesta pesquisa, pela confiança e pelo auxílio prestado durante as dificuldades encontradas na elaboração do presente trabalho.

Aos meus amigos e companheiros do PósARQ, pelo apoio de sempre.

Aos moradores a Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados (AMOPRAN), em especial ao Dennis dos Reis e ao Ademar, pela assessoria prestada durante esta pesquisa.

Aos professores membros da banca examinadora que se dispuseram a contribuir com esta pesquisa.

Agradeço a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para mais esta etapa, meu muito obrigada!



Quando planejamos, quando conservamos, quando desenhamos, quando gerenciamos e usamos tomamos decisões sábias para as paisagens, e especialmente para as regiões, manifestamos o pensamento sustentável e atuamos para as gerações futuras.

(FORMAN, 1995)



## RESUMO

MORARI, Delma Cristiane. **A paisagem da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC, segundo a percepção dos moradores.** Uma abordagem etnográfica. Florianópolis, 29 de junho de 2010. 146p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). UFSC, 2010.

Esta pesquisa visa identificar os atores sociais e grupos de interesse envolvidos direta ou indiretamente na transformação da paisagem da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC, o olhar de cada um sobre o espaço, as responsabilidades de cada um no processo assim como as relações entre eles. Justifica-se, do ponto de vista da sua utilidade social por avaliar os atuais problemas da comunidade com relação à paisagem e por tentar contribuir com subsídios para evitar maior degradação futura. Este trabalho está fundamentado nas teorias sobre preservação da paisagem, do patrimônio, e no conceito de partes interessadas (*stakeholders*). Parte-se de várias premissas elaboradas a partir de visitas a campo, assim como de observações de outros pesquisadores, dentre elas, que os moradores se esforçam por preservar o meio ambiente para garantir sua permanência e sobrevivência; que a falta de fiscalização do estado deixou o lugar livre para circulação, visitação desordenada e depredação do patrimônio e que existe a possibilidade de especulação imobiliária, visto que em Florianópolis vários bairros têm sofrido com a especulação do solo, e conseqüentemente com a destruição da paisagem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e dissertativa mediante estudo de caso, com o método de abordagem hipotético-dedutivo, que adotará os seguintes procedimentos metodológicos: bibliográfico-documental, visitas exploratórias, observação participante e não participante, e entrevistas.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Paisagem. Patrimônio. Partes interessadas. Turismo.



## ABSTRACT

MORARI, Delma Cristiane. **The landscape da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC, according to the perception of inhabitants.** An ethnographic approach. Florianópolis, June 29<sup>th</sup>, 2010. 146p. Dissertation (Graduate Program in Architecture and Urbanism). UFSC, 2010.

This research aims to identify the social actors and stakeholders directly or indirectly involved in changes in the landscape of Praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC, the different gazes over it, the responsibilities of each party in the process as well as the relationships between them. It is relevant, in terms of its social utility for assessing the current problems of the community in relation to landscape and try to help with subsidies to prevent further deterioration. This work is grounded in theories about preserving the landscape, heritage, and the concept of stakeholders. It is based upon various assumptions drawn from field trips, as well as observations of other researchers, among them, that residents strive to preserve the environment to ensure its permanence and survival, the lack of supervision of the state which left the place free for accupation, disordered visitation and depredation of heritage goods. There is also the possibility of land speculation, and consequently the destruction of the landscape. since in Florianópolis several neighborhoods have experienced the same, This is a qualitative, descriptive research and a case study based upon the method of hypothetical-deductive approach, which will adopt the following methodological steps: bibliographic and documentary research, exploratory visits, participant and non-participant observation, and interviews.

**Keywords:** Architecture. Landscape. Heritage. Stakeholders. Tourism.





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Área de abrangência do PEST.....	2
Figura 2. Localização da Praia dos Naufragados na Ilha de Santa Catarina.....	38
Figura 3. Acessos a Praia dos Naufragados da Barra Sul.....	39
Figura 4. Rio dos Naufragados.....	41
Figura 5. Complexo do Farol.....	46
Figura 6. (a) Famílias Da Matta e Espírito Santo.....	50
Figura 7. Família Espírito Santo.....	50
Figura 8. Chuveiro á gás, bateria e lequinho.....	52
Figura 9. Confeção de cestas e redes.....	54
Figura 10. Visitação da Bandeira do Divino.....	55
Figura 11. Casa do Exército: pichada, lixo e vista da praia.....	57
Figura 12. Planta Baixa da Casa do Exército.....	58
Figura 13. Casa do Exército.....	59
Figura 14. Forte Marechal Moura – canhões em ruínas.....	62
Figura 15. Farol dos Naufragados: janela fechada com tijolos e revestida com pastilhas.....	63
Figura 16. Mirante do Farol dos Naufragados.....	63
Figura 17. (a) Antiga cúpula do Farol (b) Farol dos Naufragados atual.....	64
Figura 18. Caminho do Farol dos Naufragados até a Praia dos Naufragados.....	66
Figura 19. Capela de São Pedro e a Casa Grande.....	68
Figura 20. Capela de São Pedro e a Casa Grande II.....	68
Figura 21. Oficina Lítica.....	70
Figura 22. Paisagem da Praia dos Naufragados.....	89
Figura 23. Restos das demolições.....	93
Figura 24. Lixo.....	94
Figura 25. Resíduos na natureza.....	95
Figura 26. Visitantes.....	99



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ALESC</b>	Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
<b>AL Notícias</b>	Jornal da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
<b>AMOPRAN</b>	Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados
<b>ANC</b>	Associação Náutica Corais
<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>APABF</b>	Área de Proteção Ambiental Baleia Franca
<b>APP</b>	Área de Proteção Permanente
<b>CECCA</b>	Centro de Estudos Cultura e Cidadania
<b>COMCAP</b>	Companhia Melhoramentos da Capital
<b>CONAPA BF</b>	Conselho Gestor da APA da Baleia Franca
<b>DC</b>	Diário Catarinense
<b>ELETROSUL</b>	Centrais Elétricas do Sul do Brasil
<b>FATMA</b>	Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
<b>FLORAM</b>	Fundação Municipal do Meio Ambiente
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IHGSC</b>	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>PEST</b>	Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
<b>RAM</b>	Reunión de Antropologia Del Mercosur
<b>SANTUR</b>	Santa Catarina Turismo S/A
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza
<b>SUSP</b>	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
<b>TELESC</b>	Telecomunicações de Santa Catarina
<b>TJSC</b>	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA.....	1
1.2 OBJETIVOS.....	5
1.2.1 Objetivo Geral.....	5
1.2.2 Objetivos Específicos.....	5
1.3 PROBLEMAS DE PESQUISA.....	6
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	6
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>9</b>
2.1 PAISAGEM.....	9
2.2 PAISAGEM CULTURAL.....	11
2.3 PERCEPÇÃO DA PAISAGEM.....	13
2.4 PAISAGEM E TURISMO.....	14
2.5 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	16
2.5.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial.....	18
2.6 PARTES INTERESSADAS (atores sociais, grupos de interesse ou <i>stakeholders</i> ).....	20
2.7 OUTSIDERS.....	21
2.8 ANTECEDENTES.....	23
<b>3. O LOCAL DE ESTUDO.....</b>	<b>26</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DA ILHA DE SANTA CATARINA....	26
3.1.1 Urbanização de Florianópolis.....	29
3.2 COMUNIDADE DA PRAIA DOS NAUFRAGADOS DA BARRA DO SUL .....	37
3.2.1 Acessos à Praia dos Naufragados da Barra do Sul.....	38
3.2.2 Histórico da Toponímia de Naufragados.....	42
3.2.3 Histórico do Conflito do Parque Versos Comunidade.....	43
3.2.4 Caracterização da Comunidade.....	49
3.2.5 Patrimônio Histórico.....	56
3.2.6 A Pesca.....	71
<b>4. RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS.</b>	<b>74</b>
4.1 ENTREVISTAS COM OS MORADORES.....	74
4.1.1 Comunidade e Patrimônio Histórico.....	74
4.1.2 Comunidade e Paisagem Cultural.....	77
4.1.3 A Visão dos Moradores sobre os Visitantes.....	82
4.1.4 A Paisagem e a Comunidade.....	87
4.2 ENTREVISTAS COM OS VISITANTES.....	95
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>

ANEXO A – Recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.....	115
ANEXO B – Matéria do Jornal DC de 1º de julho de 2009.....	116
ANEXO C – Levantamentos Aerofotogramétricos (1957-2007)....	117
ANEXO D – Mapeamento do Patrimônio Histórico.....	120
ANEXO E – Mapa Topográfico e Imobiliário.....	121

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA**

A Praia dos Naufragados da Barra do Sul está localizada no extremo Sul da Ilha de Santa Catarina, no Distrito do Ribeirão da Ilha, no município e cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Em 1977, foi anexada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST)<sup>1</sup>, Unidade de Proteção Integral, a partir do Decreto Estadual 2.335, não sendo permitida a ocupação da área por membros da comunidade. Abrangendo nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Maior área de conservação ambiental no estado catarinense, com 87.405 hectares, aproximadamente 1% de todo o território estadual (FATMA, 2003, p. 12). A extensão d Parque em relação ao Estado de Santa Catarina pode ser melhor compreendido no mapa abaixo.

---

<sup>1</sup> O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo governo de Santa Catarina através do decreto estadual 1.260, em 1975 (FATMA, 2003, p. 12).

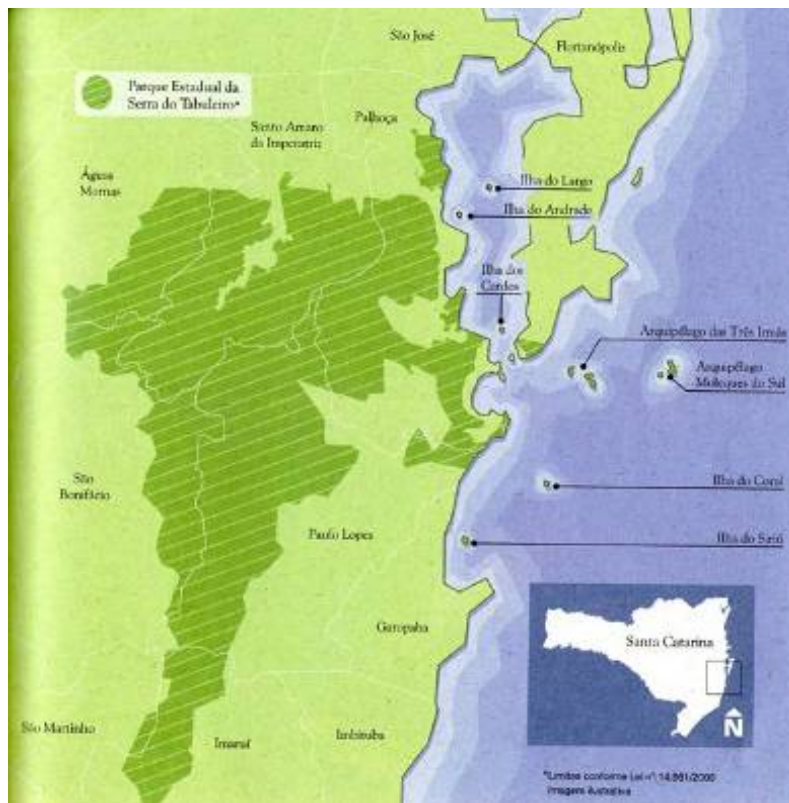


Figura 1. Área de abrangência do PEST  
Fonte: FATMA, 2009.

Desde então o Parque transformou-se em problema

político, jurídico e ambiental, com discursos de defesa e de ataque, estratégias de resistência por parte de alguns moradores do seu interior com vistas a manter suas habitações na UC. A situação tornou-se mais complexa ainda, pois, apesar de o decreto de criação do parque ser de 1975, até o momento (2008), não há indenizações aos diversos atores que ainda permanecem no interior da unidade, e o Estado parece não ter tomado as devidas providências, de imediato, para solucionar o problema. (FORTKAMP, 2008, p.19).



Atualmente na Praia dos Naufragados da Barra do Sul moram 33 famílias que, conforme seus depoimentos, sentem que estão proibidas de viver na própria casa, lutando pelo direito de permanecer na terra onde habitam e buscam ser reconhecidos como cidadãos e parceiros na fiscalização, gerenciamento e conservação dos ecossistemas da área da Praia dos Naufragados.

Pesquisas anteriores têm demonstrado que os moradores se esforçam para preservar o meio ambiente para garantir sua permanência e sobrevivência na Praia dos Naufragados da Barra do Sul (REIS, A., 2003; REIS D., 2004).

Pode-se detectar empiricamente, em visitas exploratórias a campo e entrevistas, que por se tratar de um dos poucos lugares preservados da Ilha de Santa Catarina, tem despertado o interesse dos empresários do ramo de investimentos imobiliários e afins.

É preocupante o crescimento acelerado, desordenado e sem planejamento do processo de urbanização turístico-imobiliário da Grande Florianópolis e da Ilha de Santa Catarina, o que tem provocado efeitos diversos na paisagem, que vão da invasão de áreas de preservação permanente ambiental (APP) a mudanças na dinâmica cultural. Assuntos estes elencados nos estudos realizados por: Lago, P. (1968, 1978); Lago, M. (1983, 1996); Rial (1988); Campos, N. (1991); Lins (1991); Ferreira (1992); Santos, C. (1993); Veiga (1993); Moretto Neto (1993, 2005); Schmeil (1994); Santiago (1995); Ouriques (1998); Fantin (2002); Reis, A. (2002), Campos, E. (2004) Silva (2006), Bueno (2006).

Um dos fatores relevantes desse crescimento é consequência da estratégia de *marketing* utilizada para comercialização do município enquanto destino turístico. Entre os *slogans* utilizados na comercialização, estão: Ilha da Magia, Capital Turística Internacional, Capital Turística do Mercosul, Santa e Bela Catarina, A Capital da Qualidade de Vida do Brasil.

A mídia massiva, e os discursos políticos despertaram o interesse de investimentos na região, ocasionando uma intensa procura por terras, e os manezinhos<sup>2</sup>, por sua vez, se iludiram com as vendas de suas terras, no intuito de melhorar de vida, resultando gradativamente no problema

---

<sup>2</sup> Florianópolis transformou algo que até bem recentemente era ofensivo (isto é, ser “mané” era sinônimo de ser “atrasado”, “bronco”) em uma forma de autovalorização. Duplo objetivo: ideologia de cunho político, que aparece geralmente em períodos eleitorais (isso apareceu fortemente em Florianópolis nas eleições para a prefeitura em 1992 e 2004); e, principalmente, transformação do “manezismo” em equivalente de uma “identidade açoriana”, vendida como atrativo turístico (OURIQUES, CAON, 2005).

da fragmentação do território em loteamentos irregulares e sem infraestrutura. Assim como pequenos sítios pesqueiros e agrícolas de subsistência transformados em espaços turísticos, conforme pesquisas de Campos N. (1991). O tema também é tratado no trabalho de Santos C. (1993), que trata da questão dos reflexos da urbanização turística, responsável pela influência no modo de viver das comunidades, em especial nos casos das Praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional situadas no Norte da Ilha de Santa Catarina.

O solo é um elemento relacionado diretamente ao turismo. O turismo impulsiona a valorização dos terrenos, e conseqüentemente a especulação imobiliária, influencia no processo de modificação de hábitos e costumes, mas também introduz novas práticas, como o aluguel de casas (LINS, 1991).

Essa urbanização turística gera novas paisagens e consome outras, conduz à transformação dos lugares através dos fluxos turísticos, por isso Luchiari (2000) propõe que se faça uma análise da atividade turística, vendo-a como um dos vetores mais importantes para associar o mundo ao lugar, o global ao local. Visto que os fluxos turísticos carregam os lugares para todos os lugares, funcionam como atores de transformação, não apenas de dominação dos lugares.

Em Naufragados, o problema parece estar latente entre moradores, visitantes e até em um site de divulgação local. Nas visitas de campo pode-se constatar, através das entrevistas realizadas e em conversas informais, a apreensão dos moradores e de alguns visitantes com a possibilidade de haver grandes investidores interessados em instalar-se no local, o que eles sintetizam na frase “transformar Naufragados numa Praia Brava ou Costão do Santinho”<sup>3</sup>.

Já o site de divulgação da Ilha é contundente ao afirmar que Naufragados é ainda protegido da especulação imobiliária.

Naufragados está localizado a 43 km do Centro de Florianópolis, **uma região ainda protegida contra a voraz especulação imobiliária**, oferecendo acesso em terra apenas por trilha. Trata-se de um convite para a imaginação de uma verdadeira jornada no tempo, resgatando imagens fragmentadas de como deveria ser a Ilha de Santa

---

<sup>3</sup> Praia Brava abrigava uma colônia de pescadores que foi substituída nos anos 80 por grandes empreendimentos, edificações de luxo, ou seja, e a especulação imobiliária tomou conta do espaço. Foram expulsos por sentirem-se acuados, com medo da violência, por não possuírem documentos e não saberem dos seus direitos.

Catarina há alguns bons anos. (GUIA FLORIPA, 2006, grifo nosso).

Todas estas apresentadas acima, somado a outras coisas, têm gerado em todos os países em que houve rápido crescimento do turismo a partir dos anos de 1970, especulação imobiliária e atraído empresários, investidores da construção civil, que transformam as paisagens naturais em paisagem de concreto, o que afeta a qualidade de vida da população local (BARRETTO, 2007).

Ao mesmo tempo, a transformação da paisagem e a consequente degradação ambiental constitui em problema econômico, uma vez que as belezas naturais são a matéria prima principal de sustentação do turismo de Florianópolis, e o turismo é um dos alicerces econômicos do município, explorando mais na porção insular (BUENO, 2006).

Partindo deste contexto acredita-se que este trabalho seja importante porque busca identificar quem são os atores sociais que interferem na transformação da paisagem da Praia dos Naufragados da Barra do Sul. Assim como responder o problema da pesquisa que se trata de saber qual é a percepção de residentes e visitantes sobre a paisagem?

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Registrar as diversas percepções sobre a paisagem (natural e cultural) da Praia dos Naufragados, por parte da população local.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Descrever a situação atual da Praia dos Naufragados da Barra do Sul
- 2) Identificar grupos de interesse entre moradores e *outsiders*.
- 3) Registrar a percepção da paisagem (natural e cultural) dos moradores.
- 4) Identificar os temores da população quanto à possível modificação da paisagem.

### 1.3. PROBLEMAS DE PESQUISA

1) Como os diferentes atores sociais dentro da população local percebem a paisagem (natural e cultural) da Praia dos Naufragados da Barra Sul?

2) Quais os temores que os atores sociais têm a respeito do futuro da paisagem da Praia dos Naufragados da Barra do Sul?

### 1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é exploratório. Trata-se de uma pesquisa descritiva e dissertativa apoiada por pesquisas bibliográficas, documentais, etnográficas, observações *in loco* e entrevistas. Foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa de campo foi baseada no método etnográfico os dados foram obtidos através de observações participantes e não participantes e, entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa qualitativa é a que melhor se adéqua a problemática proposta, pois busca os significados da vivência, experiência, cotidiano, valores, atitudes e hábitos. Conforme Dencker (2000) esta pesquisa caracteriza-se pela utilização de metodologias múltiplas. Portanto conclui-se que a pesquisa qualitativa proporcionou ao estudo melhores possibilidades de análise e conclusões mais satisfatórias.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e dissertativa com estudo de caso, sendo o objeto de estudo a comunidade da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, localizada no extremo sul da Ilha de Florianópolis. Esta localidade foi escolhida por ter uma paisagem que se destaca no cenário paisagístico de Florianópolis e, por ser um lugar onde a especulação imobiliária ainda não se instalou.

Os tipos de pesquisa utilizados foram: a pesquisa bibliográfica e documental; a bibliográfica tem a finalidade de pôr o pesquisador em contato com o que já foi publicado sobre o assunto em pauta e, a documental propicia a coleta de dados em materiais originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor, ou seja, fontes primárias.

Há ainda, o auxílio da pesquisa histórica que trata da investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado, para averiguar a sua influência na sociedade de hoje (LAKATOS; MARCONI, 1991).

A pesquisa empírica, também presente nesse estudo, é concebida e realizada com estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes

representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1987).

E, por fim, se tem a pesquisa de campo que é “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, para descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 186).

As técnicas de pesquisa de campo utilizadas foram: observação participante e não participante, registradas através de diário de campo, história oral, etnografia, entrevistas semi estruturadas realizadas com roteiro de entrevista junto aos moradores, e aplicação de formulários com visitantes. Estas entrevistas proporcionaram um contato mais direto com a realidade do lugar. As observações consistiram no registro dos dados mais relevantes através de anotações e registros eletrônicos com gravações e fotografias.

A técnica etnografia compreende o estudo, através da observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver, das rotinas, de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (MATTOS, 2001).

Percebeu-se nas visitas a campo que os moradores convivem com o temor de serem retirados do local devido aos processos judiciais do Ministério Público, por isso houve dificuldade de conseguir falar diretamente com os moradores, e para que concedessem as entrevistas foi necessária a mediação dos pesquisadores que antes atuaram no local e que exercem o papel de intelectual orgânico. Após a apresentação, sentiam-se mais tranquilos para responderem as questões, entretanto houve os mais desconfiados.

Ocorreu um episódio marcante, em que um senhor, que não era morador do local, mas estava apreensivo com a minha presença, começou a indagar, quem eu era, o que fazia o que estava fazendo no local. Também queria saber qual era o intuito do trabalho, dentre outras perguntas que realizou com tom agressivo, ressaltando que embora eu fosse educada, com voz mansa, ele não confiava em mim.

Cabe ressaltar que muitos faziam questão de compartilhar sua refeição, resultando na permanência longa na residência, e ao se despedir vinha o convite para retornar outras vezes e até de se hospedar na casa.

Totalizaram 17 entrevistas, realizada com 11 homens, 3 mulheres e 3 casais, foram realizadas nas residências, nos locais de trabalho,

dependendo da disponibilidade dos entrevistados, no período de março a maio de 2010.

As fontes documentais investigadas foram leis e decretos-lei e, fotografias, obtidos junto a arquivos públicos (IPUF, MP, ALESC, IBGE) e arquivos particulares.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros, teses, dissertações, relatórios, artigos, periódicos e reportagens relacionados ao tema abordado. Conceitos de paisagem, de paisagem cultural, de percepção, de turismo, de patrimônio cultural foram temas bastante discutidos, pois configuram a base para a análise desenvolvida por este estudo. Também foram pesquisados temas relacionados à paisagem e a urbanização de Florianópolis com destaque para Praia Naufragados da Barra do Sul.

Para a obtenção dos dados no local de estudos foi realizada pesquisa exploratória, que proporcionou um maior conhecimento sobre o problema estudado.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos, por meio da seguinte ordem:

Capítulo 1 - Introdução: apresenta a justificativa e relevância do tema, o objetivo geral e os problemas da pesquisa e procedimentos metodológicos.

Capítulo 2 – Referencial teórico:: abordou a revisão histórica e os conceitos que norteiam esta pesquisa, como: paisagem, percepção da paisagem, a paisagem e o turismo, patrimônio cultural, partes interessadas, outsiders e antecedentes.

Capítulo 3 – O local de estudo apresenta a caracterização e urbanização do município e da Ilha de Santa Catarina e a comunidade da Praia dos Naufragados da Barra do Sul objeto de estudo nesta pesquisa.

Capítulo 4 – Resultados das observações e entrevistas: foram relatadas as análises dos dados coletados entre os moradores e visitantes.

Capítulo 5 – Considerações finais: apresentou a síntese dos resultados relatados nestapesquisa, tendo como base os objetivos propostos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo principal deste estudo é saber qual é a percepção de residentes sobre a paisagem. Portanto a seguir serão abordados os conceitos de paisagem, paisagem cultural, (patrimônio cultural - patrimônio cultural material e imaterial), turismo, partes interessadas (atores sociais, grupos de interesse ou *stakeholders*), *outsiders* e trabalhos antecedentes.

### 2.1 PAISAGEM

O termo paisagem tem sido utilizado com diferentes significados em diferentes áreas do conhecimento tais como a ecologia, biologia, geologia, geografia, antropologia, sociologia, arquitetura e urbanismo. No entendimento de Cruz, R. (2002, p. 107) “apesar de revelarem formas diferenciadas de entendimento e aplicação do conceito, apontam para um certo consenso no sentido de compreender a paisagem como a porção visível do espaço geográfico.”

A palavra paisagem em português provem do francês, *paysage*, derivado do *pays*, que significa região, território, nação, pátria.

Conforme Ferreira (2005, p.603), paisagem é “um espaço de terreno que se abrange num lance de vista. Pintura, gravura ou desenho que representa uma paisagem”. Trata-se da percepção humana da paisagem. Esta percepção é única, diferente de acordo com cada indivíduo, pois cada pessoa pode escolher e reagir de diferentes maneiras, influenciada pelo sentimento, visão particular, profissão, origem, idade e cultura. O que torna a percepção essencial para o entendimento da paisagem.

A paisagem é formada por volumes, cores, luzes, temperaturas, odores, sons, movimentos, ou seja, é o conjunto de percepções visto através dos cinco sentidos, conforme visto em Santos M. (1997, p. 61), que se refere a paisagem como “tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança. Domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons”.

Hackett (1971, p.1, apud BUENO, 2006, p. 51) retrata a diversidade do termo paisagem afirmando que: “a palavra paisagem tem vários significados como a vista percebida por um observador ou o meio ambiente habitado pelo homem e outras formas de vida”.

A definição de paisagem é bastante antiga e prende a atenção dos arquitetos e urbanistas desde a origem das cidades da antiguidade

clássica. Benévolo (1972) descreve, analisando a arquitetura grega, que os gregos consideram a cidade parte de uma paisagem infinita, onde os edifícios eram inseridos livremente, sendo a natureza parte do panorama urbano envolvente.

Em 1925 Carl Sauer publica “A morfologia da paisagem”, que se tornou um dos pilares da discussão em torno das culturas na geografia e desde então a paisagem passa a ser referenciada não mais como apenas uma cena contemplada por um observador, mas como a percepção de diversas cenas individuais. Portanto a paisagem possui individualidade e ao mesmo tempo estabelece relações com outras paisagens.

[...] paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica. (SAUER, 1998, p. 23).

Cosgrove (1998, p. 98) analisa a paisagem baseada no seu simbolismo, para ele a paisagem é “uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”.

Segundo Alain Roger (1995 apud ALVES, 2003), que desenvolveu a teoria da artealização<sup>4</sup>, a paisagem é constituída por uma forma de representação da natureza que permite uma apreciação estética. Portanto, paisagem é igual à terra mais arte.

Roger relata, quanto a transformar a paisagem em um elemento estático, que esta associação está estritamente ligada à mistura de significados entre paisagem e meio ambiente, que são dois conceitos diferentes e entrelaçados. O termo meio ambiente é um conceito recente, de origem ecológica, tendo seu início em 1866, com a teoria de Haeckel, com análise científica. O conceito de paisagem apareceu pela primeira vez no século XV, na Holanda, para designar uma pintura, um conceito com procedência artística, e com análise estética.

De acordo com Santiago (1995) o termo paisagem agrega uma noção científica com a consolidação e o avanço dos estudos naturais

---

<sup>4</sup> É o significando uma leitura artística da natureza ou do meio ambiente, ou seja, produto de uma elaboração estética.



(biologia, geologia, hidrologia), passando gradativamente a ser relacionado com o ambiente como um todo, em visões que incorporam, ora de modo parcial, ora inter-relacionado-os, conceitos de disciplinas sociais (geografia, sociologia, antropologia, semiótica, urbanismo e arquitetura).

Além da polissemia do conceito de paisagem, existem tipos variados de paisagens, como: cultural, natural, ambiental, artificial, política, histórica, construída, sonora, urbana, geográfica, conforme a área de conhecimento.

O arquiteto-paisagista, Silvio Soares Macedo aborda o termo paisagem associado ao termo de ambiente.

Paisagem – a expressão morfológica em um determinado tempo, do processo constante da ação dos seres vivos sobre os diversos pontos do planeta associados ao movimento contínuo das diferentes estruturas geológicas e água. (MACEDO, 1993, p. 54).

Bertrand (1972) conceitua a paisagem ambiental como sendo uma determinada porção do espaço, fruto de uma combinação instável, dinâmica e dialética de elementos físicos, biológicos e antrópicos gerando um conjunto único e indissociável em contínua evolução. Forman e Godron (1986) escrevem sobre a estrutura da paisagem e sua dinâmica e para os autores a paisagem ambiental é o estudo das interações entre os aspectos temporais e espaciais da paisagem e seus componentes de flora, fauna, e culturais.

## 2.2 PAISAGEM CULTURAL

Claval (1999) afirma que a paisagem cultural é o resultado de um processo contínuo de recriação da natureza e da herança cultural construída por cada sociedade. O autor afirma que a paisagem é um modo de abordar problemas culturais, assim como antropológicos, sociais, simbólicos e estéticos.

Para Berque (1998) a paisagem cultural é o estudo das paisagens e das mediações pelas quais os grupos humanos asseguram sua posse sobre o espaço e submetem-se a sua influência recíproca. Ele compreende a paisagem como

uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. (BERQUE, 1998, p.84-85).

Na óptica de Sauer (1998) a paisagem cultural é modelada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. Dessa maneira percebe-se a cultura como o agente, a área natural como o meio e a paisagem cultural como o resultado deste processo.

A paisagem cultural emerge quando é conferido valor aos bens gerenciados pelo ser humano sobre o seu espaço e expressa a sua relação com o meio natural, mostrando as transformações temporais. Ou seja, é a interação entre fatores naturais e humanos.

A interação do homem e do ambiente natural resulta na criação da paisagem, um conjunto de características relacionadas entre si que conferem o diferencial de cada localidade. (NUNES, SANTIAGO e REBOLLO SQUERA, 2006, p.3).

Recentemente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>5</sup>, estabeleceu o conceito da Paisagem Cultural Brasileira, através da Portaria 127, de 30 de abril de 2009 publicado no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009, objetivando atender ao interesse público e cooperar na preservação do patrimônio cultural<sup>6</sup>. A chancela determina a Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores<sup>7</sup>.”

A paisagem cultural é ao mesmo tempo natural e cultural. É constituída por elementos que a colocam como portadora de diferentes

---

<sup>5</sup>O IPHAN é vinculado ao Ministério da Cultura, foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas, com o intuito de preservar o patrimônio cultural brasileiro. Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal>.

<sup>6</sup>Anteriormente o IPHAN utilizava o conceito “paisagem cultural” definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a Cultura (UNESCO).

<sup>7</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/>. Acesso em: jun. 2009.

valores, lhe conferindo interesse patrimonial, sendo que a noção de patrimônio está vinculada a três categorias: tempo, espaço e valor.

O valor da paisagem cultural decorre de sua função e de sua capacidade de reter marcas e registros antrópicos. O homem é um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Sob a ótica cultural, a leitura e compreensão da paisagem não se limita ao espaço. É também temporal. A paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico. Qualquer marca que o homem introduza na paisagem significa uma modificação para sempre, um novo significado, um diferente valor patrimonial. Técnicas materiais, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem. A paisagem é uma chave para a compreensão do passado, do presente e do futuro. (DELPHIM, 2004, p. 5).

### 2.3 PERCEPÇÃO DA PAISAGEM

Existem várias correntes de distintas áreas do conhecimento envolvidas na questão da concepção do espaço que não serão discutidas. Nessa pesquisa será utilizado o termo percepção de Merleau-Ponty.

A obra "Fenomenologia da Percepção", publicada em 1945, refere-se à concepção de Maurice Merleau-Ponty sobre a percepção, abordada como sinônimo de reflexão, ou seja, indo além da visão, pela organização reflexiva dos dados dos cinco sentidos. A fenomenologia da percepção tem a incumbência de resgatar a experiência de mundo, a visão de mundo, a realidade do mundo. Busca a percepção de um objeto na sua totalidade (MERLEAU-PONTY, 2006).

De acordo com a fenomenologia existe um conhecimento “inserido no ego e que este conhecimento é construído pela mente e não descoberto exclusivamente através da experiência.” (MAGALHÃES, 2001, p. 273).

A paisagem é percebida de forma diferente por cada profissional e por cada pessoa, como um paisagista, um arquiteto, um pescador, entretanto o significado de uma paisagem depende da como o observador a lê “como objeto sincreticamente ecológico, físico e cultural” (MAGALHÃES, 2001, p. 295).

Ao mesmo tempo, a paisagem pode ser interpretada por diversos ângulos, vinculada com a visão, Alves (2003) destaca três formas de análise de paisagem: estética, sensorial e sociológica. A estética possui o significado fundamental na aparência captada pelo conjunto de nossas percepções (cores, ritmos, contrastes, harmonias). A sensorial busca educar o olhar, mudar o olhar, aguçando a curiosidade, criando processo de conhecimento e reconhecimento da paisagem. Por sua vez a sociologia da paisagem visa o aspecto cultural da paisagem, no sentido de como é: produzida, pensada, transformada e julgada.

## 2.4 PAISAGEM E TURISMO

A paisagem está sempre em processo de transformação e o turismo é um dos causadores destas alterações. Parte da experiência turística se constrói fundamentada na atração da paisagem e no desejo de viajar. Constantemente busca atrair, seduzir e criar desejos nos turistas, e neste jogo de sedução a paisagem é fundamental. Ou seja, “o turismo sempre tem recorrido à paisagem como meio de promover seus destinos” (SANTOS SOLLA, 2008, p 202). Entretanto, o autor ressalta que nem todas as paisagens são adequadas para a promoção turística.

Alves (2003) argumenta que a paisagem na atividade turística aparece como o grande argumento publicitário,

paisagens fotografadas, filmadas, pintadas, ou ainda paisagens descritas. As pessoas procuram ver aquilo que foi visto, ver aquela paisagem descrita por um amigo, ou vista na publicidade da agência de viagem, seja ela de praia, de montanhas, de vale ou ainda de cachoeira. (ALVES, 2003, p.50).

Partindo da premissa de que a paisagem é um agente motivador para viajar, Pires (2002, p. 162) diz que se a razão do turismo existir é “o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial.”

Durante o Renascimento Europeu surge o desejo de explorar, de descobrir, de aprender, de adquirir cultura, desperta o gosto pela arte e arquitetura, e para contemplar esta paisagem era necessário deslocar-se. Este processo de deslocamento foi denominado *Grand Tour*, viagens

culturais, motivadas por estudos e experiências (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002).

*Grand tourist*, conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto exacerbado por ruínas que se beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para **contemplar paisagens** com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes. (SALGUEIRO, 2002, p. 291, grifo nosso).

Para Urry (1996) na sociedade contemporânea o consumo turístico é predominantemente visual e classifica o olhar do turista em duas formas: o olhar romântico – com ênfase na solidão, na privacidade, na beleza natural intocada – e o olhar coletivo – presença de um grande número de pessoas, necessidade de compartilhar experiências.

Luchiari (2000) explica que o “olhar moderno voltou-se para as paisagens turísticas”, valorizando assim este sentido, que já havia sido esquecido, devido ao ritmo acelerado do estilo de vida do homem que passa pelas paisagens, mas não as enxerga. Decorrente do dia a dia tumultuado dividido entre trabalho, família, estudo, congestionamento no trânsito, além dos vários estímulos visuais, como placas, cartazes, *outdoors*, muda o sentido olhar, “olha e não vê”. O que Simmel, chama de “atitude *blasé*”. Termo que utilizou em 1903 ao analisar os estilos de vida na cidade grande, onde os habitantes encontram-se rodeados por muitos estímulos ocasionando um esgotamento dos sentidos, não conseguindo “reagir aos novos estímulos com a mesma energia que lhes seja adequada” (SIMMEL, 2005, p. 581).

Para a autora Luchiari o “olhar do turista contemporâneo conduziu o imaginário coletivo a revalorizar a natureza, a cultura e mesmo o simulacro que, queiramos ou não, é natureza e cultura construídas socialmente” (LUCHIARI, 2000, p. 111), o que seria um ponto positivo ocasionado pelo turismo, já que as paisagens são construídas socialmente por isso não desaparecem, mas sim se transformam. Na mesma visão sobre o conceito de paisagem Sharon Zukin (2000) afirma que

[...] a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre **socialmente construída**: é

edificada em torno de instituições sociais dominantes (a Igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições. (ZUKIN, 2000, p.84, grifo nosso).

Como se percebe a paisagem é ao mesmo tempo natural, cultural e socialmente construída.

Reafirmando o dito anteriormente, uma mesma paisagem “pode assumir significados diversos mediante a sua apreensão por distintos interesses de abordagem e de enfoque” (PIRES, 2003, p. 236), depende da maneira que cada um a vê, a sente, criando sensações de atração, repulsão, curiosidade ou indiferença.

Figueiredo e Manhi (2006, p. 157) consideram o turista o principal valorizador da paisagem, visto que no turismo a paisagem é principalmente visual e perceptível<sup>8</sup>, “no sentido em que é possível se preocupar ao mesmo tempo com a estrutura de uma unidade de paisagem, suas linhas e formas, e como ela é percebida pelo homem.”

Portanto, o interesse turístico sobre a paisagem é atribuído aos “valores perceptivos e culturais subjetivos derivados da sua percepção, tais como sensação de mistério, de aventura, interesse cultural e histórico e atração visual” (PIRES, 2003, p. 23).

## 2.5 PATRIMÔNIO CULTURAL

Atualmente as temáticas sobre patrimônio apresentam uma grande diversidade de assuntos que compreendem

desde estudos referentes à conservação da memória, à revisão da história colonial, ao turismo como prática identitária e mercadológica, aos temas tradicionais do patrimônio na cidade acrescidos pelos processos atuais de gentrificação, e ao campo do patrimônio natural, entre outros. (CASTELLS, 2008, p. 42).

---

<sup>8</sup> Visto que as escalas de percepção dividem-se em: visual e sensorial, segundo Pierre Donadieu (apud ALVES, 2003, p. 52). Sendo a visual a do olhar de grande alcance, intangível, e quando atingido, a paisagem desaparece e surge o lugar. A escala sensorial é aquela da proximidade imediata, acessível, permite a globalidade do olhar.

Etimologicamente, conforme Barretto (2007, p. 110), o termo patrimônio “provém do latim, *patrimonium* (*pater*= pai e *monium*= valor reconhecido), e refere-se aos bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos”. O Patrimônio pode ser natural ou cultural. O patrimônio cultural, por sua vez, divide-se em bens materiais e bens imateriais. Assim como a definição de cultura foi se expandindo, conseqüentemente o conceito de patrimônio cultural consentindo diversidade de subtipos.

A autora ressalta também que “durante muito tempo entendeu-se que patrimônio cultural era sinônimo de obras de arte, mais especificamente as artes que transcorrem no espaço: pintura, escultura, arquitetura” (BARRETTO, 2007, p. 110), o que já não é mais desta forma.

O significado de patrimônio cultural é muito amplo, também segundo Pellegrini Filho (1999). Conforme o autor, o conceito abrange:

[...] produtos do sentir, do pensar e do agir humanos – inscrições de povos pré-históricos [...], sítios arqueológicos e objetos neles pesquisados, esculturas, pinturas, textos escritos [...], variadas peças de valor etnológico, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos de sentido artístico ou científico, peças significativas para o estudo da ergologia de um povo ou de uma época, e assim por diante; tudo somado no que se pode denominar o meio ambiente artificial. (PELLEGRINI FILHO, 1999, p.92).

No que diz respeito ao Brasil, a preocupação em proteger o patrimônio cultural nacional iniciou no início do século XX, em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 30 de novembro do mesmo ano, foi “promulgado o Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, onde se apresenta a primeira definição oficial dos bens que constituem o patrimônio cultural do Brasil” (GODOY; RABELO, 2008, p. 23).

Art.1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu

excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Apenas em 1988 cria-se um novo sentido ao patrimônio cultural através da Constituição Federal Brasileira reconhece através do artigo 216, que o Patrimônio Cultural Brasileiro é constituído por:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

### 2.5.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Em 2003, através da Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial<sup>9</sup>: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) adotou a diferenciação entre patrimônio material e patrimônio imaterial, ou tangível e intangível. Anteriormente, em vez do conceito de patrimônio cultural imaterial utilizava-se a categoria cultura tradicional e popular, empregado em 1989 (ROTMAN; CASTELLS, 2007).

Quanto a essa separação do patrimônio cultural em tangível e intangível, é considerada ilógica por Santana (2009). Ele faz uma analogia como se fosse o corpo e o espírito,

referindo-se tais entidades à distância, separadas de seu contexto, seus atores e atividades, como

---

<sup>9</sup>Aprovada na 32ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 32ª sessão, ocorrida em Paris no período de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003.



suas anomalias e irregularidades. Os indivíduos sempre interagem em meios complexos, nos quais seus componentes, materiais ou não, tangíveis ou não, são intermediados pela cultura a partir da qual aquele indivíduo percebe e se relaciona. (SANTANA, 2009, p. 120-121)

No que se refere a Patrimônio Cultural Material, Luca (2007) divide em bens móveis e imóveis, conforme a classificação do IPHAN. Os bens móveis abrangem esculturas, pinturas, livros, mobília, objetos. Os bens imóveis compreendem as edificações, bem como seu entorno, ou seja, os conjuntos urbanos, paisagísticos, sítios arqueológicos, centros históricos (LUCA, 2007, p. 22).

Exemplos de bens tombados pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Material: Casa de Chico Mendes (AC); Centro Histórico de João Pessoa (PB); Edifício da Bolsa de Café de Santos (SP); Elevador Lacerda em Salvador (BA), Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (CE).

Segundo definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2003, com a aprovação da Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial<sup>10</sup> Patrimônio Cultural Imaterial refere-se

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.(UNESCO, 2003).

Alguns exemplos de bens do Patrimônio Cultural Imaterial, registrados no Brasil pelo IPHAN são: Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira; Tambor de Crioula; Frevo; Feira de Caruaru; Ofício das Baianas de Acarajé; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Modo de Fazer Viola-de-Cocho<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Aprovada na 32ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 32ª sessão, ocorrida em Paris no período de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003.

<sup>11</sup> A lista completa dos bens do patrimônio material e imaterial brasileiro registrados pelo IPHAN pode ser consultada em <http://portal.iphan.gov.br>

Somente com a preservação, mesmo que alterada, da arquitetura, monumentos, hábitos e costumes populares será possível transmitir às futuras gerações o passado histórico e a diversidade cultural da humanidade.

Recentemente, o turismo tem sido um aliado na preservação em áreas históricas ou naturais. Embora muitas vezes a única finalidade é atrair os turistas, tanto o turismo quanto o patrimônio, acabam sendo beneficiados. Assim tem sido conquistado o apoio dos que “se dedicam à preservação do patrimônio, como antropólogos, historiadores e arquitetos, que viram que a utilização para fins turísticos pode apontar o capital necessário para restaurar e manter os bens tombados” (BARRETTO, 2007, p. 36).

## 2.6 PARTES INTERESSADAS (ATORES SOCIAIS, GRUPOS DE INTERESSE OU *STAKEHOLDERS*)

No processo de construção desta pesquisa é fundamental abordar o conceito de partes interessadas, desde que há pessoas em interesses diversos na paisagem da Praia dos Naufragados. Também serão adotados seus sinônimos: atores sociais, grupos de interesse e *stakeholders*.

Pioneiro em escrever sobre a teoria das partes interessadas, Freeman (1984 apud SAUTTER e LEISEN, 1999), sustenta que toda a organização se caracteriza por suas relações com diversos grupos e indivíduos (clientes, fornecedores, administração pública, membros da comunidade).

Chama-se de partes interessadas a “qualquer grupo ou indivíduo que pode influenciar ou que pode ser influenciado pela consecução dos objetivos da organização” (FREEMAN, 1984, p. 46 apud SAUTTER; LEISEN, 1999, p.103, tradução nossa)

Segundo Donaldson e Preston existem dois conceitos fundamentais:

[Primeiro] as partes interessadas são pessoas e grupos com interesses legítimos em aspectos formais e materiais da atividade empresarial. Se a organização mostra um interesse funcional recíproco, estas partes são identificadas em função da natureza de seu interesse. [Segundo] o interesse de todos os interessados tem um valor intrínseco. Isto significa que cada grupo de interesse merece

consideração por si mesmo e não somente por sua capacidade para promover os interesses de algum outro grupo, como poderia ser o acionista. (DONALDON; PRESTON, 1995, p. 67 apud SAUTTER; LEISEN, 1999, p.103, tradução nossa).

Neste trabalho será usado o termo em inglês *stakeholders* que se refere às pessoas ou grupos envolvidos nos interesses de um negócio ou de uma atividade no local estudado.

## 2.7 OUTSIDERS

O estudo de Elias e Scotson (2000) sobre os estabelecidos e os *outsiders*<sup>12</sup> é o resultado de uma pesquisa empírica, realizada no final da década de 1950 e início da de 1960, na pequena comunidade industrial inglesa de Winston Parva (nome fictício), focado na questão das imagens, das relações de poder e do problema da desigualdade social entre os grupos e os indivíduos que envolvem as sociedades.

A pesquisa explica as relações conflituosas entre dois grupos residenciais na cidade, que se diferenciam quanto ao tempo em que residem no local. O grupo dos estabelecidos, moradores mais antigos e dos *outsiders* os moradores novos. Os estabelecidos estabeleceram a distinção e o poder com base no critério de antiguidade.

Os estabelecidos atribuem aos seus membros características humanas superiores a fim de manter sua superioridade social e excluem todos os membros do outro grupo do contato social.

É reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.7)

Os *outsiders* estão fora dessa “boa sociedade”, referem-se aos indivíduos que estão excluídos do grupo considerado estabelecido, que são considerados inferiores, e ou ainda que não sejam tidos como

---

<sup>12</sup> Título original da obra em inglês *The established and the outsiders: a sociological enquiry into community problems*.

observadores das normas e regras impostas pelos estabelecidos. “Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7).

Para os autores as categorias estabelecidos (*established*) e *outsiders* são utilizadas com um binômio dialético de forma simultânea. A teoria sobre as relações entre estabelecidos e *outsiders* pode ser aplicada a uma série modelos de desigualdade humana: “nas relações entre classes, grupos étnicos, colonizadores e colonizados, homens e mulheres, pais e filhos, homossexuais e heterossexuais” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 13).

A partir do universo conceitual elencado, os significados mais adequados ao tema proposto que serão adotados nesta dissertação são:

1) A paisagem é ao mesmo tempo natural, cultural e socialmente construída. Sendo que uma mesma paisagem pode assumir significados diversos mediante a sua apreensão por distintos interesses de abordagem e de enfoque (LUCHIARI, 2000; ZUKIN, 2000; DELPHIM, 2004; NUNES, SANTIAGO e REBOLLO SQUERA, 2006).

2) Patrimônio Cultural, material e imaterial, ou seja, tangível e intangível. Considerando que comunidade é formada por grupos que têm interesses ou finalidades comuns, que buscam o mesmo ideal, que partilham o espaço físico, que tem alguma relação comum.

3) O conceito de percepção utilizado será o de Maurice Merleau-Ponty (2006), como sinônimo de reflexão, da visão de mundo, da experiência do mundo.

4) Será utilizado os termos partes interessadas (em inglês *stakeholders*) que se refere às pessoas ou grupos envolvidos nos interesses de um negócio ou de uma atividade no local estudado, conforme entendimento de Sautter e Leisen (1999). Também serão utilizados os termos grupos de interesse e atores sociais.

5) Na relação entre estabelecidos e os *outsiders*, os estabelecidos estabelecem a distinção e o poder com base no critério de antiguidade, e os *outsiders* (os novos) possuem menos poder conforme Elias e Scotson (2000). Neste caso de Naufragados, será considerado como estabelecidos os membros da comunidade, e como *outsiders* os visitantes (turistas, possíveis investidores e outros).

## 2.8 ANTECEDENTES

Foram encontrados vários trabalhos acadêmicos que constituem importantes antecedentes sobre o tema da pesquisa proposta e que indicam o estado da arte a respeito.

Primeiro, sobre o local de estudos foram desenvolvidos três trabalhos, são eles: Silveira (1992), Reis, A. (2003), Reis, D. (2004) e Fortkamp (2008). O primeiro é um trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais defendido do Francisco Carlos da Silveira, em 1992, que estuda o perfil dos ocupantes da Praia dos Naufragados e traz um levantamento histórico da Praia dos Naufragados.

A pesquisa de Reis, A. (2003) estuda a medição transdisciplinar de conflitos ambientais em unidades de conservação na Praia dos Naufragados. Entre suas constatações de relevância para este trabalho, encontra-se o registro histórico da degradação ambiental que, aliada ao conflito social deflagrado pela forma instrumental da utilização do mandato pelas instituições ligadas à questão ambiental, acabou desembocando no grave conflito ambiental do estudo de caso proposto.

O trabalho de Reis, D. (2004), por sua vez, verifica a efetividade da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis na Comunidade da Praia dos Naufragados. Com a metodologia de imersão do tipo pesquisa-ação, através da participação do Fórum Agenda 21 Local, plenárias, reuniões da Comissão Executiva do Protocolo de Intenções. Entre os resultados, proporcionou o nivelamento de conhecimento entre os moradores, permitindo-os entender e discutir sua realidade perante seus anseios, e o engajamento participativo entre os mesmos, que resultou na confecção de texto único e compartilhado por consenso como a “Carta de Intenções<sup>13</sup>” do estudo de caso da Agenda 21 em Naufragados.

A dissertação de Fortkamp (2008) também está voltada para as questões dos conflitos sócios-ambientais e resistências ocorridas no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, entre os moradores e os órgãos públicos.

Segundo, na área social estes assuntos são tratados nos estudos de Lago, M. (1983, 1996), Rial (1988), Schmeil (1994), Fantin (2000), Oliveira (2003) e Silva (2006) que estudam o novo cenário social de Florianópolis envolvendo moradores, turistas e novos residentes.

---

<sup>13</sup> A Carta de Intenções foi uma proposta inicial de Termo de compromisso de ajuste de conduta, encaminhada ao ministério Público de Santa Catarina.

Lago, M. (1983) discute o impacto da urbanização na transformação de uma comunidade rural-pesqueira em balneário internacional, onde a especulação imobiliária levou ao abandono da atividade agrícola e a perda do acesso ao mar pelos pescadores, restando à população viver como assalariado, e muitos casos em condições de sub-emprego.

Rial (1988) por sua vez estuda as transformações sociais da comunidade da Lagoa da Conceição, decorrentes do processo do desenvolvimento urbano-turístico.

Schmeil (1994) estuda o turismo argentino em Canasvieiras, no verão de 1992. Especificamente, as representações dos turistas argentinos a respeito do Brasil, construídas principalmente pelos divulgadores turísticos e pela mídia.

Fantin (2000) retrata as transformações do perfil sócio-cultural da capital com a chegada de novos moradores. Isto aliado às mudanças no espaço urbano, com o crescimento do turismo e o impacto ambiental gerado por grandes obras.

Oliveira (2003) analisa os reflexos do turismo no Bairro do Campeche, destaca os aspectos polêmicos da percepção socioambiental, do desenvolvimento e da expansão do turismo, da dimensão da degradação ambiental e dos transtornos para os moradores.

Este crescimento urbano pode ser visto também nos estudos de Silva (2006) na Praia dos Ingleses. Esteve pesquisando de 1988 a 1990, e quando retornou em 1996, se surpreendeu. As residências dos nativos haviam se tornado edifícios, muitos hotéis, bares, restaurantes, asfalto, carros. O surpreendente era que os rostos que dirigiam os veículos não eram conhecidos e que cerca de 50% da população que vivia da pesca e da agricultura foi morar nos mangues. As comunidades artesanais e pesqueiras foram transformadas em assalariados.

Campos, N. (1991) chama a atenção para o parcelamento da terra, a fragmentação do território em loteamentos irregulares e sem infraestrutura, e para os pequenos sítios pesqueiros e agrícolas de subsistência que são transformados em espaços turísticos.

Em terceiro no campo da economia, Lins (1991), Moretto Neto (1993) e Ouriques (1998), estudam os aspectos econômicos provocados pela atividade turística e sua ligação com o ambiente e a sociedade, assim como as implicações ambientais ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento centrado essencialmente na racionalidade econômica.

E em quarto quanto ao crescimento urbano-turístico e aos impactos no ecossistema da Ilha destacam-se estudos de: Ferreira

(1992), Santos C. (1993), Santiago (1995), Cruz (1998), Reis A. (2002) Campos E. (2004) e Bueno (2006).

Ferreira (1992) foca na problemática dos impactos sócio-ambientais nos processos de desenvolvimento urbano-turístico acelerado em cidades litorâneas com vocação turística, como Florianópolis, mais especificamente no Projeto Jurerê Internacional, do Grupo Habitasul.

Santos, C. (1993) avalia o planejamento e a urbanização turística e seus reflexos no processo da urbanização nas Praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional, uma urbanização realizada através dos fenômenos do loteamento e da promoção imobiliária.. Santiago (1995) refere-se à transformação da paisagem da Ilha de Santa Catarina a partir da compatibilidade (ambiental e paisagística) das ocupações contemporâneas em relação aos ecossistemas naturais. Cruz (1998) trata da geomorfologia costeira e as ações humanas nas transformações das paisagens naturais.

Reis, A. (2002) analisa as alterações da estrutura sócio-espacial desse ecossistema rico e ao mesmo tempo frágil, a partir desse crescimento urbano e do desenvolvimento turístico. Bueno (2006) faz uma análise sobre o papel do território e da paisagem no desenvolvimento da atividade turística na região insular de Florianópolis, dando ênfase aos aspectos cênicos e ecológicos da paisagem, tanto no sistema físico quanto perceptivo, e as transformações provocadas pela atividade turística. O trabalho Campos E. (2004) discute o processo de expansão urbana, juntamente com o desenvolvimento imobiliário – a expansão imobiliária- e seus impactos ambientais.

Esta lista de estudos sobre a expansão urbana aliada ao turismo certamente poderia se estender, devido a abundante literatura sobre esta problemática. Mas essa dissertação limitar-se-á aos trabalhos acima apresentados, que atendem as aflições do tema proposto.

Os trabalhos acima descritos evidenciam o processo acelerado de urbanização de Florianópolis. Uma expansão urbano-turística na qual destaca-se o crescimento das áreas edificadas, relacionada com seus impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais.

### 3. O LOCAL DE ESTUDO

A Praia dos Naufragados da Barra do Sul está situada na Ilha de Santa Catarina, porção insular do município de Florianópolis, que cresce em ritmo acelerado, com a economia direcionada para o setor de serviços.

O processo de desenvolvimento econômico iniciou a partir da década de 60 consolidando-se na década de 70, com o crescimento urbano induzido principalmente pelo turismo, um turismo associado à formação de balneários e construção civil.

A abordagem do tema proposto exigiu uma breve caracterização do município de Florianópolis, sua urbanização, seguido da percepção da sua paisagem sob o viés perceptivo de alguns atores sociais ali presentes para chegar a caracterização da Praia dos Naufragados da Barra do Sul.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E DA ILHA DE SANTA CATARINA

Florianópolis<sup>14</sup> é a Capital do Estado de Santa Catarina, localizada na região sul do Brasil, mais especificamente no litoral centro-leste catarinense. Limita-se a oeste com o município de São José, e a leste com o Oceano Atlântico. Ocupa toda a Ilha de Santa Catarina (424,4 km<sup>2</sup>), que representa 97% do seu território, e uma pequena parte no continente fronteiriço (12,1 km<sup>2</sup>), com dois núcleos urbanos, compreendendo uma área total de 436,5 Km<sup>2</sup> (REIS, A., 2002).

A ilha é paralela ao litoral, de forma alongada no sentido norte – sul, 54 km na direção norte-sul e 18 km na direção leste-oeste, com uma orla marítima de 172 km com um contorno bastante acidentado, constituído por praias, baías, pontas e enseadas, situada entre os paralelos de 27°22' e 27°50' de latitude sul (CECCA, 1997) e entre os meridianos de 48°25' e 48°35' de longitude a oeste do Greenwich (CARUSO, 1990).

---

<sup>14</sup> A partir de 1º de outubro de 1894 (Lei nº 111, sancionada pelo governador Hercílio Pedro da Luz) a cidade de Nossa Senhora do Desterro passou a denominar-se Florianópolis, lembrando a Floriano Peixoto como vencedor da Revolução Federalista e consolidador da República. (PAULI, 1987; MEIRINHO, 1982, 1991).



Separada da parte continental pelas baías Norte e Sul, distante da linha da costa por até 5 km, com profundidades máximas de 11 metros, ligadas por um estreito (REIS, A., 2002).

A primeira tem seu canal de entrada entre o maciço costeiro da Armação da Piedade na parte continental e o Morro do forte na insular, e a segunda entre a Ponta dos Naufragados e o Tómbolo do Papagaio. Neste último canal de acesso, excepcionalmente, registraram-se profundidades até 30 m, as maiores verificadas em toda a região. (CECCA, 1997, p. 15).

O estreito tem cerca de 500 metros de largura e chega até 28 metros de profundidade, onde encontra-se um complexo de três pontes que fazem a ligação entre a ilha e o continente (REIS, A., 2002), a Ponte Hercílio Luz (1926), a Ponte Colombo Machado Salles (1975) e a Ponte Pedro Ivo Campos (1991). Todas com nome em homenagem a governadores de Santa Catarina.

Pela proximidade do continente, a forma geográfica da Ilha segue as mesmas características, podendo ser considerada como uma ilha continental. Visto que “guarda íntimas relações com o continente como paisagens físicas, histórica, cultural e social” (CRUZ, Olga, 1998, p.66-67). Seu relevo é constituído por duas unidades geológicas básicas, uma de cristalinos (formação antiga) e outra sedimentar (formação recente) (CARUSO, 1990). Conforme o Centro de Estudos Cultura e Cidadania essas formas de terrenos são “as elevações dos maciços rochosos, que compõem o embasamento cristalino, e as áreas planas de sedimentação, delineando, respectivamente, as denominadas *serras litorâneas* e *planícies costeiras*” (CECCA, 1997, p. 15).

Este maciço cristalino central<sup>15</sup> atravessa a Ilha de norte a sul, sendo dividido em duas partes pela planície do Campeche. Concentra suas maiores altitudes ao sul, chegando a atingir a altura máxima de 519 metros no Morro do Ribeirão. Estas elevações dividem as planícies costeiras e as bacias fluviais (CRUZ, Olga, 1998). Esta formação rochosa com declive e relevo acentuado impõe a Ilha restrições na ocupação humana.

---

<sup>15</sup> Leva esse nome pelo aspecto de crista, devido à sua posição alongada e ao acentuado declive das encostas. (CECCA, 1997, p. 15).

A formação geológica tornou favorável o desenvolvimento de variados ambientes e ecossistemas naturais, gerando paisagens diversificadas, como: praias, dunas, manguezais, restingas, lagoas, lagunas, rios, costões rochosos, Mata Atlântica, morros, baías, pequenas ilhas. Tal diversidade de ambientes oferece diferentes habitats para a flora, a fauna e o homem.

A cobertura vegetal pode ser caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa, mais conhecida como Mata Atlântica e pela Vegetação Litorânea, no caso a vegetação de praias, dunas, restingas, mangues (CECCA, 1997). Originalmente em torno de 380,7 km<sup>2</sup> (90%) do território da Ilha era coberto por vegetação original, assim distribuída: 74% por Floresta Ombrófila Densa e de Planície Quaternária, 9% por mangues, 7% por vegetação de praias, de dunas e de restingas, 6% por lagoas e 4% por dunas desnudas (CARUSO, 1990).

O Centro de Estudos Cultura e Cidadania destaca que esta grande variedade de ambientes proporciona

[...] uma grande diversidade de habitats para a fauna, a flora e o homem, é talvez a maior encontrada por unidade de área em todo o Estado de Santa Catarina. Dificilmente encontram-se florestas de encosta, matas de planície, matas de restinga, manguezais, banhados, estuários campos de dunas, lagoas e lagunas, de uma forma tão concentrada. (CECCA, 1997, p.74).

Esta diversidade dos ambientes costeiros proporciona a Florianópolis mais de cem praias, considerando a ilha e o continente, e compreende um arquipélago formado por aproximadamente 36 ilhas. Contudo, nos últimos trinta anos esse sistema costeiro tem se mostrado fragilizado, devido à expansão ocupacional, que tem causado impactos e colocado em risco este patrimônio natural, sobretudo pelo desenvolvimento do turismo de balneário. Como o ocorrido nas praias da Armação e Ingleses, onde a aceleração dos processos erosivos resultou no recuo da linha de costa (CECCA, 1997).

As primeiras transformações decorrentes da ocupação iniciaram com o desmatamento (com a chegada dos imigrantes açorianos) para a exploração agrícola, seguido pela utilização da madeira na construção civil e naval, como lenha (fonte de energia doméstica de engenhos, olarias, caieiras) e para a necessidade de espaço para a ocupação urbana (CARUSO, 1990, VEIGA, 1993, CECCA, 1997; REIS, A., 2002).

Urbanização esta, que segundo Almir Reis, sofre fortes influências do turismo aliado a formação dos balneários.

Estes ambientes vêm sendo sistematicamente modificados pelo homem, seja em consequência das práticas agrícolas e da exploração de lenha e madeira, iniciada com a colonização, seja com o ciclo econômico consolidado a partir dos anos 70, quando o turismo, associado a formação de balneários e à construção civil, tem levado a urbanização de extensas faixas do seu território. (REIS, A., 2002 p. 25).

A porção continental faz parte de uma região conurbada, com os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu - estruturada em torno da BR 101 (REIS, A., 2002), um centro urbano em expansão formando um único complexo econômico e social.

Florianópolis é formada por uma população basicamente urbana, conforme censo demográfico do IBGE (2000), dos 342.315 habitantes, 332.185 residiam em área urbana, o que representa 97,04%, e apenas 10.130 residiam em área rural..

A economia do município concentra-se no setor de terciário, sendo a única capital do Sul e Sudeste não industrializada (REIS, A., 2002), direcionada para a prestação de serviços, o comércio, o turismo e a construção civil.

### 3.1.1 Urbanização de Florianópolis

Florianópolis até meados dos anos 70 era descrita como uma cidade pacata e provinciana. Mas, nas últimas décadas a cidade passou por grandes mudanças, a olhos vistos, e por isso não pode ser mais descrita com estes adjetivos. No centro da cidade, casas e sobrados de arquitetura açoriana foram demolidos e substituídos por edifícios, verticalizando-o.

Nas encostas dos morros crescem favelas que dividem a paisagem com mansões e com casas bonitas das camadas médias. Novas pontes e avenidas, rodovias foram traçadas. Interior da Ilha, antes distante, ficou próximo, e antigos sítios e praias isoladas transformaram-se em balneários

desordenadamente ocupados. Para atender ao alto fluxo dos veículos e ao ímpeto da indústria turística foram feitos aterros, foram invadidos mangues, dunas, áreas de preservação permanente, provocando significativas mudanças no ecossistema insular. A pesca artesanal aos poucos foi sendo substituída pela indústria pesqueira e antigos pescadores vão em busca de novas ocupações. (FANTIN, 2000, p.16).

Pesquisadores acreditam que o modelo de turismo desenvolvido na cidade é um dos fatores que desencadeou essa nova configuração urbana. Além de alterar o modelo de cidade e o traçado urbano, também mexeu na forma de vida dos antigos moradores bem como o no perfil atual da população. “A cidade ‘pacata’ cedeu lugar a uma cidade ‘grande’, ‘agitada’ e modernizada”, que passou a ser conhecida nos anos 90 como ‘Capital Turística do Mercosul’ (FANTIN, 2000, p.16).

Essa evolução demográfica pode ser acompanhada nos censos do IBGE (2009), que nos últimos anos demonstra um crescimento acelerado da população de Florianópolis<sup>16</sup> e dos municípios conurbados. A população deste aglomerado urbano foi estimada, para 2009, em 797.180 habitantes (tabela 1).

Tabela 1: Evolução populacional do município de Florianópolis

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2009
46.771	67.630	97.827	138.337	187.880	255.390	342.315	396.723	408.161

Fonte: IBGE, censos demográficos (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000), contagem populacional (2007) e estimativa da população (2009).

Reis, A. (2002) referindo-se aos altos índices de crescimento concorda também que não se devem ao crescimento vegetativo, mas também os fluxos migratórios. Fluxos estes que

têm origem na zona rural do estado e a afluência de significativo contingente migratório de outros centros urbanos. A cidade tem sido o novo

<sup>16</sup> Florianópolis, embora seja a capital do Estado, não é sua maior cidade, é superada por Joinville, que segundo o censo do IBGE de 2000 estava com 429.604 habitantes e com uma estimativa para 2009 de 497.331 habitantes.

endereço de muitas famílias de classe média de outros estados do sul e do sudeste do país (em especial São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná), assim como da Argentina e do Uruguai, em função das possibilidades que coloca de uma vida próxima à natureza, com a garantia da existência, também, de serviços urbanos característicos de cidades de certo porte. (REIS, A., 2002, p. 93).

O movimento migratório oriundo dos grandes centros urbanos tem se tornado intenso no Brasil, as pessoas procuram alternativas de vida mais tranqüila, com menos violência, com custo de vida mais baixo. Isso foi visto no levantamento populacional realizado pelo IBGE, em 1996, que indicou o crescimento das cidades médias (entre 100.000 e 500.000 habitantes), sendo um dos fatores indicados o êxodo dos moradores das grandes metrópoles em busca de qualidade de vida.

Para Fantin (2000) esse processo de migração, que atrai famílias de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e cidades do interior de Santa Catarina é devido Florianópolis despertar vários desejos. Tais como:

viver com qualidade de vida, viver próximo da natureza – da praia e do campo – e ao mesmo tempo estar na cidade, usufruir das vicissitudes do urbano, de escolas para filhos, universidades, supermercados, lojas, eventos culturais. Opta-se pela natureza sem, contudo, abrir mão do urbano. (FANTIN, 2000. p. 16).

Assim pode se dizer que este processo de urbanização intenso e desordenado vem impulsionado, de um lado, pelo turismo juntamente com a idéia da capital brasileira com melhor qualidade de vida que a projetou no cenário nacional e internacional<sup>17</sup>. Com isso atraiu milhares de turistas, alguns dos quais transformaram-se em novos moradores, outros moradores a procura de trabalho e despertou o interesse de empreendedores do setor imobiliário, desencadeando uma urbanização turístico-imobiliária.

---

<sup>17</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - divulgado em setembro de 1998 no relatório oficial da ONU – coloca Florianópolis como a capital de melhor qualidade de vida. Levando-se em conta os fatores de longevidade, nível educacional e renda familiar.

No período de 1991-2000 Florianópolis teve uma taxa média geométrica de crescimento anual de 3,32%, uma taxa superior a média nacional (REIS, A., 2002). Estes fatores aliados a falta de planejamento e as limitações geográficas têm gerado efeitos diversos na paisagem florianopolitana, desde construções irregulares, trânsito congestionado, poluição nas praias, aumento da favelização, violência e narcotráfico nos morros até mudanças na dinâmica cultural.

Para entender processo de urbanização do território florianopolitano é preciso remeter-se a alguns aspectos históricos da ocupação humana, que apresenta as primeiras evidências há cerca de 5.000 atrás, com os povos de culturas *sambaquis*<sup>18</sup>.

No início do século XVI, a Ilha começa a ser ocupada por navegadores como porto estratégico na rota das expedições exploradoras, servindo como ponto de abrigo, descanso e reabastecimento de alimentos e de água para as embarcações que iam ao rumo do sul, ao Prata (MOSIMANN, 2002).

Por volta de 1628 e 1629 inicia a presença de bandeirantes com intenções de instalarem-se na Ilha, que é concretizada em 1673, com a instalação da empresa agrícola de Francisco Dias Velho, marco da origem do povoado. Por isso, Pauli (1991) afirma que Florianópolis é uma cidade de origem bandeirante e não açoriana. Em 1714, o povoado eleva-se a freguesia e passa se chamar Vila de Nossa Senhora do Desterro, momento este em que viviam 22 famílias na Ilha, e em 23 de março de 1726 ao *status* de município de Desterro. O desenvolvimento demográfico é influenciado com a chegada da Guarnição Militar em 1737 seguido pela criação da Capitania em 1738, que trouxe pessoas graduadas de fora da Ilha para exercerem cargos públicos (PAULI, 1987).

Em 1739 o Brigadeiro José da Silva Paes chega para administrar a Capitania e tomar conta da construção do sistema de defesa com fortalezas e se depara com “uma população que não chega a 300 habitantes em toda Ilha” (PEREIRA, 2008). Para isso “trouxe consigo auxiliares administrativos, ‘índios mansos’ para os trabalhos braçais e uma companhia de soldados vindos do Rio de Janeiro” (PIAZZA, 1991, p.54). Mesmo assim, sentiu a necessidade de mais gente para trabalhar na agricultura e fazer as guarnições das fortalezas. Daí solicitou a Coroa

---

<sup>18</sup> Palavra de origem guarani que significa monte de conchas. (CECAA, 1997, p. 31).

Portuguesa que lhe enviasse povoadores das ilhas dos Açores<sup>19</sup> e da Madeira, pois tinha o conhecimento da problemática que enfrentavam com o vulcanismo e a superpopulação (excedente populacional) aliada à falta de alimentos (PIAZZA, 1991).

Esta ocupação também esteve relacionada com a vontade portuguesa de conquistar o extremo sul do Brasil, garantir o controle territorial (HÜBNER, 1991). Naquele momento “a situação Cisplatina não estava definida e as fronteiras meridionais eram objeto de disputa entre Portugal e Espanha”, por isso Portugal apressou a ocupação do litoral e criou o sistema de defesa marítima (LAGO, P. 33, 1996). Em vista disso, em 1748 se instala a primeira colônia açoriana nas margens da Lagoa da Conceição, no interior da Ilha de Santa Catarina (PAULI, 1987, 1991; PIAZZA, 1991).

Esses colonos desenvolveram uma atividade agrícola de pequena propriedade, minifúndio, e plantavam para a subsistência, enquanto no restante do país era direcionado para produção de grande escala, latifúndios, para atender o comércio de exportação (LAGO, M. 1996).

No período de 1748 a 1756, ocorreu um “notável reforço no povoamento da costa catarinense, com a imigração açoriana, com reflexos sobre a vida social e política, religiosa e econômica” (PAULI, 1987, p. 171), e houve um acréscimo de em torno de 6.000 pessoas (PIAZZA, 1991). Piazza, em seus estudos sobre a migração açoriana, constatou que há divergência entre os historiadores, quanto ao número de açorianos chegados a Santa Catarina.

Campos destaca que “essa imigração açoriana deixou conseqüências culturais fortes, evidenciadas nas edificações, nas atividades cotidianas, na alimentação, nos traços físicos e até mesmo no comportamento do povo ilhéu” (CAMPOS, 2004, p. 74).

No ano de 1823, com uma população de 15.000 habitantes<sup>20</sup>, Desterro passou a ser capital da província de Santa Catarina, e começou a manifestar o desenvolvimento urbano abrangendo melhoria do porto e a construção de prédios públicos.

Após a proclamação da República ocorre à alteração do nome da capital de Nossa Senhora do Desterro para o atual. Período este em que a principal atividade econômica era o comércio, que dependia

<sup>19</sup> O Arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas: Ilha de Santa Maria (97 Km<sup>2</sup>), São Miguel (757 Km<sup>2</sup>), Terceira (402 Km<sup>2</sup>), São Jorge (246 Km<sup>2</sup>), Graciosa (62 Km<sup>2</sup>), Faial (173 Km<sup>2</sup>), Pico (447 Km<sup>2</sup>), Flores (143 Km<sup>2</sup>), e Corvo (17 Km<sup>2</sup>). (PIAZZA, 1991).

<sup>20</sup> Quando o município de Nossa Senhora do Desterro foi criando em 1726, seus limites territoriais eram ao sul com Laguna, ao norte com o rio Camboriú e no planalto com Lages (PAULI, 1987).

basicamente do seu porto, sendo o gênero alimentício o principal produto escoado (HÜBNER, 1991).

Ao entrar no século XX, o processo de desenvolvimento urbano de Florianópolis passa por transformações profundas. A construção civil passa a ser um dos principais suportes econômicos. Nesta época se constrói a primeira ligação rodoviária entre a ilha e o continente, a Ponte Hercílio Luz. Entretanto, os açorianos mantiveram seu modo de viver característico em suas freguesias até metade do século XX (LAGO, M., 1996).

Até o início dos anos 60 não havia uma integração estadual, Florianópolis era uma capital isolada dos estados da região sul e até das cidades do próprio estado, sua economia dependia basicamente das atividades portuárias, as estradas eram precárias e havia poucas linhas férreas (PELUSO JUNIOR, 1974; LAGO, M., 1996).

Essa realidade é alterada completamente a partir da década de 60, estimulada pela situação da economia do país, associada à industrialização e essencialmente à implantação do sistema rodoviário em escala nacional - quebrando o isolamento de Florianópolis - e firmando-a como “núcleo urbano voltado para a administração pública e o comércio” (FERREIRA, 1992, p. 82).

Essa função político-administrativa proporcionou condições para o seu desenvolvimento, imprimindo um ritmo mais dinâmico à capital a partir dos anos 70. Destaca-se a construção da BR-470, Rodovia Jorge Lacerda (que conectou a capital ao planalto catarinense), da BR-116, da BR-101 (que despertou a região para o turismo), a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a inauguração de uma nova ponte, a Ponte Colombo Salles, a ampliação nas instalações do Aeroporto Hercílio Luz, a instalação da sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), e das Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC) (LAGO, P., 1968; CARNEIRO, 1987; FLORES, 1997).

Esse cenário atraiu novos moradores e ocasionou transformações econômicas e sociais na capital e no litoral catarinense, conforme pode ser visto no relato de Flores, que diz que

a partir do *boom*, trazido pela implantação da universidade e da ELETROSUL, das estradas de ligação com o interior e outros Estados, da exploração do turismo, da onda ecológica que deslocou brasileiros de todas as partes do Brasil para a ‘linda e quase intocada Ilha de Santa



Catarina', o que vamos ver é uma transfiguração econômica e social não só de Florianópolis, mas, em boa parte, de todo o litoral catarinense. (FLORES, 1997, p. 64).

Com a melhoria do sistema viário<sup>21</sup>, as praias atraíram além dos turistas internos os externos, veranistas argentinos e uruguaaios, transformando a ilha em um “paraíso internacional”. Houve integração entre o território insular e o turismo nacional e do cone sul. Os visitantes foram chegando, muitos se fixaram como residentes ou realizaram investimentos, diretos ou indiretos, no setor de turismo (MORETTO NETO, 2005).

A partir da década de 70 a estrutura demográfica da capital altera-se radicalmente, devido a três fatores: o êxodo rural<sup>22</sup>, a imigração<sup>23</sup> e a intensificação do fluxo turístico - um turismo associado à formação de balneários e à construção civil. Conseqüentemente é neste período que inicia uma expansão imobiliária, um verdadeiro *boom* imobiliário, que se perpetua até os dias de hoje (CAMPOS, 2004), o que formou um tripé econômico: a comercialização imobiliária, a construção civil e o comércio de materiais de construção (LAGO, M. 1996).

A partir dos anos 80 o fenômeno turístico passou a assumir relevância e a consolidar-se como atividade econômica. Neste período passou a prevalecer uma certa unanimidade quanto a “vocação turística” da capital (Oliveira, C., 2003), gerando uma série de modificações estruturais na paisagem da orla marítima da Ilha a fim de promover a atividade turística. O turismo foi assumido, por alguns setores influentes como a “salvação de Florianópolis, evidenciada em vários discursos políticos” (OURIQUES, 1998). Para Almir Reis A. (2002) esses discursos correm devido a pouca diversidade das atividades econômica da capital, o que leva o turismo a ser tratado como a “grande vocação econômica da cidade”.

Pouco a pouco o cenário as comunidades pesqueiras e artesanais, baseadas na pequena produção mercantil, foram senso expropriadas e transformadas em trabalhadores assalariados

<sup>21</sup> O predomínio do desenvolvimento rodoviário influiu negativamente sobre o transporte marítimo, que nos dec nios anteriores a 1970, foram de fundamental importância para as economias regionais (São Francisco, Itajaí, Florianópolis, Imbituba e Laguna eram os principais portos marítimos deste período). (PELUSO, 1992).

<sup>22</sup> Conforme dados do IBGE em 1970 - 83,53% população era urbana.

<sup>23</sup> A procedência dos imigrantes na década de 70 era de 84, 31% do próprio Estado, 6,15% do Rio Grande do Sul, 3,45% do Paraná, 4,34% do Rio de Janeiro e 2,12% de São Paulo.

A expropriação se dá pela perda da possibilidade de uso e ocupação do solo, traduzida na fragmentação das propriedades, na venda dos terrenos que posteriormente serão utilizadas para veraneio, construção de edifícios residenciais, comerciais ou hoteleiros, de modo que, com o passar dos anos, em muitas comunidades ocorreu um rápido processo de perda das terras, com a consequente impossibilidade de ser mantida a pequena lavoura tradicional. (OURIQUES; CAON, 2005, p. 1).

Para estes autores em Florianópolis e em todo o Estado de Santa Catarina o turismo foi produzido a partir do resgate do passado, de praias, cidade linda (paisagem) e com poucos habitantes, a cultura local sendo transformada em mercadoria. O resgate das tradições ocorreu de forma inventada, isto é, uma “produção de espetáculos baseados na temática dos distintos grupos étnicos de colonização no Estado” (OURIQUES, CAON, 2005, p. 1).

As belezas naturais da Ilha de Santa Catarina, associadas a esse “resgate das tradições” são os principais justificativas para a expansão das atividades voltadas para o lazer e o turismo. Este aspecto da valorização e preservação da cultura açoriana mencionado por alguns pesquisadores foram secundários diante do consumo das praias, adverte Vaz (1991). Um marketing de venda de paisagens, ou seja, os atributos paisagísticos produzem valores. O marketing turístico se utilizou do jargão “Florianópolis, terra de sol e mar” (OURIQUES, 1998).

O crescimento acelerado da capital tem despertado a cobiça dos empresários do ramo imobiliário e turístico, pelas áreas verdes, áreas de preservação, com localização privilegiada. Muitos empresários ignoram o fato de ser área de preservação, constroem, pois acreditam que não sofrerão sanção. Exemplo de alguns grandes empreendimentos que já foram embargados pela Justiça Federal, quanto a lei ambiental: o Costão Golf, Vilas do Santinho, Shopping Iguatemi e Floripa, II Campanário Villagio Resort, posteriormente liberados.

A expansão de Florianópolis em sua grande parte é resultado de um crescimento espontâneo, o parcelamento simples, que se desenvolve aproveitando os caminhos coloniais e o parcelamento rural, formando um traçado urbano em espinha de peixe. O parcelamento ordenado, processo de crescimento de ordenação formal, ou seja, processos planejados, oficiais. Apesar da existência de legislação urbanística com

os Planos Diretores em 1954, em 1971, pouca importância se deu para o interior da Ilha priorizando o centro e a região continental. Somente em 1985 com o Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina, leva-se em consideração o crescimento do interior insular.

Este plano reconheceu a decadência das atividades tradicionais e a vocação turística da região, demarcou as áreas de proteção ambiental, estabeleceu limites de ocupação. Para consolidar tais limites e concentrar as áreas urbanizáveis, grandes extensões foram definidas como área de expansão rural [...] **levando à clandestinidade e facilitando os processos de especulação imobiliária.** (REIS, A., 2002, p. 188, grifo nosso).

Devido à limitação espacial, a ocupação desenfreada atinge as áreas de risco como: as encostas dos morros, os manguezais, as dunas.

O processo de transformação urbana da Ilha de Santa Catarina em duas fases:

A **formação do espaço colonial** que permaneceu com sua natureza provinciana até meados do século XX e o processo mais recente de **transformação urbano-turístico** decorrente da modernização das relações sócio-econômicas que aconteceu a partir dos anos 50 do século passado e com mais evidência a partir dos anos 70. (BUENO, 2009, informação verbal) <sup>24</sup>.

### 3.2 COMUNIDADE DA PRAIA DOS NAUFRAGADOS DA BARRA DO SUL

A Praia dos Naufragados da Barra do Sul faz parte da Área de Preservação Ambiental (APA) do Entorno Costeiro, localizada no extremo Sul da Ilha de Santa Catarina, no Distrito Ribeirão da Ilha, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Leva este nome devido às embarcações dos colonizadores que sofreram naufrágios na

---

<sup>24</sup> Palestra ministrada por Ayrton Portilho Bueno na Oficina temática O Sistema de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública em Florianópolis, em Florianópolis, em maio de 2009.

Boca da Barra do Sul. A Barra do Sul é composta por: Naufragados da Barra do Sul, Tapera da Barra do Sul e Caieira da Barra do Sul.



Figura 2. Localização da Praia dos Naufragados na Ilha de SC  
Fonte: Laboratório de Fotogrametria e Geoprocessamento da UFSC, 2009.

### 3.2.1 Acessos a Praia dos Naufragados da Barra do Sul

O acesso à Praia dos Naufragados da Barra do Sul tem certas peculiaridades. Chegando ao final da via rodoviária do sul da Ilha de Santa Catarina - Rodovia Baldicero Filomeno, no Bairro Caieira da Barra do Sul, distante a cerca de 40 quilômetros do centro de Florianópolis - existem três possibilidades de acesso a Praia dos Naufragados da Barra do Sul: por terra, por mar, e mista (mar e terra). Alguns socorros já foram feitos pelo ar, além das investidas da Polícia Estadual Ambiental.

A opção do trajeto misto pode ocorrer quando o mar agitado na Boca da Barra do Sul torna impossível a navegação. O embarque é feito na Caieira da Barra do Sul e o desembarque no antigo Porto do Forte Marechal Moura, chamado pelos moradores de Portinho (conhecido primeiramente como cais), que é mar de baía (mar de dentro), não passando da Boca da Barra do Sul, sendo o restante do percurso de 800 metros feito a pé, pelo Caminho do Farol até a Praia dos Naufragados da

Barra do Sul. Neste trajeto geralmente se avistam botos saltando nas ondas do mar e até mesmo aparições de baleias.



Figura 3. Acessos a Praia dos Naufragados da Barra do Sul

Fonte: Elaborado pelo INFOARQ25 a partir do Google Earth, 2009.

O trajeto por mar é realizado pela Associação Náutica Corais (ANC), formada por barqueiros da Caieira da Barra do Sul e de Naufragados da Barra do Sul. É composta por treze barqueiros, sendo destes, seis moradores da Praia dos Naufragados. A associação está buscando legalizar suas atividades dentro do marco do Plano Diretor do município de Florianópolis<sup>25</sup>.

O caminho<sup>27</sup> para a Praia dos Naufragados é rudimentar, com início íngreme. Possui solo argiloso e escorregadio. Em dias de chuvas se transforma em escorregador natural. Possui trechos irregulares, com vários tamanhos de pedras. É um terreno erodido, apresentando, em alguns trechos, valas profundas. Existem apenas vestígios de “valas de

<sup>25</sup> Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura.

<sup>26</sup> As quatro comunidades: Naufragados da Barra do Sul, Tapera da Barra do Sul, Caiacanga-Açu e Caieira da Barra do Sul formam o subnúcleo Barra do Sul no Distrito Ribeirão da Ilha, Regional Sul que constroem o novo Plano Diretor Participativo.

<sup>27</sup> O nome trilha não vem do vocabulário açoriano ou local. Esse termo surge 30 anos atrás, com o *motocross*. A comunidade adota o termo caminho.

contenção<sup>28</sup>, construídas no passado pela comunidade da Praia dos Naufragados da Barra do Sul.

O trajeto recebe manutenção dada pela comunidade. A erosão do caminho não pode ser evitada nem pode haver melhorias, pois desde que foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não é permitido o seu uso direto, mas somente uso indireto, ou seja, como espaço para educação ambiental, ecoturismo, recreação assistida na natureza e pesquisa científica. Este caminho é a principal ligação por terra entre a Praia dos Naufragados e a Caieira da Barra do Sul, e, no passado, quando em bom estado, por ali passavam animais, carros de bois, que transportavam alimentos, móveis, materiais de construção.

O percurso é feito em aproximadamente 50 minutos a pé e, em sua maior parte, pelo interior da Mata Atlântica, que é formada por vegetação nativa primária (ou mata virgem) e secundária (resultante de um processo natural de recuperação). A mata nativa secundária originou-se após o cultivo da agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, batata doce)<sup>29</sup> em uma parte considerável do território, no início e na metade do século XX, formando clareiras no meio da mata. Esse trajeto principal desemboca na praia, próximo ao Costão Leste.

A Praia dos Naufragados possui aproximadamente 950 metros de extensão - com características de praia semi-abrigada - em forma de meia lua, com costões rochosos ao leste e ao oeste. No Costão Oeste situa-se o Farol dos Naufragados e no Costão Leste os Brumidouros Rupestres/Oficina Lítica (REIS, A., 2003; REIS, D., 2004).

O Rio dos Naufragados desemboca no mar, é resultado de uma micro-bacia-hidrográfica que é formada pelas nascentes no alto dos morros (REIS, D., 2004). Dentre as espécies de peixes que vivem neste rio, encontra-se a caranha, cará, tainha, tanhota, tanhotinha, jundiá, siri e até pitu (camarão de água doce). Às águas do rio “são ricas e saturadas em ácidos húmicos, o que lhe concede uma tonalidade vermelho-ferrugem” (REIS, A., 2003, p.10).

---

<sup>28</sup>Valas de Contenção: possuem a finalidade de reter a terra, impedindo que as águas das chuvas a carreguem.

<sup>29</sup> Os açorianos cultivavam trigo, porém, no Brasil o trigo não se adaptou ao solo da ilha, e acabaram rendendo-se a mandioca, que era cultivado pelos índios que aqui viviam. O método indígena de fazer farinha de mandioca era rudimentar e lento, os açorianos conheciam a tecnologia dos moinhos de farinha de trigo e as adaptaram aos engenhos de farinha de mandioca.



Figura 4. Rio dos Naufragados  
 Fonte: Arquivo pessoal, 2010<sup>30</sup>.

A temperatura das águas do oceano juntamente com as correntes marítimas tornam favorável o aparecimento de baleias (Franca e Jubarte), de botos, de peixe cação, assim como mariscos, siris, enfim peixes de várias espécies dentre outros animais marinhos (REIS, A., 2003).

Na praia formam-se ondas fortes quando sopram ventos do quadrante sul, devido ao mar aberto, o que propicia a prática de surf.

Conforme Dennis Reis (2004) a paisagem da Praia dos Naufragados é formada por morros de altitude variada. A vegetação original predominante é a Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), típica de encostas com área de vegetação de restinga e costões. Nas planícies ocorrem remanescentes de vegetação de restinga (concepção Biológica e não Geomorfológica) sobre cordões arenosos e fragmentos de mangue e pântano no estuário, na desembocadura e margens do Rio Naufragados, alagado ora pela água doce da bacia hidrográfica ora pela água salgada do mar.

---

<sup>30</sup> Todas as fotos referenciadas como “arquivo pessoal, 2010” pertence ao arquivo de Delma Cristiane Morari

### 3.2.2 Histórico da Toponímia de Naufragados

A toponímia de "Naufragados" vem dos naufrágios históricos ocorridos no local. Mas, embora tenha ocorrido o naufrágio de uma das caravelas da expedição de Juan Dias de Solis, em abril de 1516, e de uma nau capitânia<sup>31</sup> da expedição de Caboto<sup>32</sup>, em 1526, que ao entrarem pela Baía Sul naufragaram na barra (não existem registros concretos desses naufrágios apenas relatos). Essa denominação se dá segundo Mosimann (2002) aos naufrágios de duas embarcações que conduziam cerca de 250 açorianos abordo rumo ao Rio Grande do Sul, em 1753, sendo que desses apenas 77 sobreviveram.

Várzea assim relatou o acontecido

[...] em 1753, sob um grande pampeiro do sul, naufragaram duas sumacas portuguesas que conduziam 250 colonos açorianos de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul. Destes infelizes só escaparam 77, os quais em parte ficaram na ilha, indo outra parte para a freguesia de Vila Nova (comarca de Laguna) e outra para o seu primeiro destino. Do sinistro proveio a denominação de Naufragados com que ficaram conhecidas até hoje. (VARZEA, 1985, p.91).

Varnhagen [19-] supõe, no entanto, que esse nome se deve ao naufrágio de D. Rodrigo de Acuña, da frota espanhola, que estava sob comando de almirante Fr. Garcia Jofre Loaysa, que partiu dia 24 de julho de 1525, com destino do Prata.

Atualmente os navegantes são orientados sobre os riscos da aproximação pela Barra do Sul (que delimita a Ilha de Santa Catarina do município de Palhoça), e são aconselhados:

---

<sup>31</sup> **Caravela** era uma embarcação de menor porte, com velas latinas, ou triangulares, própria para qualquer vento e ágil na missão de descobrir novas terras. No início dos aportamentos, no Porto dos Patos predominaram as caravelas de dois mastros e de menos de cem toneladas de capacidade e na segunda metade do século as de três mastros e de cem ou mais toneladas. A **nau** portuguesa era de maior porte, com velas quadradas, podendo atingir 800 toneladas de capacidade. Era um navio misto de guerra e transporte, com porões para carga, por isso mais bojuda que as caravelas. (MOSIMANN, 2002, p.17).

<sup>32</sup> Caboto perdeu a sua nau capitânia por uma sondagem mal feita da profundidade do canal de entrada ou por não aproar para o nordeste no momento de transpor a barra, aproximado-se demais dos rochedos da Ponta dos Naufragados ou de uma das ilhas ali existentes. (MOSIMANN, 2002, p.14).



Na aterragem, depois de passar a Ilha do Coral, atentar para a Ponta dos Naufragados. Para pegar o canal sul, deixar a ilha de Araçatuba por BB [bombordo – bordo esquerdo] e a ponta dos Naufragados por BE [boreste – bordo direito]. Na sequência, fazer rumo para a Ilha dos Cardos, para montá-la a BE. A visada seguinte deve ser o morro do Cedro, à noroeste. Seguir deixando por BE a Ilha do Largo; cuidado com a laje do Cação, um pouco antes da Ilha. (MOSIMANN, 2002, p 15).

Esse alerta também pode ser visto na carta náutica, nº 1904, da Marinha do Brasil que avisa: “A barra [Sul] não deve ser demandada sem perfeito conhecimento local”, imagina-se como eram as navegações no início século XVI, sem cartas náuticas e sem orientação (MOSIMANN, 2002).

Alfredo Reis (2003) salienta “que em dias de vento sul forte e grandes corredeiras nem as lanchas da Marinha do Brasil se atrevem a tentar a passagem por este canal, devido as grandes correntezas e as ondas que ultrapassam 05 metros acima do nível do mar” (REIS, A., 2003 p. 9).

### **3.2.3 Histórico do Conflito do Parque Versos Comunidade**

A Praia dos Naufragados da Barra do Sul foi anexada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1977 a partir do Decreto Estadual 2.335, não sendo permitida a ocupação da área por membros da comunidade por ser uma Unidade de Proteção Integral.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Unidades de Proteção Integral tem o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Pertencem a esse grupo as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (SNUC, 2000).

Nos primeiros 20 anos, após a criação do parque, nada se soube sobre sua existência, ficou abandonado, sem fiscalização, sem placas, sem a presença das instituições, e sem divulgação nos meios de comunicação.

De acordo com os depoimentos recolhidos entre os moradores locais da comunidade da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, em

1999 os moradores foram ameaçados de retirada e remoção forçada, por parte do Poder Público, por estarem vivendo na Unidade de Conservação de Proteção Integral. Em setembro do mesmo ano, órgãos ambientais em conjunto com a Polícia Ambiental e o Grupo de Operações Especiais (GOE), encapuzados e armados sem mandado judicial, demoliram 19 casas da comunidade (REIS, D., 2004).

Após este ato, alguns moradores foram embora por se sentirem acuados ou com pouco compromisso com o local, e os que ficaram engajaram-se pela luta de seus direitos individuais e coletivos. A partir daí começou um conflito entre Estado e moradores.

Iniciou-se um processo judicial junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, onde os moradores, através da já existente Associação de Moradores da Praia dos Naufragados (AMOPRAN), fundada em 02 de janeiro de 1986<sup>33</sup>, defenderam em 2000 a sua permanência, e buscaram condições de negociação e parceria com o Estado, através da implantação do processo da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, que propõe parceria entre o governo local, iniciativa privada e o terceiro setor. Embora ela seja de iniciativa governamental, somente é implantada com a participação e engajamento da sociedade organizada.

Partindo do modelo de implantação da Agenda 21 Local através de fóruns, conseguiram a aprovação de um Fórum Temático, que se realizou em 17 de maio de 2003, denominado Fórum Temático da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, que possuía o objetivo de discutir as ocupações na área da Praia de Naufragados. Para o acontecimento do mesmo sentiu-se a necessidade de realizar palestras de nivelamento entre os membros da comunidade, para que pudessem discutir sua realidade no Fórum Temático.

Durante o Fórum Temático da agenda 21 Local do Município de Florianópolis construiu-se a Carta de Intenções, com as manifestações dos anseios e escolhas da comunidade, como proposta inicial de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta com o Ministério Público. Porém, a promotoria indeferiu por julgar a proposta vaga e clara quanto a intenção de permanecer no local.

No início havia o impacto antrópico da população local sobre a natureza. A partir do momento em que chega o Estado inicia uma relação de conflito ambiental. Neste contexto é considerado o conflito ambiental a “degradação ambiental aliada ao conflito social” (REIS, A.,

---

<sup>33</sup> Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados (AMOPRAN) tem seu registro legal publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina Nº 13.194 do dia 29.04.1987.

2003, p. 18). Conforme pode ser visto no relato abaixo em relação à chegada do Estado na Praia dos Naufragados,

estabeleceu-se uma relação de conflito quando não houve reconhecimento por parte do Poder Público da legitimidade da existência da comunidade da Praia dos Naufragados. O não reconhecimento da comunidade levou em um primeiro momento a uma absolutização das posições. Imobilizou-se então entre tese absoluta e antítese também absoluta não havendo a superação dialética com a relativização do jogo de contraditórios. (REIS, D., 2004, p. 143).

Desde 1977, as pessoas que residiam na Praia dos Naufragados da Barra do Sul nunca foram ressarcidas, pelo Estado, da desapropriação. Nunca houve qualquer tipo de gestão ou gerenciamento da área desapropriada; ficou sendo cuidada apenas pela comunidade moradora dentro dos limites de seus saberes e possibilidades legais.

Vale ressaltar que em meados dos anos 80 a especulação imobiliária atinge a Praia da Pinheira, no município da Palhoça, localizado em frente da Ilha de Santa Catarina. Ocorreu um fato interessante relacionado à transformação da paisagem em mercadoria: a paisagem do complexo do Farol dos Naufragados foi utilizada como promotora de venda da Praia da Pinheira, conforme figura abaixo.

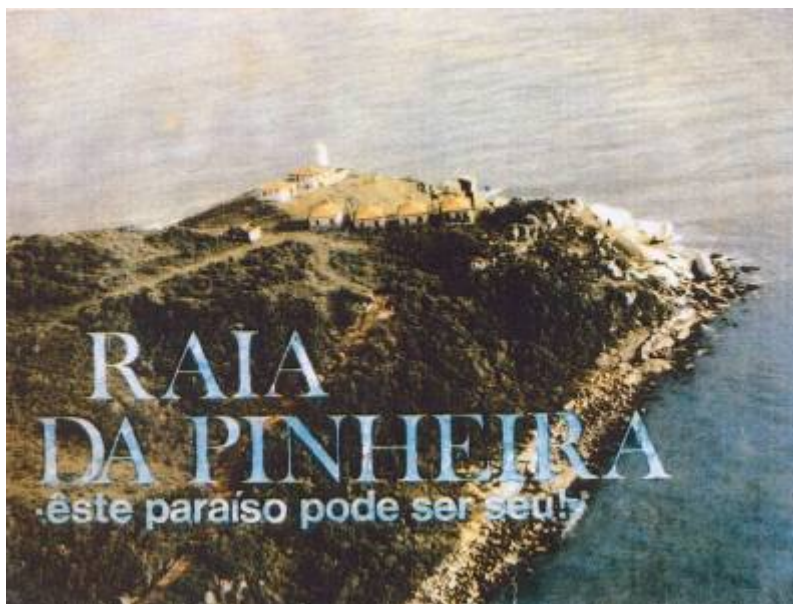


Figura 5. Complexo do Farol  
Fonte: Arquivo pessoal Espírito Santo, [198-] <sup>34</sup>.

Com a recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro ocorrida em 04 de março de 2009, a situação modificou-se. Parte da Praia dos Naufragados passou a fazer parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Entorno Costeiro, categoria de unidade de conservação de uso sustentável que flexibiliza a ocupação e o uso da área, abrindo a possibilidade de investidores instalarem-se no local.

Segundo o artigo 15º da lei 9.985 de 18/07/00 do Sistema Nacional Unidades de Conservação (SNUC) a Área de Proteção Ambiental é definida como uma área

... em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a

---

<sup>34</sup> Foto do complexo do Farol dos Naufragados é dos anos 70, porém essa publicação é da década de 80.

sustentabilidade do uso dos recursos naturais.  
(LEI SNUC 9.985, 2000).

Essa recategorização foi aprovada pelo parlamento catarinense, em Seção Ordinária, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, com trinta votos favoráveis e seis contrários, o Projeto Lei número 0347.3/2008, que resultou na Lei Estadual 14.661<sup>35</sup>, aprovada em 26 de março de 2009, que:

Reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto n. 1.260, de 1º de novembro de 1975, e retificado pelo Decreto n. 17.720, de 25 de agosto de 1982, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu, cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico - FEUC, e adota outras providências. (LEI ESTADUAL 14.661, 2009).

Sendo assim esta lei instituiu o “Mosaico de Unidades de Conservação e outras providências” que criou a “Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro” com a Praia dos Naufragados da Barra do Sul em seu interior. Conseqüentemente aberta à especulação imobiliária.

Com este projeto de Recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a área ficou distribuída aproximadamente em: APA da Vargem do Braço com 935 hectares, APA do Entorno Costeiro com 5.260 hectares, APA da Vargem do Cedro com 1.420 hectares, e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (de proteção integral) com 84.130, conforme a Lei nº 14.661 de 2009 (anexo A).

Dentro do prazo para Leis complementares, a comunidade através da AMOPRAN se articula para a desanexação da APA do Entorno Costeiro e do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro para a criação da Unidade de Conservação Estadual Monumento Natural Praia dos Naufragados (de proteção integral), que permite no seu interior a permanência da comunidade homônima.

---

<sup>35</sup> A Lei Estadual n. 14.661 na íntegra pode ser visto no endereço eletrônico do MPSC. Disponível em: < [http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal\\_lista.asp?campo=9010](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=9010) >. Acessado em 20 ago. 2009.

Esse processo iniciou em julho de 2003 quando a AMOPRAN em assembléia interna, após longa análise, vislumbrou uma solução para o conflito socioambiental em Naufragados, a implantação da Unidade de Conservação Monumento Natural, que consente preservação integral sem precisar eliminar moradias e moradores. Essa idéia foi levada para vários fóruns, uns inclusive com a participação da IV Promotoria do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), onde o promotor, Dr. José Eduardo Cardoso<sup>36</sup> sempre se fez irredutível nas sugestões de mudança de categoria. O promotor, dizia que leis eram pra serem cumpridas, e que ele era o “advogado do PEST”, portanto defenderia seu cliente.

O Monumento Natural é o modelo de Unidade de Conservação que traz sobre si a habilidade de estancar muitos conflitos, pois é capaz concatenar realidades diversas. O fato de ser integral protege a natureza em toda a sua extensão, respeitando largamente o apelo de ordem ambiental, seu viés antropológico social inclui o homem tradicional, na terra raiz, alavancando condições dignas de vida, inserindo e respeitando os valores de ordem ética cultural.

Em 26 de março de 2009, a partir da aprovação da Lei Estadual 14.661, passa parte do PEST, incluindo Naufragados para APA do Entorno Costeiro, embora contrariando a vontade da AMOPRAN. O ato legislativo faz surgir um fato novo, isto é: nova lei, novos procedimentos, ou seja, a APA recém criada deixaria de fazer parte da alçada da IV Promotoria específica para o Parque e conseqüentemente novos e melhores propósitos surgiriam. No entanto, nenhuma mudança de comportamento: os processos contra os moradores não cessaram, fazendo pressupor que o Dr. José Eduardo Cardoso é contra a comunidade e por conseqüência, contra a qualquer solução que venha das bases do povo - no caso de Naufragados, a criação e implantação da UC Monumento Natural. Convém salientar, que este projeto chegou na FATMA no dia 21/07/2009 e é de conhecimento da IV Promotoria.

No ano de 2009, após a recategorização do parque, ocorreram duas intervenções, com demolições, do Ministério Público Estadual na Praia dos Naufragados, a primeira em 30 de junho, duas casas derrubadas e a segunda no dia 27 de outubro, foram três casas, totalizando 5 demolições. E ambas as ocasiões com ordem judicial e contaram com o apoio da Polícia Ambiental, da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e da Fundação do Meio Ambiente de Santa

---

<sup>36</sup> Responsável pela Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro (4ª Promotoria de Justiça de Palhoça/SC), dedica-se à questão do PEST desde 2000.

Catarina (FATMA), conforme publicações no jornal Diário Catarinense, anexo B. Entretanto, no caso da demolitória de Luiz Carlos Vasquez, não foi cumprida a determinação do mandado judicial de avisar o proprietário com antecedência para a retirada de pertences ou ajuizamento preventivo por parte do titular.

O Ministério Público justificou e declarou que as residências eram usadas para veraneio e que estavam em situações irregulares (sem autorização de construção) em terras invadidas na Área de Preservação Permanente (APP) do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sendo resultado de uma ação judicial iniciada em de 2004, e dada a sentença de abril de 2009<sup>37</sup>.

Somente em 24 de março de 2010, através do Decreto Estadual nº 3.159 foi regulamentado e definido as diretrizes para a implantação da APA do Entorno Costeiro, como a implantação do Conselho Deliberativo, elaboração do Plano de Manejo e o Zoneamento da Unidade de Conservação<sup>38</sup> (DIÁRIO OFICIAL, 2010).

### 3.2.4 Caracterização da Comunidade

Atualmente é constituída por aproximadamente 33 famílias, em torno de 132 pessoas, ocupando em sua grande maioria, as proximidades da praia. No decorrer dos anos houve oscilações na quantidade da população local, aumentando e diminuindo, chegou a ter duas famílias residindo, por motivos de saúde, trabalho, estudos ou medo.

Até meados do século passado Naufragados foi bem habitada, sendo contemplada inclusive com escola, vila dos faroleiros que tinha recurso de ponta como telefone, sendo que uma casa chegou a ser estruturada para funcionar o telégrafo, porém não foi efetivado o seu funcionamento.

---

<sup>37</sup> Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina publicou em 2 de abril de 2009, confirma a demolição de imóveis irregulares na Praia dos Naufragados. E sentença a desocupação de terreno com remoção da edificação construída em área de preservação. Disponível em: <<http://www.direito2.com.br/tjsc/2009/abr/2/tj-confirma-demolicao-de-imovel-irregular-em-naufragados>>. Acessado em 9 ago. 2009.

<sup>38</sup> A área pertencente ao município de Florianópolis totalizou 41, 91 hectares.



Figura 6. Famílias Da Matta e Espírito Santo<sup>39</sup>  
Fonte: Arquivo pessoal Espírito Santo.



Figura 7. Família Espírito Santo<sup>40</sup>  
Fonte: Arquivo pessoal Espírito Santo, [195-].

De 1970 até o início deste segundo milênio houve períodos em que chegou a ter aproximadamente 120 casas. Alfredo Reis descreve que em 2002 a comunidade “era constituída aproximadamente por 170 (cento e setenta) indivíduos distribuídos nas atuais 78 (setenta e oito) moradias existentes”, conforme pode ser observado no anexo E. Em 2004, Dennis Reis faz a descrição da área como sendo ocupada

<sup>39</sup> Da esquerda para a direita: o senhor Arquelau (funcionário público federal que fazia monitoramento da malária - conhecido na comunidade como "guarda da malária"), sr. Corcino Da Matta, Dona Hélia (dona Lela), Ademar Espírito Santo, Amarildo Espírito Santo e as quatro meninas são filhas do sr. Corcino e dona Lela, todas nascidas em Naufragados. A família morou por um período na Casa do Exército.

<sup>40</sup> Da esquerda para direita: Sr. Zezinho (ainda vivo), o pai dele Sr. Chico (já falecido), a mãe dele dona Chica (já falecida), Irene (ainda viva) e Valdelina (esposa do tio Zezinho, ainda viva). Nos fundos a residência da família, a atual Casa Grande. Essa foto em mais de 50 anos.



[...] por 79 edificações, a sangria das ocupações irregulares cessou estando a questão da legitimidade da presença destas pessoas em litígio com o poder Público pois o Plano de manejo das Unidades de Conservação do tipo Proteção Integral não permitem presença humana. (REIS, D., 2004, p. 134).

Conforme descrito anteriormente, as demolições ocorridas em setembro de 1999 resultaram no engajamento das 33 famílias, através da Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados (AMOPRAN), em prol da permanência como moradores, parceiros na fiscalização e conservação <sup>41</sup>. Este fato foi marcante na aproximação, na união dos moradores, “a comunidade da Praia dos Naufragados viu-se as voltas com esta situação ameaçadora e como resultado desta necessidade em comum começou a organizar-se como comunidade e em relação ao mundo” (REIS, D., 2004, p. 23).

Os moradores sentiram-se ameaçados e uniram-se para sentirem-se seguros. Neste contexto pode-se aplicar a questão da segurança em viver em comunidade, levantada por Bauman, que afirma que “não ter comunidade significa não ter proteção” (BAUMAN, 2003, p. 10).

Além dos moradores partilharem o mesmo espaço físico e buscarem a permanência na Praia dos Naufragados, pode-se elencar outros “interesses ou finalidades em comum” percebidos nas entrevistas e observações, como: preservar o meio ambiente para garantir sua permanência e sobrevivência na localidade; dar continuidade a pesca artesanal, manter as tradições; fixar em 33 famílias residentes; não permitir a especulação imobiliária. Este contexto remete-se ao “entendimento comum” que cria a comunidade, que Tönnies (1974) se referia.

O autor também afirma que as relações entre os homens podem ser em parte amistosas e em parte hostis e que todas as relações unem e desunem, sendo que os interesses dos moradores da Praia de Naufragados da Barra do Sul podem ser diferentes em função das necessidades sócio-econômicas, ideologias e ou convicções pessoais.

Atualmente os moradores estão impedidos de reformarem ou melhorarem suas casas, enquanto corre o processo judicial da permanência ou não dos moradores no local, bem como os caminhos de acessos até a comunidade, os quais se encontram em situações precárias,

---

<sup>41</sup> Conforme consta na Carta de Intenções e no Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta.

jamais vistas em qualquer período anterior, conforme relatos dos moradores de Naufragados e da Caieira da Barra do Sul. As Ações Penais Ambientais foram em sua maioria, 95%, vencidas pela comunidade, restando ainda as Ações Civis Públicas.

Na localidade há infraestrutura rural pesqueira (REIS, D., 2004), e não urbana, tal como: luz, água, coleta de lixo, esgoto (não possui serviços públicos). A energia utilizada é gerada, na sua grande maioria, por bateria e a gás, raros utilizam placa solar e gerador. As águas provêm das fontes que nascem nos morros, e são canalizadas por mangueiras até as residências. Os sistemas de esgotos são constituídos por fossas sépticas e sumidouros. A coleta de lixo municipal é inexistente. Sendo que as únicas maneiras de retirar o lixo do local é por meio de barcos ou a pé pelo caminho até a Caieira da Barra do Sul. Há dificuldade em remover grande quantidade de lixo em função de oportunidades que se adéqüem a segura de navegação ou de meios que condicionem transporte da carga.

A comunidade da Praia dos Naufragados tem forte relação econômica com o bairro vizinho da Caieira da Barra do Sul, como: no comércio, na pesca, no transporte, nos estacionamento, no ancoradouro dos barcos. Além do relacionamento sócio-religioso e político.



Figura 8. Chuveiro a gás, bateria e lequinho  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

As atividades laborais dos moradores de Naufragados são bastante diversificadas e nem sempre suas rendas tem origem interna, ou seja, no local onde moram. Eles são pescadores, barqueiros, artesãos, dentre outras. Há também rendas advindas do auxílio do defeso em cada época específica e alguns dos mais velhos são aposentados. O auxílio defeso é um programa que subsidia de modo remunerativo o pescador em períodos onde determinados pescados ficam protegidos para a perpetuação da espécie. Esse programa é de competência do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. Os chefes de família estão na grande maioria acima da faixa dos cinquenta anos de idade.

O acesso à educação curricular não predispõe de facilidade de transporte adequado e outros recursos que permitam assídua frequência aos estabelecimentos de ensino, levando os moradores ou seus filhos a se desdobrarem em seus esforços. A solução mais exercida é a de ficarem em casa de parentes ou voluntários que em gestos de solidariedade os acolhem. Apesar da busca, o nível de escolaridade é bastante heterogêneo, desde pessoas que não foram alfabetizadas, ainda que possuam a sabedoria popular, até pós-graduado.

Conforme relatos dos moradores, o povo de origem de base açoriana (palavra açoriano é nova no vocabulário dos moradores)<sup>42</sup> não possui a cultura capitalista de acumular riquezas, para eles o importante é ter para sobreviver. Disseram que uma prática muito comum na economia da comunidade de Naufragados era o escambo, trocavam alimentos, roupas, utensílios domésticos. A produção era coletivizada e social. Entretanto, a comunidade não era movida economicamente só pelo escambo. O papel moeda também era utilizado no câmbio.

A comunidade de Naufragados ainda preserva tradições e alguns traços culturais açorianos, tais como a confecção de cestaria (balaio de pesca, samburá, tipiti), tarrafas, renda de bilro, culinária, relato de causos, religiosidade com a Visitação da Bandeira do Divino Espírito Santo e a Festa de São Pedro.

---

<sup>42</sup> A palavra açoriano é desconhecida por alguns moradores locais, o que poderia ser analisado à luz do conceito de “tradição inventada”. Em 1948, em meio a discussões sobre a origem do homem catarinense, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, buscou as origens do povo catarinense, que deveriam ser desvinculadas/dissociadas da imagem do colono alemão. Por isso realizou-se em Florianópolis o Primeiro Congresso da Colonização Açoriana, momento esse “de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, em que o tema “açoriano” ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como os arquivos foram abertos e remexidos. Os pólos deste conflito giraram em torno da oposição brasilidade x germanidade do Estado de Santa Catarina, numa disputa pelo poder hegemônico no Sul do País. Uma hegemonia que não dependia apenas da força e do progresso econômicos, mas principalmente da sua identidade cultural” (FLORES, 1997). A autora não desmerece as pesquisas históricas sobre a construção da açorianidade, somente enfatiza o caráter político da cultura e o tema ganhou importância para os intelectuais.



Figura 9. Confecção de cestas e redes  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

A Folia ou Cantoria do Divino no Quarteirão da Barra do Sul (que compreende as comunidades de Naufragados da Barra do Sul, da Caieira da Barra do Sul e da Tapera da Barra do Sul)<sup>43</sup> começa percorrer as casas, com a Bandeira do Divino Espírito Santo, a partir da primeira semana após a Páscoa. As visitas ocorrem como período de preparação para a Festa do Divino Espírito Santo<sup>44</sup>.

Além dos foliões, a organização se compõe de um encarregado, os irmãos do Divino<sup>45</sup>, promesseiros e outros colaboradores sem título específico. É notável nestes grupos de pessoas a heterogeneidade, tanto

<sup>43</sup> Embora na Barra do Sul a cantoria houvesse sido interrompida por um pequeno período. A retomada ocorreu há mais de 20 anos em virtude de um grupo de moradores amante de suas raízes.

<sup>44</sup> Essa homenagem celebrativa ao Espírito Santo é uma prática do catolicismo popular, uma devoção, uma fé, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Originada em Portugal aportou também na Ilha de Santa Catarina, com a chegada dos primeiros açorianos, por volta do século XVIII.

<sup>45</sup> Os irmãos do Divino usam uma vestimenta (túnica) vermelha com a pomba Branca (símbolo do divino Espírito Santo) chamada de opa.

na mescla de idade, de sexo, de raça, de escolaridade e de classe social<sup>46</sup>.

Desde o seu início, não raras vezes, a Festa do Divino Espírito Santo tomou rumo adverso do propósito que a fez nascer, sendo marcada por síndromes de poder, pompas exageradas, exibicionismos e triunfalismos e que se estendem através dos tempos sendo notada ainda nos dias atuais.

Esta religiosidade traz consigo uma peculiar convicção do sagrado através de promessas, oferendas, rezas, devoções e festas. É uma tradição que perpetua, graças à tradição oral, aquela que não está escrita no papel, mas respeitada pelo costume, caracterizando um patrimônio imaterial.



Figura 10. Visitação da Bandeira do Divino  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

A Festa de São Pedro<sup>47</sup>, na metade do século XX padroeiro dos pescadores, ocorre no final da pesca da tainha, nos últimos dias de junho

<sup>46</sup> Convém salientar que a participação das mulheres era em menor escala que nos dias atuais. Os foliões eram homens, exceto a “voz fina”, que era feminina, o puxador de novena do Divino era o capelão, não existia a figura da capela.

ou início de julho, com uma missa na Capela de São Pedro e almoço. É uma festa para agradecer a pesca, marcar com destaque o encerramento da atividade, confirmar a fraternidade entre os pescadores, moradores, visitantes e exercitar a fé.

### 3.2.5 Patrimônio Histórico

Na a Praia dos Naufragados da Barra do Sul encontram-se algumas edificações que constituem patrimônio histórico, como a área pertencente ao Exército, o Forte Marechal Moura, o Farol dos Naufragados (estes sob domínio da União, encontram-se abandonados e pichados); a Capela de São Pedro e a Casa Grande (os únicos de uso da comunidade) e a Oficina Lítica, ainda não catalogada pelo IPHAN. Conforme mapeamento (Anexo D).

#### a) Casa do Exército

A área do Exército é cercada, mas com portão livre para passagem. No local encontram-se 2 casas. Uma construção recente feita pelo exército, que se encontra em situação precária sem janelas e portas, e uma casa antiga (não se sabe a data de sua construção) que sofreu alterações na sua arquitetura; as aberturas e as telhas foram trocadas, foi agregada uma varanda, apenas as paredes são originais, e se encontra completamente grafitada. Conforme a opinião de Reis, D. (2009)<sup>48</sup> o “Exército ao construir fora dos padrões arquitetônicos estuprou o patrimônio histórico cultural e passou a perseguir os moradores para esconder sua ineficiência”.

Esta casa pertencia à família Espírito Santo, uma das famílias mais antigas de Naufragados, da qual um dos membros foi informante fundamental para esta pesquisa. Parte desta família chegou ao local advinda da colonização açoriana que, como curiosidade, não eram adeptos da escravidão da colonização. Alguns membros da família Espírito Santo prestaram serviços às Forças Armadas do Brasil, tanto para a Marinha do Brasil através da Capitania dos Portos, como ao Exército Brasileiro. A então chamada “Casa do Exército” era desta

<sup>47</sup> São Pedro, ou Simão, também Cefas, era um pescador da Galiléia, tornou-se discípulo de Jesus. O ofício de pescador lhe rende até os dias presentes homenagens nas comunidades onde há colônias de pesca. É o padroeiro dos pescadores da Praia dos Naufragados.

<sup>48</sup> Comunicação pessoal, por Dennis dos Reis - Presidente da AMOPRAN a 4 gestões, de 2 anos cada período.

família. Maria Madalena do Espírito Santo depois de ter deixado de morar nesta casa passou a morar com seus familiares na casa grande, que há uns 50 anos passou também a ser conhecida como “Casa dos Pescadores”.

É importante salientar que em meados de 1977 interesses imobiliários e o desconhecimento e medo da comunidade local quanto a dita anexação ao Parque, tanto quanto a impossibilidade de sobreviverem produtivamente na área ocasionaram a venda de parte das terras de Naufragados. Aqui, dois fatores são objeto de questionamento. Primeiro, por que os "novos donos" não se tornaram moradores nem assíduos freqüentadores, ao ponto de não serem conhecidos na localidade? Segundo, por que alguém compraria terra onde estaria sendo projetada uma unidade de conservação integral?



Figura 11. Casa do Exército: pichada, lixo e vista da praia  
Foto: Arquivo pessoal, 2008.<sup>49</sup>

Os moradores antigos venderam seus terrenos na Praia quando foi criado o PEST: Eles não enriqueceram, tiveram de vender suas terras porque não podiam mais plantar, domesticar bois pra carro de bois, e, sentindo-se constrangidos. Venderam suas terras por um valor muito baixo, ao ponto de só conseguirem se mudar para outro local, enquanto os novos proprietários entravam na justiça para receber a desapropriação das terras do Parque.

Em uma segunda visita exploratória às edificações durante o desenvolvimento da pesquisa, foi percebido que a mesma construção anteriormente descrita, passou recentemente por uma intervenção e

<sup>49</sup> Todas as fotos referenciadas como “arquivo pessoal, 2008” pertence ao arquivo de Geraldo Gomes Almeida.

encontra-se aberta e sem uso, o que possibilita novos atos de vandalismo, como saques, pichação nas paredes, acúmulo de lixo. Vestígios levam a crer que essa casa tem servido para abrigar pessoas desconhecidas.

Uma das residências mais antiga possui além da varanda frontal, ambientes que possibilitam especular, conforme suas características, que já foram uma sala e três quartos, há ainda, dois banheiros e uma área coberta na parte posterior que deveria funcionar como área de serviços e/ou cozinha. A cobertura é de duas águas, com telhas francesas e estrutura em madeira. Atualmente, o piso é totalmente revestido de cerâmica nova, as paredes do banheiro também foram revestidas com azulejos até aproximadamente 150 cm de altura, há algumas louças sanitárias nos banheiros, sendo que outras já não estão no local. Não há dados se estas foram retiradas pelos proprietários ou por atos de vandalismo; a parede foi pintada com cal branca e foram colocadas janelas de madeira nas aberturas.

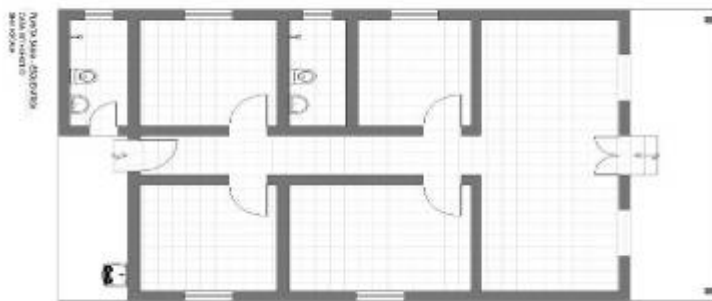


Figura 12. Planta Baixa da Casa do Exército  
Fonte: OLIVEIRA, 2010<sup>50</sup>.

<sup>50</sup> Planta elaborada pela Arquiteta Carolina Valente Oliveira para esta dissertação.





Figura 13. Casa do Exército  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

A segunda edificação situa-se aos fundos da outra residência e está em um nível elevado do terreno, onde o acesso ocorre por meio de uma escada em concreto armado. Esta possui menor área, e é constituída por um banheiro e dois ambientes (cozinha/quarto), a cozinha é revestida com retalhos de cerâmicas, enquanto os demais ambientes com peças inteiras, o banheiro possui azulejo nas paredes. Foram utilizados blocos cerâmicos nas vedações da construção e, a cobertura é de uma água, de telhas cerâmicas- francesa e estrutura em madeira.

A falta de uso, as intervenções que desconsideram as características originais da construção, entre outros, retratam o desconhecimento da importância desta construção, na história desta comunidade.

b) Forte Marechal Moura de Naufragados<sup>51</sup>

Está localizado no costão oeste da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, junto ao Farol dos Naufragados, pertence à União Federal,

<sup>51</sup> Outras denominações, segundo site fortalezas multimídias: Forte de Naufragados; Forte Marechal Moura da Ponta de Naufragados da Barra do Sul.

e tem como seu mantenedor o Exército Brasileiro. Foi construído no início do século XX, entre 1909 e 1913, com a finalidade de integrar o sistema de Baterias de Artilharia de Costa, auxiliando na defesa do litoral do Brasil Meridional, guarnecendo a entrada da Barra do Sul. Esteve em atividade até meados do mesmo século. Situado em frente à Ilha de Araçatuba, em uma posição mais elevada, onde se encontra a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba<sup>52</sup>.

O Farol Naufragados, farol de orientação marítima, está localizado no costão oeste da Praia dos Naufragados, na entrada da Barra, foi inaugurado em 03 de maio de 1861, e atualmente está sob jurisdição da Marinha do Brasil. Período este que levou famílias a migrarem para a região, resultando na construção de empreendimentos coloniais, como os engenhos (de farinha de mandioca de milho e de cana) e o cultivo das lavouras. Desta época, restaram apenas algumas ruínas de construções feitas de pedras, conchas e óleo de baleia.

Em 1909, o Capitão de Engenharia Pedro Maria Trompowsky Taulois foi nomeado para incorporar a comissão de estudos da defesa dos portos de Paranaguá, São Francisco, Florianópolis e Laguna. A serviço da Comissão de Fortificações e Defesa do Litoral no dia 11 de maio de 1909 deu início a construção do Forte Marechal Moura (BOITEUX, 1942) Este, por sua vez, é a edificação mais recente, dentre as fortificações que compunham o antigo sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, e a única construída no século XX.

Para Pereira (1974) a construção das fortificações impulsionou a economia local, através da construção civil “inicia-se o primeiro surto de desenvolvimento, da hoje cidade, que se estende até 1780 e se espelha pelo primeiro e importante índice de construção civil” (PEREIRA, 1974, p48).

Quanto ao nome do forte, existe a possibilidade de estar relacionado ao General de Brigada Francisco Antônio de Moura, que no período de 1892 a 1894, foi ministro dos Negócios de Guerra e teve uma participação relevante durante a Revolução Federalista do sul do país.

---

<sup>52</sup> A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba foi a quarta e última das fortalezas idealizadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Construída na Ilhota de Araçatuba, no município de Palhoça, no século XVIII, entre os anos de 1742 e 1744, hoje se encontra em ruínas e proibida a visitação. Pertencente ao Ministério do Exército foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1980, recebeu escoramentos e consolidações emergenciais em 1991 e encontra-se atualmente aguardando recursos para sua restauração. Disponível em <[http://www.fortalezasmultimedia.com.br/santa\\_catarina/index.php?data=aracatuba](http://www.fortalezasmultimedia.com.br/santa_catarina/index.php?data=aracatuba)>. Acesso em: 02 abr 2010.

Atualmente o monumento encontra-se sem proteção legal, mas em processo de tombamento como Patrimônio Nacional. Em 2009 foi realizado um laudo de vistoria<sup>53</sup>, por Adler Homero Fonseca de Castro, historiador e pesquisador do IPHAN, onde foram analisados os elementos paisagísticos e construídos do conjunto forte e farol.

As técnicas construtivas utilizadas no forte foram alvenaria mista de pedras e tijolos, e no momento é classificado como ruína mal conservada. Restam apenas parte da muralha e o armamento original consistente em três canhões. Conforme as informações que constam nos próprios canhões trata-se armas de 120 mm de calibre, fabricados pela empresa Armstrong no final do século XIX, em 1893, em *Newcastle-on-Tyne*, na Inglaterra.

A situação atual do forte pode ser vista no relatório Castro (2009) que descreve os canhões como sendo

do tipo naval, de retrocarga, montadas em reparos de pião central, com escudo, pesando cerca de 2.120 kg. Encontram em situação não operacional, bem afetado por oxidação em andamentos ou até corrosão, em alguns pontos, já com perda de metal, apesar desta não ser ainda acentuada. Há claros sinais de ação antrópica deletéria (vandalismo). Apesar do material ainda se apresentar em razoável estado como objetos museológicos, consideramos recomendável a realização de um trabalho de remoção de óxidos e pintura de canhões. (CASTRO, 2009, p. 2-3 apud FORTALEZAS MULTIMÍDIA)

Salienta-se que nunca houve intervenção de restauração ou mesmo pesquisa arqueológica na área que ocupou esta antiga fortificação. A visitação é permitida, porém não é regularizada.

---

<sup>53</sup> Laudo 13/2009, de 23/06/2009, Memo IPHAN/DEPAM 212/09 de 27/07/2009, ilustrado, 13 páginas.



Figura 14. Forte Marechal Moura – canhões em ruínas  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

c) Farol dos Naufragados

Farol de orientação marítima está localizado no costão oeste da Praia dos Naufragados, na entrada da Barra, foi inaugurado em 03 de maio de 1861, e atualmente está sob jurisdição da Marinha do Brasil. Período este que levou famílias migrarem para a região, resultando na construção de empreendimentos coloniais, como os engenhos (de farinha de mandioca de milho e de cana) e o cultivo das lavouras. Desta época, restaram apenas algumas ruínas de construções feitas com pedras, conchas e óleo de baleia.

Os faroleiros saíram de Naufragados da Barra do Sul após a Segunda Guerra Mundial quando da implantação da energia por célula fotoelétrica. Até os dias atuais é assim que se encontra funcionando (a fonte energética atual é solar e a anterior era a gás, advindas de sete acumuladores, sendo realizadas trocas periódicas pela Capitania dos Portos).

Atualmente encontra-se sem conservação e abandonado, com o vão de abertura da janela vedado com tijolos, a porta de ferro com cadeado, porém há dias em que os visitantes encontram-na aberta. Na segunda visita exploratória a essa edificação, observou-se que o fechamento do vão, de tijolos aparentes, foi revestido com pastilhas

similares as encontradas no restante da construção. Muito recentemente foi construído um mirante, para que os visitantes visualizem a paisagem, como o entorno imediato do farol murado, este foi construído em madeira, numa altura superior ao muro. Sendo este, o único elemento de infra-estrutura aos visitantes deste conjunto.



Figura 15. Janela fechada com tijolos e revestida com pastilhas  
Fonte: Arquivo pessoal, 2008 e 2010.



Figura 16. Mirante do Farol dos Naufragados  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Construído como uma torre branca e circular de alvenaria, revestida de pastilhas, num maciço de 30 metros, elevando o conjunto a 42,6 metros acima do nível do mar - altura de um prédio de aproximadamente 14 andares. O alcance geográfico é de cerca de 33,3 km (18 milhas) e o luminoso, de 10 milhas, com funcionamento por baterias desde 1989. A cúpula original onde abriga o luminoso tinha forma octavada (conforme figura 16) e que além de diferente da atual era bem maior - há mais de 40 anos saiu de Naufragados.



Figura 17. a) Antiga cúpula do Farol      b) Farol dos Naufragados atual  
Fonte: Arquivo pessoal Espírito Santo, (196-?)

Existem apenas vestígios das casas dos faroleiros que compunham o complexo do farol; a olho nu não se consegue localizar todas as edificações (escombros ou ruínas), que se escondem embaixo da vegetação.

A falta de fiscalização e abandono dos órgãos competentes propiciou saques e também um processo de deterioração, tornando as estruturas perigosas, com risco de desabamento e desta forma, foi decidido demolir estas construções. Conforme relatos dos moradores e o trabalho de Alfredo Reis (2003), que diz que a partir do momento que a área foi anexada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

até a década de 80 havia na Praia de Naufragados uma vila de casas destinada a alojamento com fins militares e controle físico desta mesma área

(destruída pelos visitantes ocasionais e transitórios não pertencentes a comunidade, os quais se apropriavam do material destas casas como base para a retirada de, por exemplo, tubos de cobre para a confecção de pesos de redes e tarrafas e madeira para queima de fogueiras e construção de abrigos momentâneos; tendo em vista esta depredação, o exército, com intuito de limpar a área, resolveu e determinou a demolição do que restava daquelas casas [...]. (REIS, A., 2003, p 10)

O Parque é assim descrito por um morador durante a entrevista:

Era lindo, puro pasto, as casas de quatro águas, banheiro esmaltado de granito, azulejos em quadradinhos pequenos, o encanamento era de chumbo. Ficaram desocupadas e o pessoal vinha de fora e ocupava, pescadores, barraqueiros. Foram pichadas, saqueadas. E a Marinha demoliu as paredes porque estavam perigosas. (João, 10 abr 2010)

No percurso - caminho do Farol dos Naufragados até a Praia dos Naufragados - passa-se por duas grandes pedras, importantes artifícios para a alimentação dos antigos moradores, são elas a Pedra Mata Fome - recebeu este nome centenário devido a nela se poder pescar com caniço, com rede, ou a possibilidade de colher mariscos, que se fixam na pedra, ou seja, não se sai de cima da pedra sem alimento, ou peixe ou marisco; e a Pedra do Milho - uma pedra grande e plana que era utilizada para a secagem do milho.





Figura 18. Caminho do Farol dos Naufragados até a Praia dos Naufragados  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

d) Capela de São Pedro e a Casa Grande

Os murmúrios de que Naufragados estivesse sob a guarda do poder público fizeram com que ocorresse perda de patrimônio material. Como exemplo, a primeira capela de São Pedro, cuja falta de manutenção acarretou em seu total desmoronamento em torno dos anos 1980. A atual edificação foi construída no mesmo local da anterior.

Não foram encontradas fotos da antiga Capela, mas segundo depoimento de um morador:

Era um chalé, de aproximadamente 20m<sup>2</sup> na planta baixa, paredes de tijolos maciços fabricado com barro argiloso avermelhado. A argamassa para assentar os tijolos compunha-se de barro argiloso avermelhado, areia fina, e cal. O reboco era um composto de areia média e fina acrescentada de cal. O madeiramento de sustentação da cobertura de madeiras retangulares



beneficiadas<sup>54</sup>. O forro de madeira em estilo paulista dava acabamento horizontal, fazendo desaparecer a parte interna da armação superior. A cobertura compunha-se de telhas francesas, e retelhos<sup>55</sup> da cumeeira e beirados da frente e dos fundos em telhas de calha, conhecidas também como “telha feita nas coxas”. As aberturas eram de madeira, estilo Português de edificação, na forma retangular. O piso era “cimento queimado”, ou seja, cimento dissolvido em água, sobrepondo o contrapiso. O altar era de tijolos maciços, o mesmo utilizado nas paredes da capela, e revestido de azulejos brancos. Este altar era conecto a parede dos fundos. (Mauri, 28 abril 2010).

A Capela atual é uma construção simples e de pequeno porte, trata-se de uma edificação com cobertura em duas águas, de telhas de capa e canal, apresentando na fachada frontal apenas uma porta de madeira retangular com duas folhas e uma cruz em alto relevo em cima e, fachada lateral com duas janelas de madeira.

Atualmente pelo menos uma vez por ano é celebrada missa nesta capela, durante a Festa de São Pedro, que ocorre no encerramento da pesca da tainha, 29 de junho, para agradecer e ao mesmo tempo homenagear o santo protetor dos pescadores. É importante dizer que a capela abriga três imagens, dentre elas a de Santa Luzia, padroeira da localidade de Naufragados e que tem sua data comemorativa no dia 13 de dezembro, permitindo conciliar a homenagem no final de semana mais próximo.

A Casa Grande apresenta uma arquitetura centenária, pertenceu à família Espírito Santo, e há mais de meio século é utilizada pelos pescadores locais e os sazonais vindos das regiões da Caieira da Barra do Sul, da Tapera da Barra do Sul, do Saquinho, do Ribeirão da Ilha, dentre outras redondezas, que vem ajudar na temporada de pesca da tainha.

---

<sup>54</sup> Os tijolos, as telhas, e parte da madeira foram doados pelo senhor. Da Matta, funcionário civil do Exército. Tais materiais foram retirados da então desativada casa do paiol de pólvora na região próxima dos canhões.

<sup>55</sup> O retelho consiste em colocar telhas de calha emborcadas no ápice da cobertura e laterais de fundos e frente, sobre as telhas francesas.



Figura 19. Capela de São Pedro e a Casa Grande  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.



Figura 20. Capela de São Pedro e a Casa Grande II  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

#### e) Oficina Lítica

No Costão Leste da Praia dos Naufragados (lado esquerdo da praia) encontra-se a Oficina Lítica, patrimônio arqueológico, que mostra indícios da presença indígena em um tempo remoto. A mesma não está catalogada, assim como não existem estudos mais aprofundados a respeito. Calcula-se que em torno de 2.000 a 3.000 a.C., os índios da cultura pré-sambaquiana Itararé habitavam a região da Praia dos Naufragados, e a presença dos mesmos ficou registrada em Brunidouros Rupestres (pratos de oficina lítica) (REIS, D., 2004).

A ação antrópica sobre a natureza naquele período de acordo com Dennis

não era degradadora, apesar de predatória por consumir energia e riquezas naturais sem basear-se em uma estrutura simbiótica e comensal de

relação com a natureza. Nota-se convívio social no manuseio e confecção dos brunidouros rupestres que estão distribuídos em uma mesma área proporcionando a interação social entre os Itararés do tronco Gê. (REIS, D., 2004, p 132).

Este patrimônio cultural está exposto ao vento, sol e mar, sem cuidados. Há um projeto de musealização dessa oficina lítica de iniciativa da AMOPRAN com o IPHAN, que iniciou em fevereiro de 2002, sendo um processo lento que ainda não se concretizou. Na carta de solicitação de catalogação dessa oficina, justificou-se a importância deste ato, sendo que encontra-se “ainda intacta, mas que está sofrendo antropia negativa devido a fogueiras e outras atividades de pessoas desinformadas da importância das mesmas” (REIS, D., 2004, p. 160).

As expressões: oficina lítica, brunidouros rupestres, pré-sambaquianos, arqueologia, simbiótica e antropia não são utilizadas pela população local; são palavras exóticas para muita gente que mora, ou então os que outrora moraram em Naufragados, e que estão fora deste jargão acadêmico. No entanto, a palavra bacias e a expressão pratos nas pedras, fazem parte do saber popular são socializadas na comunidade e dão referência de lugar e imagem.

Conforme o entendimento de Espírito Santo (2010), as lapidações nas pedras, ou seja, a oficina lítica permite pelo menos mais dois comentários. Primeiro, não há incidência expositiva de oficina lítica no costão oeste, nem há o mínimo de vestígios. Numa lógica de pensamento, os supostos pré-sambaquianos confeccionaram de seus artefatos no costão oeste, pois as pedras eram maiores e fixas o que viabilizaria melhores condições que a do costão oposto, e levando em conta que não havia nenhum impedimento de trânsito entre um local e outro. Segundo, no costão leste, onde está a oficina, as pedras são bem menores, o que possibilitaria movimento com a ação de marés ocasionando fricção de umas sobre as outras, auxiliadas pela areia, que com a repetição daria forma polida arredondada. Essas duas lacunas remetem para a dúvida de que tais relevos nas rochas possam de fato ser atribuídas a uma cultura.

Espírito Santo diz que cresceu ouvindo de seu pai a seguinte explicação mítica sobre esses pratos nas pedras:

Para o meu pai, o senhor Alarício, ali passara Maria, José e o Menino Jesus. Em sua concepção a sagrada família houvera feito uma de suas

refeições naquele local. Para ele era a explicação mais plausível daquelas depressões circulares. Minha sensibilidade, por que não dizer amor, àquelas pedras está mais pela mística do que pela “ciência”. Se quisermos a verdade, precisamos primeiro esgotar todas as buscas. Oficina lítica, rasgo nas pedras, bacias nas pedras, pratos de Nossa Senhora, pouco importa se estas nomenclaturas científicas ou populares não encontrarem acertados destinatários. (ESPÍRITO SANTO, 2010, informação verbal) <sup>56</sup>.



Figura 21. Oficina Lítica  
Fonte: Arquivo pessoal, 2008.e 2010.

---

<sup>56</sup> Informação fornecida em observação participante por Ademar do Espírito Santo em março de 2010.

### 3.2.6 A Pesca

A pesca é um dos principais meios econômicos da Praia dos Naufragados, sendo praticada durante todo ano, de formas variadas e observando-se a época de cada peixe. Por ser pesca artesanal é uma prática cultural, na medida em que tem sua especificidade (diferente da pesca industrial).

A atividade pesqueira de maior intensidade é a da tainha, ocorrendo entre os meses de maio a julho<sup>57</sup>, movimentando entre 30 a 40 homens, que se distribuem entre vigias, patrão, remeiros, chumbreiro e camaradagem de praia, que compõem a maruja. Compreende-se como maruja o conjunto de todos os pescadores, independente de atribuição. Contudo, as atribuições precisam ser bem definidas para um bom desempenho deste trabalho. Conforme relatos dos moradores locais segue a descrição de cada função.

Em Naufragados existem dois vigias, um que fica na vigia do Farol e o outro na vigia do Frade. Ficam sempre de prontidão, em busca da localização das tainhas que geralmente vem em mantas (cardume). Uma vez localizada, precisam atentamente acompanhá-las a olho nu, até o lanço, que corresponde ao ponto exato para fazer o cerco. Os vigias precisam ter habilidades de cálculo, pois as suas estimativas são fundamentais para o êxito do lanço. Precisar a quantidade é objeto essencial na decisão para se fazer a saída com a canoa grande e rede maior ou com a canoa pequena e rede menor. Esta comunicação é feita por meio de um pano preto que indica quantidade acima de duas mil tainhas ou pano branco que indica quantidade abaixo de duas mil tainhas. Além destas destrezas, o vigia precisa ainda saber fazer o abano, ou seja, acenar o pano de acordo com o movimento da manta de tainha e de um jeito que possa ser decodificado pelo patrão, aquele que coordena a direção da canoa.

O patrão é uma espécie de coordenador geral da pesca. É ele quem decide se as condições de segurança do mar estão apropriadas ou não; é quem com um remo de pá tem a maior obrigação de direção da canoa; é quem passa as coordenadas de ação dos remeiros; é quem tem a missão de decodificar o abano do vigia<sup>58</sup>; é quem passa as ordens de

---

<sup>57</sup> Nesse ano de 2010 o período da pesca da tainha vai de 15 de maio, após o período de defeso, até meados de julho.

<sup>58</sup> Já houve intenção de utilizar o celular ou outro meio de comunicação entre o vigia e o patrão, mas a maioria dos pescadores chegou à conclusão de que deveriam continuar no método tradicional, com os sinais.

execução de tarefas corriqueiras, como por exemplo, a de delegar camaradas para fazer a contagem do peixe capturado ou a de transportar as tainhas para a Caieira, dentre outras coisas.

São os remeiros que dão propulsão a canoa. Em Naufragados cada canoa comporta quatro remeiros – um remeiro da proa, um remeiro da escora da proa, um remeiro de escora da ré e um remeiro da ré. O remeiro da ré é responsável pelo sincronismo das remadas, ou seja, os demais devem se orientar pela sua remada. O remeiro da escora da ré e o remeiro da escora da proa como o nome sugere, são quem tem maior obrigação de escorar a canoa contra os impactos das ondas e o remeiro da proa faz auxílio geral.

O chumbereiro é quem faz o lançamento da rede através do arremesso do “chumbo”. Além disso, auxilia o patrão e os remeiros na entrada da canoa, executando a amarra do calão no banco evitando velocidade desproporcional, garantindo maior controle da embarcação.

Camaradagem de praia são os pescadores de praia. São eles quem tem como objetivo maior estivar a canoa, puxar a rede para a costa, auxiliar no reembarque da rede, auxiliar na contagem das tainhas quando indicados pelo patrão. Na camaradagem, alguns se especializam para auxiliar na saída, empurrando a canoa até ultrapassar a quebra das ondas, são eles também os responsáveis para buscar o cabo de lançamento.

Os ventos podem ser grandes aliados ou adversários na pesca da tainha, podendo variar de localidade para localidade. O fato da ponta Sul da Ilha onde está situada Naufragados ficar exposta para o mar aberto, permite que o vento sul incida de modo violento nesta região. Em contrapartida o vento nordeste dá total condição para a boa pesca, pois a ponta de Naufragados fica no embate dos morros, ocasionando no mar um remanso, criando ambiente apropriado à pesca da tainha.

Conforme relatos, em Naufragados, já houve capturas abundantes de tainha em um único lance. O mais recente, em 2003, quando foram capturadas acima de 33.000. Para que haja sucesso, num lance desta monta são necessários boas condições de maré, de vento, boa camaradagem e auxílio de ajudantes. Os ajudantes são voluntários que estão ali de passagem.

A maior parte dos peixes pescados é levada de barco até o Bairro da Caieira da Barra do Sul, onde são apanhados por empresas mercadoras deste produto. Antigamente essa transação era feita pelo “pombeiro”, nome dado ao comerciante ambulante, uma espécie de

distribuidor do pescado. A figura do pombeiro não existe mais (ESPÍRITO SANTO, 2009)<sup>59</sup>.

Quando termina a pesca da tainha os pescadores possuem a opção dos costões rochosos que proporcionam a pesca com linhas, caniços, podendo capturar borriquetes, garoupas, badejos, marimbaus, sargos. Nos costões também se encontra mariscos que ficam grudados nas pedras do “Mar de Fora” (mar aberto, com onda)<sup>60</sup>. Outra opção é a pesca embarcada, que pode ser realizadas por meio de redes, espinhéis, molinetes, entre outras e podem resultar na pesca de robalos, anchovas, espadas, corvinas dentre outros peixes.

---

<sup>59</sup> Comunicação pessoal por Ademar A. do Espírito Santo, em agosto de 2009.

<sup>60</sup> A comunidade não concorda com a forma em que está sendo criado o marisco nas fazendas de moluscos. Conforme visto no depoimento: “Entendemos que se a natureza não proporcionou condições adequadas para que o marisco vivesse por si só em águas de baía, algum empecilho há. O melhor é não contrariar a mãe natureza”.

## 4. RESULTADO DAS OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS

Apesar das dificuldades – que também incluíram um verão mais chuvoso do que o normal, impedindo muitas vezes a chegada ao local – as pesquisas foram realizadas, permitindo obter mais informações sobre os problemas de pesquisa, assim como os anseios e as expectativas deste grupo social.

### 4.1 ENTREVISTAS COM OS MORADORES

Através das entrevistas buscaram-se algumas informações como a percepção da paisagem pela comunidade, a sua relação com o patrimônio histórico, com o ambiente, com a paisagem e com os visitantes.

#### 4.1.1 Comunidade e Patrimônio Histórico

Os moradores entrevistados<sup>61</sup> foram unânimes quanto a importância de preservar o patrimônio histórico e o meio ambiente do local. Entre as respostas dos porquês da preservação: “por ser bom”, “para ter lembrança do que se passou”, “por ser parte da história”, “por serem registros da história, das raízes”, “para haver continuidade” e “para as gerações futuras conhecerem”. “Porque estamos vivenciando, se não preservamos o quê vai ter para nossos filhos, nossos netos?”. “Para manter a camada de ozônio, e evitar o efeito estufa.” Porque “além da questão da natureza, é dali que temos água e toda a fauna e flora precisa do equilíbrio ecológico.”

Reis não considera importante, mas sim fundamental essa preservação. Ele assim justifica:

É fundamental. Porque é a base histórica, ela vai ser a base a estrutura que vai se construir qualquer coisa a partir disso. Ou seja, pra você construir a tua história, você tem que ter uma base material, tem que ter uma base cultural, e a cultura vai se estabelecendo em cima desta base natural. Então é fundamental, porque a partir do momento que você não preservar o patrimônio histórico, que é

---

<sup>61</sup> Alguns nomes dos entrevistados são pseudônimos.



fundamental, também o que vai restar pra ser importante? Não vai restar nada pra ser importante, o importante vem depois do fundamental. Então, mais do que importante é fundamental. (Reis, D., entrevista, 2010).

No depoimento de um naufragadense, demonstra-se sentimento de saudade do passado histórico,

Penso que o patrimônio histórico deve ser preservado conservado em qualquer tempo e lugar. **Em Naufragados, que me consta o quanto já se perdeu da relíquia histórica patrimonial, indispensável** é zelar com veemência pelo muito que ainda ficou. Eu sou um naufragadense, nascido de parteira “na terra”, e como tal não posso me furtar de dar a devida atenção para o berço onde foi acolhido carinhosamente no início da minha existência. (Espírito Santo, entrevista, 2010, grifo nosso).

A importância da preservação do meio ambiente pode ser visto na declaração que segue:

Se nós não preservarmos o meio ambiente eu acredito que nós estamos dando um fim, um basta na nossa vida também, não só de agora, como na vida dos nossos filhos, dos nossos netos, todos eles vão depender muito dessa preservação, que hoje a gente fizer nesse meio ambiente.[...] Minha contribuição começa pelo nosso lixo hoje fazendo reciclagem detalhado. Começa por plantio de determinadas mudas de frutas, de qualquer tipo de árvore. Se puder não só plantar como preservar aquela que eu vejo piquininha. (Claudio, entrevista, 2010).

Os moradores do local orientam as pessoas que visitam o local e a comunidade, para não destruírem e sim contribuírem para a preservação do local. Quem entende de métodos construtivos auxilia com pequenos reparos na Capela e na Casa Grande, que são de uso da comunidade.

A questão do recolhimento do lixo predominou nas conversas, sendo que o serviço público de coleta de lixo não existe em

Naufragados. Os moradores relataram que em uma ocasião em que fizeram solicitação à Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP)<sup>62</sup>, demorou dois meses desde a coleta até a remoção.

Observou-se a existência de um mutirão comunitário, por parte dos moradores para limpeza da praia. Os barraqueiros<sup>63</sup>, deixam muito lixo na praia e no mato, conforme depoimentos que puderam ser confirmados pela observação direta da pesquisadora.

A limpeza da praia. A limpeza dos matos que os barraqueiros deixam, né. A gente sai com um saco preto ali juntando aquela lixarada toda que fica dentro dos matos. Porque fica a maior imundice, né. Limpeza na nossa rua que está sempre limpinha... aí agente deixa lá embaixo na praia e os barcos pegam e trazem o lixo pra baixo. (Domenico, entrevista, 2010).

[...] Às vezes ficar espionando quem está realmente na Casa Grande, se realmente é pescador se não é. A finalidade da Capela se está sendo feito. Eu por exemplo contribuo em as vezes fazer limpeza nessa Capela, como já fiz várias vezes, eu e minha mulher. Ir lá preparar pra uma missa, preparar pra uma reunião. Hoje a Capela é servida também como sede, né do encontro, como salão de reunião da nossa Associação. (Claudio, entrevista, 2010).

Outra questão em pauta, quanto as contribuições na preservação do patrimônio local, relataram o desmatamento, a preocupação de orientar as pessoas para não cortarem árvores e não fazerem fogo nas raízes.

Reis, por sua vez, considera sua contribuição como sendo a de um intelectual orgânico, conceito este que toma de Gramsci (1989, p. 23) para quem o intelectual orgânico é aquele que existem duas categorias de intelectuais, o orgânico, proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador e o tradicional que acredita estar desvinculado das classes sociais.

---

<sup>62</sup> Empresa de economia mista que cuida da limpeza da Capital, contratada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, sua acionista majoritária.

<sup>63</sup> Barraqueiros é o termo utilizado pela comunidade para designar as pessoas que acampam.

Eu diria que a minha maior contribuição, sendo assim um pouco técnico, é como um intelectual orgânico, juntando aí o trabalho do Gramsci, a intelectualidade orgânica. No sentido que sou uma pessoa do povo, apesar de ser, ter uma educação burguesa. Sou um burguês, mas eu sou mais ou menos como se fosse um burguês de rua. Então, a minha contribuição é o que... é ter um certo estudo, uma certa condição de localizar historicamente, sociologicamente de todo este contexto e poder ajudar as pessoas que ainda não estão localizadas historicamente a se localizarem na história. Saírem de uma relação “ahistórica”, como diria o Gramsci, na filosofia do espírito na introdução, para um movimento histórico. Eu acho que essa é a maior contribuição. Como é que isso se dá, através da participação na Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados, das palestras, conversar com as pessoas, falar dos direitos que elas têm, além dos deveres que elas também têm, é... contribuir para a organização comunitária, que tem uma agenda, que em que ter presença, que cada um tem que fazer a sua parte, pra que todo mundo se sinta fazendo parte de uma coisa maior[...] (Reis, D., entrevista, 2010).

#### **4.1.2 Comunidade e Paisagem Cultural**

A comunidade da Praia dos Naufragados mantém os costumes e as tradições com festas religiosas como, por exemplo, a Visitação da Bandeira do Divino Espírito Santo e a Festa de São Pedro, e com o artesanato local, balaios, a renda de bilro, a confecção de redes, a pesca artesanal, dentre outros. Todos afirmaram ser muito importante tanto manter quanto passar os saberes do passado e do presente para as gerações futuras, conforme visto nos depoimentos:

Tanto resgatar quanto manter é importante, porque é a vida de uma comunidade. Eu aprendi fazer renda de bilro com a minha mãe, e com o meu pai fazer farinha de mandioca (no engenho). Já puxei muita rede de tainha. Pesquei no costão de caniço. (Adenides, entrevista, 2010).

Uma rede como essa aqui oh, três pano, não consegue aprende cedinho... tem que se uma coisa de gavar, não aprende num ano nem dois. Cada ano vai caindo uma coisa na idéia... do jeito da armação da rede. Ó, quando eu comecei entaiá esse tipo de rede eu entaiva de um jeito, agora já entaio de outro. Porque, porque eu aprendi com outras pessoas especial. Que era especial em entaiá, em fazer de rede.... Ó, porque que dá essa laçada aqui ó, isso aqui, ó, se chama, vou te mostra qual é. Esse aqui [mostra a rede]. Essa maia grande aqui, chama-se o maião. O maião quando nós vazia que dava essa laçadinha aqui, nós fazia uma oreinha sim ó, ó, ó,... só prendendo sozinho com as outras maias, no lugar, no local. Aí fui treinando faze a maia grande pra ela trabalha ó, ó, ó, ó, pra ela trabalha, no memento que ela trabalha, ela fica um pouco mais forte. Ela fica mais forte porque ela trabalha. E se for uma oreinha como assim, ela não tinha folga pra trabalha, no que esticava partia. (Antônio, entrevista, 2010).

Entendo que não só é importante resgatar as tradições, mas fazer permanecerem acesas, vivas aquelas que não se interromperam, e cito a Bandeira do Divino, acompanhada de sua cantoria e visitação a todas as casas, onde eu mesmo sou protagonista desta ininterrupta festa da religiosidade popular local, na qualidade de folião. Está na moda resgatar as tradições do jeito moderno, midiático, em detrimento das diversas conveniências mesquinhas. Para não perder a objetividade citarei um exemplo. Os caminhos, em sua origem e essência serviam e servem como via de locomoção de um povoado para outro, ou para roça, ou para os costões, ou para as cachoeiras e outros afazeres. Todos com nomes específicos - Caminho do Frade, Caminho do Cais, Caminho do Farol, Caminho do Saquinho, etc. O inconveniente resgate moderno vem investindo contra toda riqueza, abolindo e ultrajando os caminhos em detrimento da trilha ou da famigerada trilha ecológica. Posso afirmar: a

palavra trilha não compunha do nosso vocabulário. (Espírito Santo, entrevista, 2010).

Olha, é fundamental fazer esse resgate e até pra ver, fazer uma crítica, pra saber o que vale a pena manter, o que não vale a pena manter, né? Por exemplo, na Praia dos Naufragados não tem Farra do Boi, não tem Farra do Boi. As famílias da Praia dos Naufragados nunca foram adeptas a escravidão. Tinha uma família de negros, e não eram adeptos da escravidão, eles eram uma família de iguais entre as pessoas. Então, na verdade, sobre esta questão do resgate ou a manutenção dos costumes, a herança, é fundamental porque a partir do momento que você resgata esse passado e no presente tu faz uma crítica, isto te dá todo o fundamento pra tu te lançar pro futuro, digamos assim, em poucas palavras, que é fundamental nisso, importante nisso é que vai dar condições de reinventar o humano lá na comunidade. [...] É fundamental passar isso em frente, porque se isso não for passado em frente não adianta você passar um terreno, não adianta você passar um barco. Porque você tem que passar o sentido que o barco tem dentro daquela estrutura, o sentido que aquela terra tem dentro da estrutura. Então a grande herança é exatamente o sentido que as coisas têm. (Reis, D., entrevista, 2010).

Com certeza. O processo de construção histórica é sempre se apropriar do passado, do presente em função do futuro. E tem até um ditado que diz **“uma comunidade sem história é espelho sem reflexo”**. Se você... o ser humano, ele se espelha na história que ele têm, se ele não tem uma história organizada ele não tem reflexo, ele não se encontra, ele não sabe quem ele é. Então, é fundamental ter essa historização e tá passando sempre em frente, é como uma herança de passar um espelho de pai pra filho, esse filho passa o espelho pro neto, é mais ou menos neste sentido. (Reis, D., entrevista, 2010, grifo nosso).

Porque da mesma forma também que nós estamos mantendo os costumes. Esses costumes aqui e essas tradições, como por exemplo, **a pesca, não ela forma um manto, um costume, uma tradição, como também vai colocar o alimento na mesa de todos eles, vai pode ajudar no sustento, como na renda** de bilro, como a confecção dos balaies que vai além de se poder ser vendido. [...] eu vejo como essa renda de bilro, esses balaies, esses tipos de artefatos sirvam, não só para manter a tradição como para ajudar no próprio sustento dessa família. [...] Não só procuro passar, como procuro levar eles junto comigo presente em cada vez que vem a Bandeira do Divino lá na minha casa. Na época das pescas, na época da pesca da tainha. Procuro levar não só os meus netos, como meus filhos para mostrar para eles realmente na prática como é que funciona. Porque sei que vai ser mais importante talvez pra eles lá no futuro. Eles vê isso tudo que tá aí e manter essa tradição, manter esses velhos costumes mesmo que eles venham a estudar, a se formar, como a diz na vida, um doutor qualquer. Se ele não tiver esse bom senso de preservação de manter nossos costumes eu acho que ele passa a não ser mais um de nós. (Claudio, entrevista, 2010, grifo nosso).

Entretanto alguns moradores queixam-se por não conseguir passar para todos os filhos todo o aprendizado que possuem sobre as técnicas artesanais, conforme depoimento de um morador sobre o ensinar a fazer rede: “Eu tenho quatro filho home, dois sabe, dois não” (Antônio, mar. 2010).

A pesca é a principal atividade econômica da Paia dos Naufragados. É praticada artesanalmente, sendo a pesca da tainha o evento principal. Este ano iniciou no dia 15 de maio e dura aproximadamente dois meses. Envolve os pescadores locais da Caieira da Barra do Sul, da Tapera da Barra do Sul, do Saquinho e do Ribeirão da Ilha. A pesca da tainha é o sustento de muitas famílias e complemento de outras e, de acordo com os depoimentos constatou-se a importância da continuidade da prática da pesca artesanal.

Para Felipe, “é importante porque eu vivo da pesca. É dela que tiro o meu sustento. Eu e dois filhos. Meus filhos seguem a pesca. Até o filho de 10 anos pesca”.

Deo diz: “Se eu não pescar a minha família não come. Tem que pescar todo dia, toda hora, se não minha família vai comer sardinha em lata.”

A pesca vem desde os antepassados de Adenides, “desde meus bisavós, avós, pais,... faz parte da minha história. A atividade econômica era a pesca. A minha família continua pescando. Fez e faz parte da história da minha vida”.

Como na história de vida de Espírito Santo

A pesca está no sangue do povo ilhéu de origem açoriana, e para os naufragadenses este marco não é diferente. Meu pai foi pescador com eximia habilidade na pesca da tainha em Naufragados. Este fato histórico já seria suficiente para dizer que a pesca é muito importante para minha família. Mas, a pesca conjuntamente com a agricultura de subsistência, teve o papel importante de nos dar sustento alimentar e derivar o suprimento de tantas outras necessidades. A pesca artesanal deve ser continuada, assistida, respeitada, e cabe ainda a devolução do destaque no papel social que estabelece tanto na fixação do povo na terra, evitando o maior inchaço das cidades, como na conservação do patrimônio histórico cultural ambiental. (Espírito Santo, entrevista, 2010).

João pesca na companhia da sua esposa

É um complemento para a renda. Além da alimentação. Eu pesco, minha esposa pesca. Pescamos tainha de rede, e de caniço, marimbau, garoupa, badejo, borriquete. Antigamente tinha cabanas de palha, que era renovada a cada ano. Meu pai pescava aqui, agora eu pesco e meus filhos também já pescam. (João, entrevista, 2010)

### 4.1.3 A Visão dos Moradores sobre os Visitantes

Os moradores vêem os visitantes que freqüentam a Praia dos Naufragados tanto de forma positiva como negativa, havendo opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre a presença dos mesmos no local. Como pontos positivos, destacaram a companhia, e a renda extra, obtida principalmente com o transporte marítimo dos visitantes, e também com a venda de artesanato. E como pontos negativos: o corte de árvores para os acampamentos, o lixo jogado na praia e no caminho e, até mesmo, pequenos furtos que eventualmente acontecem. Conforme declarações:

Eles acham o lugar lindo, mas muitos não possuem a consciência ecológica de preservar, manter. O lixo fica no local onde estão, ou são deixados no caminho. Um ponto positivo, os elogios pela pureza da água e da mata (Carolina, entrevista, 2010).

Eu acho importante... Ó, tão aí ó [olha para a praia e mostra os visitantes].... Visitam a praia e nós também... Porque imagina nós aqui sozinho, né. Sem te alguém pra conversa com a gente.... Hoje mesmo esses aí, vieram vê a praia e vê nós (risos). Tem muita gente boa... mas, também tem muito que não vale nada... Né, sabe que tem. Sempre tem algum risco  
Eles fazem é, assim é... cortam árvore pra queima verde. Ai não pode.  
É rapaz novo, porque os velho que tem idéia boa, não faz isso não... (risos)  
[antigamente também as pessoas vinham tomar banho no mar?]  
Não, não, não. Isso do que, uns 25 pra cá. Ou mais, ou mais. Quando eu vim aqui, não tinha nenhum. (Amauri, entrevista, 2010).

Tem alguns que trazem coisas boas, tem alguns que não. Como por exemplo, tem vários que vão lá e deixam lixo. O lixo é aquela questão primordial nossa, que a gente tente educar eles. [...] mas, infelizmente eles deixam muito lixo. Que depois de certa forma até cria um certo desafio dentro da própria comunidade. Ah, porque



não fui eu que deixei, foi fulano que veio aqui e deixa, entende? E fica difícil controlar. Principalmente pra associação civil local controlar. Porque a associação não tem poderes político, ela não tem nada disso pra controlar essa situação. E às vezes a gente assim que luta por esse lado se vê assim meio que embaçado, meio que encurralado, porque agente não consegue chegar no turista. Onde o turista já poderia ser muito mais orientado lá de fora. E as vezes os turistas que vai lá são pessoas esclarecidas, são pessoas de estudo. [...] Tem outros exemplos que fazem questão de sair coma sua sacolinha de lixo na mão. Bonitinha, direitinho. Têm outros inclusive que eu já vi que eles não só levam o deles como, se deu uma maré que trouxe algum lixo que botou na praia, eles ainda catam aquele lixo e levam. (Claudio, entrevista, 2010).

É importante que eles estejam em Naufragados, pra vê como é que funciona a preservação, como é feito de maneira correta. Se não é totalmente, mas a gente procura da melhor maneira possível conservar. Mas, eu acho que tem muito turista, que vai visita e que acha bonito, lindo, mas deixa lixo. Poucos colaboram. E as vezes eles perguntam: o que a gente faz com o lixo? A gente diz é bom que vocês levem. Então, eles as vezes trazem, chega na metade do morro, do caminho eles jogam fora. Então, aquilo que você repassou para eles não foi importante. Ou eles não estão habituados ou não faz parte do currículo da vida deles fazer esse tipo de trabalho. (Gabriela, entrevista, 2010).

Baseado nos depoimentos abaixo observa-se que há moradores que percebem a visitação ao local como tendo mais efeitos negativos do que positivos, assim como há depoimentos contrários à prática da atividade turística no local.

No momento eu diria assim que a presença é muito mais negativa do que positiva. Porque como é uma visitação desordenada. E então, deixam o lixo, cortam galho, acabam não usando direito o

recurso hídrico, a água. Então, ainda tem muito infecção cultural, há uma hierarquização que parece muitas vezes as pessoas da comunidade se sentem inferiorizadas, entendeu... Então, eu diria assim... tem vários aspectos negativos ainda. Também tem muita gente que vai fazer essa visita e vai, por exemplo, ficar lá com barraca, aí abre uma clareira com facão, fica lá deixa todo lixo, enterra com saco de lixo de plástico, garrafa, e não sei o que, não sei o que... deixa muito lixo, não só o lixo material, mas também muito lixo também cultural. Então, eu te diria assim que, a forma que a gente vê, eu vejo esses visitantes, ou chamados turistas, né, como nós havíamos conversado, é muito mais uma forma negativa do que positiva. Eu acho que a contribuição das pessoas que vão até Naufragados ainda é muito pequena. Pouca gente vai com a intenção de aprender de fazer registros etnográficos pra fazer uma compreensão da cultura, um inventário numa etnologia... para quem sabe até chegar numa antropologia, entendeste? Eles vão mais é pra lá, sabe. (Reis D., entrevista, 2010).

Em princípio, para Naufragados não considero a importância do turismo, pois, pelo fato agregado que se diz da permanência de pessoas por mais de um dia, vejo que não é adequado a efetivação de labores com esta monta. Porém, diante da postura que remete o momento histórico, fazendo perceber inevitavelmente os tentáculos do turismo, criar mecanismos de condução e condição que fiquem melhormente adequada as realidades local, torna-se providencial. [visão sobre os visitantes ou turistas] Se eu os avalio depois de um dia de mutirão de coleta do lixo, e generalizando posso dizer: são indesejáveis. Mas se tive a felicidade de conversar com um visitante ou um grupo, de modo descontraído, centrado, franco, sem obsessões, obviamente que os avaliarei como desejáveis. Então, posso dizer que a Praia dos Naufragados requer boa conduta dos moradores, mas incondiciona a conduta em excelência do visitante. (Espírito Santo, entrevista, 2010).

Após o termino desta discussão de permanência ou não dos moradores na Praia dos Naufragados, a maioria deles gostaria que permanecesse tudo como está. Eles querem continuar fazendo o que estão fazendo e não querem a construção de grandes empreendimentos. Muitos já ouviram boatos e comentários de haver empresários interessados em instalarem-se no local, assim expresso por um morador “aqui já tem unzinho aí, uns pessoal aí que tão louco pra colocar um hotel gigante”, entretanto eles não querem que este fato se concretize. Resumem que os especuladores pretendem transformar Naufragados em “uma Praia Brava, em um Costão do Santinho”.

Olha sabe, sabe, assim é difícil a gente dizer que sabe, porque a gente não pode provar. Mas, o próprio projeto que foi criado com essa lei 14.661, abriu uma exceção para isso aí porque ela transformou uma área de Naufragados em APA. Onde permite a ocupação humana, infelizmente também permite a construção de hotéis e pousadas, e por trás criou um fundo participativo. Onde dá o direito para quem tem dinheiro, que quem gasta com um hotel, uma pousada, um negócio tem que ter, né. Pode pagar uma área daquela ali e construir. Então, que é difícil dizer assim, eu sei que tem. Talvez hoje exista várias pessoas que queiram, e com certeza se continuar nessa APA vai ter vários hoteizinhos formado lá. Já deve ter alguns projetinhos enrustidos por aí, e a gente ainda não viu. Mas, eu acredito que tenha. Eu te dizer quem sei quem é, eu não posso dizer. A gente até tem umas idéia, mas não se pode colocar em pauta, né. É difícil. Deixar o futuro pra se vê, né. (Claudio, entrevista, 2010).

Olha a gente não pode provar que existe interesse de construir hotel, pousada, ou que tenha pessoas que querem construir mansões. A gente não tem como provar, aliás, haja vista que se a gente pudesse provar isso seria motivo de denúncia na Polícia Federal, no Ministério Público. Mas, a gente vendo as circunstâncias em termo de prova circunstancial, a gente que teve dentro de um movimento amplo como a Recategorização que sabia que a gente queria uma unidade de

conservação que pudesse preservar a natureza e a comunidade lá, em Naufragados; e que isso nós queríamos fazer através da criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Monumento Natural Praia dos Naufragados, e o movimento (Recategorização) encaminhou como proposta aquilo que não é o que a comunidade queria e inicialmente nos colocou dentro da APA das Ilhas. Como dentro da APA da Baleia Franca a gente conseguiu exterminar com esta concepção da APA das Ilhas, nós deixamos claro que não queríamos, nos colocaram dentro da APA do Entorno Costeiro, e não dentro daquilo que queríamos, porque nos enquadraram dentro de um tipo de unidade de conservação que permite ter hotéis, pousadas, mansões. Então é óbvio que se tem esse movimento que não fez o que a comunidade queria, digamos assim, um movimento privado que tenta empurrar a goela abaixo da comunidade aquilo que a comunidade não quer e tem consciência de que não é o melhor. Então em função dessa circunstância histórica pra nós fica muito claro que estão de olho em Naufragados. Porque o movimento que tem na Ilha de Santa Catarina, que onde está Florianópolis, é de urbanizar tudo, na verdade eles querem fazer várias Praias Bravas, eles querem estradas, eles querem energia elétrica, eles querem provocar uma infecção cultural, querem acabar com aquele pessoal lá. É um processo de colonização, vem aqui mata tudo que é índio e ficamos com as riquezas deles. Então é óbvio que tem. [...] **vejo esses especuladores imobiliários como novos colonizadores.** (Reis, D., entrevista, 2010, grifo nosso).

Os moradores vêem esses empresários como especuladores imobiliários, que só visam o lucro, como destruidores, que não irão manter o local preservado, conforme visto na declaração:

Eu vejo essas pessoas simplesmente, especuladores imobiliários. Só, vê o seu lado. Só, seu lado financeiro, mais nada. Não vê o lado do meio ambiente. Não vê o lado da comunidade.

Não qué sabe. Ele passa por cima de tudo. Tanto é, que pra ele faze, ele vai te que ter trator. E quando ele bota um trator, ele vai passar por cima de todo mundo. Gananciosos, mais nada, só vejo assim. (Claudio, entrevista, 2010).

#### 4.1.4 A Paisagem e a Comunidade

A paisagem, para os moradores está relacionada principalmente a mata, aos pássaros, ao mar e ao costão. Claudio resumiu como sendo “um cartão postal da natureza”, já Carolina, como “natureza, paz, descanso”. A paisagem é considerada bonita, agradável, enfim, algo que transmite coisas boas.

Baseado nas respostas entende-se que essa paisagem é importante para as pessoas permanecerem em Naufragados, para a pesca, para atrair visitantes, para deixar como herança de pai para filho.

Para Deo, a paisagem é fator essencial para residir no local, pois ele não conseguiria viver no meio urbano.

Tu imagina tu chega no Naufragados, tu olha pro morro, tá assim tudo verde, macaquinho, tucano , saracura, no meio daquela mata. Dá uma energia bonita pra gente. Dá.. Dá uma força grande. Dá um prazer, uma tesão pra gene ficar aqui, não dá? Essa paisagem é muito grande, muito importante, muito especial. Se não eu não moraria aqui. Eu não moraria. [...] Se não tivesse essa paisagem, se fosse roça como antigamente, eu não moraria aqui nesse lugar. Eu gosto de olhar pro meio do mato. Além dos animais, vê essa paisagem, vê essa vegetação. Eu amo o mato. Eu amo a paisagem. Eu amo esse visual, essa natureza. Eu amo. Eu preciso disso aqui. Eu preciso. Eu sou isso. (Deo, entrevista. 2010).

Segundo Espírito Santo a palavra paisagem é nova no vocabulário dos naufragadenses

A palavra paisagem ainda não faz parte do vocabulário dos naufragadenses. Há pouco tempo se ouve este pronunciado, por isso vago é seu uso no linguajar local. Também assim não se tem uma

tradução ou um sentimento específico onde se possa significar tecnicamente a paisagem. Mas, na tentativa de usar olhos, ouvidos, enfim os sentidos, tentarei contribuir dizendo bem rapidamente primeiro o que para mim, paisagem não é: não é um lugar, nem conjunto de objetos onde as minhas visitas alcançam e vêem coisas. E agora posso dizer o que para mim, paisagem pode ser: o mato e os bichos; o céu, as estrelas, o sol e a lua; as construções e as ruínas; as redes, as canoas e os peixes, as festas, os povoados e o linguajar;; os canhões e o farol, enfim tudo o que contempla efetivamente a vida onde se pautam imperativos que não negam, mais afirmam a condição humana. (Espírito Santo, entrevista, 2010).

Depois que Naufragados foi anexado ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, para alguns moradores a situação mudou para pior, só houve incômodo, pois transformou-se em parque e ficou sem assistência, foi abandonado e a partir de então surgiram conflitos entre moradores e órgãos públicos. Entretanto, se não existisse esse conflito, que por vez uniu os moradores, talvez a especulação imobiliária já tivesse tomado conta do local. Entretanto teve como lado positivo a conscientização dos moradores da importância de preservar e de não derrubar árvores.

Para alguns moradores a paisagem de antigamente, a de “roça”, era desmatada causando sensações desagradáveis, porém para outros essa imagem provoca saudade, visto que a concepção da paisagem depende de cada indivíduo, o que para um é belo para outro pode ser feio.

A paisagem sempre foi muito bonita. As pessoas plantavam. Sinto saudade daquela época, daquela paisagem. Hoje é preservado, o que precisa é as pessoas terem mais condições de continuarem contribuindo nessa preservação. Tinha que ter coleta de lixo. No futuro quero que continue do mesmo jeito. Que permaneça assim. (Adenides, entrevista, 2010).

Hoje eu vejo a paisagem de Naufragados, uma paisagem quase perfeita. Ainda não posso dizer que ta perfeita, porque ainda tem alguns pontos

ainda degradados, que eu acredito que no futuro vai haver solução. Eu gostaria ver o exemplo da Mata Atlântica para gente poder manter essa biodiversidade que tem aí. Ver ela cada vez mais bonita, mais preservada. (Claudio, entrevista, 2010).



Figura 22. Paisagem da Praia dos Naufragados  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Quanto à paisagem atual, é considerada ideal pelos moradores e esperam que continue assim por vários motivos, conforme relatos: “Hoje a mata está mais fechada. Teve uma época que muitos começaram a vir morar aqui. Houve uma invasão nos anos 80” (João, abr. 2010). “A paisagem tinha mais casas, mais lixo, mais derrubadas da mata. Agora estão preservando e conscientizados do problema. No futuro espero que continue assim.” (Carolina, abr. 2010)

Hoje em dia tá muito mais preservado que antigamente, tinha aquele bando de Zé Mané que derrubavam árvores de trezentos anos. Se depende de mim, que toda vegetação, que toda preservação ambiental continua que nem hoje. Porque hoje vai na casa do meu vizinho é só mato, vai na minha

casa é coqueiro em cima da casa. Antigamente, oh se vissem um pé de bananeira no lado da casa eles cortavam. Atrai muito bicho. Eu moro no meio do mato pra vê bicho. E no futuro quero vê mais bicho, porque gente que diminua. (Deo, entrevista, 2010).

A paisagem cumplicidade interativa entre um nativo e a vida, sempre foi todo, é o todo e continuará sendo o todo de amanhã. Mas este não é ausência de mudança que, sabemos, pois, pela ação das forças naturais ou pela ação do homem, estes ambientes mudam. Assim posso dizer que tais ambientes sofreram transformações. Algumas para melhor outras nem tanto. Como parte negativa do episódio desconcertante posso citar as seis casas de faroleiros, hoje em ruínas. Mas as ruínas histórica e vida, reflete neste momento atual um estado positivo da comunidade. E para finalizar espero e luto para que no futuro as casas estejam na memória como se nunca tivessem sido derrubadas e lá permanecessem inteiras e as ruínas materializadas como no estado atual. Faço desse exemplo extensão para os demais casos, reservada as de vidas peculiaridades. (Espírito Santo, entrevista, 2010).

Apenas um morador declarou que o tempo passado era melhor. “Antes, quando tinha mais casas era melhor, agora estamos mais isolados, porém satisfeitos... no futuro esperamos permanecer como está cuidando da natureza” (Domenico, mar. 2010).

Foi constatado que houve transformações nas construções históricas, tanto pelas entrevistas quanto pelas visitas exploratórias, principalmente nas edificações sob controle do governo, devido ao abandono e a falta de manutenção, que deixaram espaço para ocorrerem saques, pichações, demolições, além do desgaste do próprio tempo, com a chuva, o sol, o vento a maresia. Conforme relatos

Sim houve transformações. As pessoas que levavam tijolos como lembrança ou uso. As casas da marinha tornaram-se perigosas, pois devido aos saques e o exército teve que derrubar as paredes



para evitar que desabassem. Agora os escombros servem para juntar cobras.

No Farol, como não foi conservado, o material oxidou e ficou um perigo para as pessoas que vão até lá. (Carolina, entrevista, 2010).

Sofreu. No farol... as casas dos faroleiros foram derrubadas. Os turistas começaram a demolir e o exército demoliu o resto. Agora o Farol está fechado. Abandonado. (Domenico, entrevista, 2010).

Sim houve. As casas que pertencem a Marinha foram destruídas. Demolidas pela própria Marinha. Era lindo, puro pasto, as casas de quatro águas<sup>64</sup>, banheiro esmaltado de granito, azulejos em quadradinhos pequenos, o encanamento era de chumbo. Ficaram desocupadas e o pessoal vinha de fora e ocupava, pescadores, barraqueiros. Foram pichadas, saqueadas. E a Marinha demoliu as paredes porque estavam perigosas. (João, entrevista, 2010).

Com certeza. Os órgãos públicos tem muito a ver sim. E sofreu, sofreu. No farol tinha seis casas, com caixa d'água, piso persa. Piso que hoje você não compra, que não tem grana pra compra Por que o Exército e a Marinha abandonou tudo? O Exército veio lá dinamitou tudo, implodiu tudo. E ta lá uma maior vergonha. (Deo, entrevista, 2010).

[...] Posso dizer que sofreu sim, e possivelmente resultado de apropriação indevida daqueles que desavisadamente ou não; intencionalmente ou não interferiram nas modificações. Para não perder o foco

---

<sup>64</sup> Casa de quatro águas, significa telhado em quatro compartimentos à partir de um cume único, ou seja, forma piramidal de cobertura com cumeeira curta.

cito as seis casas da vila do farol que pela falta de devido zelo, suas estruturas fragilizaram, que ao invés de serem restauradas foram demolidas pelo poder público militar. (Espírito Santo, entrevista, 2010).

A Casa Grande está desgastada pelo tempo, embora seja cuidada, esta impedida de ser reformada enquanto dura o processo judicial. A Capela por ser uma edificação mais recente, é mais preservada, todavia, também apresenta problemas devido à falta de uma manutenção constante, como parede externa com reboco aparente, a fachada frontal apresenta problemas de umidade, em parte pela causa da ausência de um numero considerável de telhas no beiral da edificação.

A transformação no meio ambiente também pode ser constatada. Sendo a conscientização das pessoas sobre a importância da preservação, a principal contribuição para essa mudança positiva. Conforme depoimentos. “Acho que foi transformado. Quem contribuiu foram os moradores [anos 80], porém agora estão preservando”. (Carolina, abr. 2010). “Sim, foi transformado para melhor. Houve transformação para melhor. Tinha caçadas predatórias. Agora tem tucanos, cutia, aracuã, gralha, sabiá. (João, entrevista, 2010).

A maior parte foi turista. Frequentadores daqui que não tem consciência de preservação. Infelizmente é verdade. Hoje está trezentos por cento melhor que antigamente. Quando vim morar aqui as pessoas derrubavam tudo. Hoje não. Eu não planto o que plantava. Não planto. Trabalho em outras áreas. (Deo, entrevista, 2010).

Sofreu transformações, mas para melhor por causa dessa comunidade que está lá dentro. Porque se tira essa comunidade, eu acredito que a transformação vai ser maior mas, pro lado contrário, com certeza. Não só a especulação imobiliária, como vai existir aqueles degradadores do meio ambiente com a gente vê por aí, como a gente tem um exemplo na Lagoinha do Leste, que vai só marginal, que ninguém vai lá visita, que o lixo que tá acumulado, que não tem coragem de tira, ninguém tira mesmo pela distância que é. Eu

acredito que Naufragados se tornaria igual se tira essa comunidade que tem aqui dentro. (Claudio, entrevista, 2010).

Os materiais das casas demolidas, desde 1999, continuam no local, não foram removidos. Um fator que chama muito a atenção é que as casas simplesmente são derrubadas, e ali permanecem móveis, restos de concreto armado, telhas, pisos, louças de banheiro, que se transformam em objetos perigosos, tornando-se criadouros de mosquitos e abrigo de cobras. Além disto, estes entulhos destoam do entorno, uma vez que a maioria é circundada por vegetação e dificulta a regeneração da vegetação no local, em determinadas situações.



Figura 23. Restos das demolições

Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Não há infraestrutura para camping no local. Os barraqueiros geralmente se alojam nos lugares onde estão as demolições por haver instalação de água potável, por utilizarem restos das construções como “base” para colocar fogo, e por serem clareiras na vegetação. Nestes espaços, acumulam-se, além dos restos de construção, de fogueiras e muito lixo, pois, os visitantes dificilmente levam embora os resíduos

que produzem, ficando no local, muitas garrafas de vidro ou pet, sacos plásticos, embalagens, dentre outras coisas.



Figura 24. Lixo  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Conforme os moradores entrevistados a falta de educação dos visitantes, além do abandono por parte de órgãos fiscalizadores do Estado tem ocasionando a destruição do patrimônio ambiental e cultural com saques, pichações e abandono de lixo por parte de alguns visitantes.



Figura 25. Resíduos na natureza

Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

#### 4.2 ENTREVISTAS COM OS VISITANTES

Embora não era o foco da pesquisa foram realizadas algumas entrevistas com visitantes para complementar os estudos.

Na Praia dos Naufragados, até o momento o que acontece é uma visitação desordenada e sem controle. Os visitantes, na grande maioria, não pernoitam devido a não haver infraestrutura adequada e por muitos serem moradores da região do município de Florianópolis. O público que frequenta o local é diversificado, desde famílias, grupos de trilheiros, que podem ser enquadrados dentro da classificação dos turistas alternativos, até fugitivos. Ou seja, de famílias a marginais. Conforme depoimento de Dennis dos Reis

A maior parte dos visitantes eram de estrangeiros e de outras partes do Brasil. Devido ao abandono pelo tal Poder Público e ainda os processos judiciais em vez de parcerias com as comunidades, a área passou a ser frequentada por

bandidos que se escondem por lá. A parte não parceira do Poder Público sabe e sabia disto e usava e usa isto tentando criminalizar a comunidade. Hoje em dia a falta de ética chegou inclusive a muitas destas instituições que, muitas vezes se utiliza dos piores métodos da ditadura e do fascismo. Aplicam Maquiável "os fins justificam os meios". Que pena, né? O bem usando os métodos do mal. Será tão pouca assim a diferença entre o bem e o mal? (REIS, D., 2009).<sup>65</sup>

Os que pernoitam se hospedam em barracas, dormindo em colchões, e deixam como recordação lixo e pichações nas poucas edificações que restaram.

Por mais de trinta anos o local foi cuidado e mantido limpo pelos moradores, que atuavam recolhendo os resíduos sólidos deixados pelos visitantes, assim como orientando e fiscalizando para que não cortassem árvores, não caçassem, e não alterassem a Oficina Lítica<sup>66</sup>.

A evidência empírica e os depoimentos dos moradores mostram uma paisagem cultural ameaçada, e um patrimônio que se deteriora. Para alguns estudiosos, isto pode ser “efeito do turismo”, para outros, não exatamente.

Visto que, de acordo com Barretto (2006) para haver turismo é necessário haver infraestrutura<sup>67</sup>, equipamentos, serviços que constituem a oferta, e turistas, que constituem a demanda, e uma superestrutura jurídico administrativa a regular as relações entre os mesmos, o que acontece na Praia dos Naufragados não pode ser chamado de turismo<sup>68</sup>.

A população local tem o interesse em organizar o turismo profissionalmente. Desta forma pensam que o patrimônio que está se perdendo poderia ser revitalizado com o dinheiro arrecadado por turismo, gerando um círculo virtuoso de exploração turística em benefício da preservação do patrimônio local e, ao mesmo tempo, que os turistas poderiam se beneficiar de um tipo de turismo educativo, cultural e patrimonial que poderia enriquecer a visita à praia com finalidade recreativa.

<sup>65</sup> Comunicação pessoal por Dennis dos Reis.

<sup>66</sup> O registro deste trabalho consta nas Atas da AMOPRAN.

<sup>67</sup> Conforme Barretto (2006) a “infraestrutura turística” é composta pela soma de: infraestrutura de acesso, infraestrutura básica urbana, equipamentos turísticos e equipamentos de apoio.

<sup>68</sup> De acordo com Barretto (2006), todo turista é um visitante, já os visitantes não são sempre turistas.

A grande maioria dos visitantes entrevistados eram pessoas que estavam pela primeira vez no local. Declararam que desconheciam o patrimônio histórico, vieram atraídos pela praia, não tinham conhecimento quanto ao nome do Parque ao qual a Praia dos Naufragados pertencia. Os que procuram conhecer o Farol dos Naufragados, o Forte Marechal Moura, são os que geralmente vêm em grupo (escolas, amigos, trilheiros), que já chegam ao lugar informados sobre a existência dos mesmos. Os que conhecem o local, consideram que as próprias pessoas que visitam o local são as que o danificam, além das ações do tempo aliadas ao abandono do governo. Pensam que o patrimônio histórico deveriam ser restaurado e mantido; houve até a sugestão de cobrar ingressos.

O público visitante entrevistado é completamente alheio à situação do conflito existente entre o MP e a comunidade. Por isso, não entendem, porque não há lixeiras, placas com informações e infraestrutura adequada para receber-los.

Os que pernoitam nas barracas são jovens, sendo que o fluxo aumenta no final de semana, feriados e período de verão. Normalmente, no caminho, depara-se com grupos carregados com pranchas, caixa de isopor, bebidas e mochilas.

A beleza da paisagem é o que mais atrai os visitantes entrevistados à Praia dos Naufragados, seguido pelo contato com a natureza, pela tranquilidade, por ser uma praia mais reservada, isolada, sossegada. Também por unir caminho (chamada de trilha, pelos visitantes) e praia, o que seduz muitos trilheiros o local.

Para os visitantes entrevistados, a paisagem “é natureza”, “é mata”, “é praia”, “é mar” “é o que se vê”, “é tudo o que está na minha frente”, “é o que os meus olhos vêem”, “é todo o ambiente que está na minha volta”, “é uma imagem”, “é um retrato”, “é a vista”, “é o que se pode contemplar”, “é algo que remete a beleza.”

Consideram a paisagem da Praia de Naufragados importante porque segundo eles: é um atrativo turístico, é o que atrai as pessoas, é cem por cento o local, é o que torna o lugar único. Todos entendem que essa paisagem deve ser preservada. Entre as respostas do que fariam para preservar esta paisagem, responderam: não deixar lixo, não desmatar.

O que mais gostam na Praia dos Naufragados é a paisagem, a natureza, a tranquilidade, do mar, enfim gostam de tudo que pode ser visto. Foi difícil responderem o que não gostam no local, sendo elencado a falta de lixeiras, de placas sinalizadoras e os mosquitos.

Quanto à questão de grandes empreendimentos se instalarem no local, unanimemente são desfavoráveis, pois entendem que seria “péssimo, horrível, um absurdo, uma agressão a natureza, iria poluir”. E as pessoas que visitam atualmente deixariam de frequentar, pois imaginam que seria aberta uma via de acesso, o que ocasionaria o aumento no fluxo de visitantes e se tornaria uma Praia Brava<sup>69</sup>.

Durante os dias em que foi realizada a pesquisa de campo, observou-se que o público visitante, na sua maioria, era de nível superior incompleto ou completo e pós-graduandos. Muitos estrangeiros (sul-americanos, europeus) realizavam o passeio em grupo, deslocam-se de carro até o estacionamento no Bairro vizinho da Caieira da Barra do Sul ou de ônibus, e faziam o percurso até a Praia dos Naufragados pelo caminho. Os que vão de barco geralmente estão carregados, ou com crianças ou simplesmente não gostam de caminhar. Se tiver mais de quatro pessoas para ir de barco o ingresso é fica R\$ 10,00 por pessoa.

---

<sup>69</sup> Ver nota número 7.





Figura 26. Visitantes  
Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem é ao mesmo tempo natural, cultural e socialmente construída, decorrente da interação entre fatores naturais e humanos. Não é um produto final de uma cultura, mas um processo em constante evolução.

Seu significado é subjetivo, uma vez que assume percepções diversas conforme o enfoque e está sujeita à visão ou sentimento de cada indivíduo, gerando sensações de atração, repulsão ou curiosidade. Está sujeita a diferentes valores, que podem conferir-lhe interesse patrimonial. A paisagem da Praia dos Naufragados é o que atrai e encanta os visitantes, assim como é primordial para a comunidade. Nisto, ambos coincidem.

Pode-se perceber que a comunidade sente-se acuada com a presença de pessoas desconhecidas, ficam com receio pela ameaça da especulação imobiliária, com a possibilidade instalações de grandes empreendimentos, e também por causa dos processos judiciais do Ministério Público, pois estão em andamento há anos sem soluções, sendo que já sofreram muito com as ameaças de demolição das suas casas e de serem retirados do local.

O patrimônio natural vem sendo alterado pelo homem desde o início da colonização, com as práticas agrícolas e a exploração da madeira. Até meados do século XX, havia o cultivo de mandioca e milho, atividade agrícola de subsistência, em uma parte considerável do território, formando clareiras no meio da Mata Atlântica. O cultivo cessou e a mata regenerou-se, constituindo uma vegetação primária e secundária. A degradação ambiental provocada pela ocupação humana foi revertida em grande impacto ambiental positivo. Esta significativa recomposição da vegetação acompanhamento pode ser visto no levantamento aerofotogramétrico (anexo C).

Em 1977 as terras de Naufragados, foram anexadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O Parque como unidade de conservação e de responsabilidade de seus gestores ficou em total estado de abandono, tanto que neste período muitos bens que podem ser considerados patrimônio histórico desapareceram. A rica herança só não desapareceu na íntegra, graças à comunidade, que por necessidades diversas se organiza através de uma associação de moradores e luta em favor dos direitos coletivos.

Em 1999, após a ameaça de retirada e remoção forçada pelo poder público, as demolições das 19 casas, em setembro, alguns moradores foram embora, ou bem por sentirem-se acuados ou

descompromissados com a comunidade, e os que ficaram (aproximadamente 33 famílias), engajaram-se pela luta de seus direitos.

Se, no início da ocupação havia o impacto antrópico da população local sobre a natureza, a partir do momento em que chega, o Estado acrescenta uma relação de conflito ambiental.

Analisando-se o conjunto das entrevistas e observações é possível perceber uma gradual conscientização dos moradores, quanto à necessidade de mudar de hábitos econômicos e culturais, em prol da sobrevivência da comunidade, mesmo possuindo necessidades sócio-econômicas, ideologias e ou convicções próprias.

Os moradores, desde 2003, vislumbram a solução para o conflito socioambiental em Naufragados, a implantação da Unidade de Conservação Monumento Natural, que consente preservação integral sem precisar eliminar moradias e moradores. O fato de ser integral protege a natureza em toda a sua extensão, respeitando largamente o apelo de ordem ambiental, e seu viés antropológico social inclui o homem tradicional, inserindo e respeitando os valores de ordem ética cultural.

Este modelo seria a solução para evitar especulação imobiliária, possibilidade aberta com a APA do Entorno costeiro. O fato de continuar como APA pode tornar real o temor dos moradores de que os pescadores sejam expulsos, de que haja aumento de construções e de infra-estrutura de estradas de acesso, aumento de pessoas no local, além de outros aspectos como se observa em outras praias na Ilha de Santa Catarina. O aumento do número de edificações, ou de grandes empreendimentos, somente irá gerar prejuízos a paisagem, principalmente por se tratar de um ecossistema sensível até então preservado, já recuperado de outras décadas em que houve exploração do local.

Devido a que a beleza da paisagem local é fator de atração de visitantes e turistas, brasileiros e estrangeiros, parece inevitável não trabalhar futuramente com o turismo de forma profissional, sob pena de que o turismo se desenvolva de forma desordenada ocasionando ou agravando problemas ambientais. Pelos dados obtidos nesta pesquisa, entende-se que, atualmente o fato de proibirem o uso legal da Praia dos Naufragados leva a um uso ilegal que leva ao deterioro.

Um exemplo de turismo que pode ser aplicado na Praia dos Naufragados seria o turismo comunitário<sup>70</sup>, turismo socialmente

---

<sup>70</sup> Turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro

responsável, que prioriza a conservação do meio ambiente e a cultura do local, que está sendo desenvolvida na comunidade da Prainha do Canto Verde, pioneiro neste processo de organização comunitária.

A Prainha do Canto Verde está localizada no município de Beberibe/CE, cercada por praias destinos turísticos do litoral cearense que seguem a política do turismo de massivo, de empreendimentos. Formada por uma comunidade pesqueira de jangadeiros (colônia de pescadores), que desenvolve um projeto turístico resultante da organização comunitária contra a especulação imobiliária. Considerado como solução local contra a crise da pesca; a expulsão dos nativos; a falta da participação dos moradores na tomada de decisão, o turismo de massa e o turismo de empreendimentos.

A comunidade desenvolve o projeto “Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde”, que garante a posse da terra, a gestão dos empreendimentos somente pelos nativos, e o turismo como agregador de valor na pesca. Este projeto realizado de forma organizada e participativa tem sido referência de turismo comunitário no Ceará. Inclusive recebeu premiações e indicações de reconhecimento internacional, o que despertou o interesse de estudiosos e turistas culturais.

No que diz respeito à relação entre moradores, não moradores e o Estado, pode-se constatar que os moradores possuem uma boa relação com os visitantes, embora em alguns momentos surjam conflitos entre eles, geralmente com os “barraqueiros”, que deixam suas marcas no local. Já em relação aos investidores ocorre um temor, por parte dos moradores, de que possa vir a se instalar no local grandes empreendimentos, fato que prejudicaria as características peculiares do local, com relação à paisagem e ao meio ambiente. E, quanto aos pescadores sazonais ocorre uma relação de parceria e de ajuda mútua durante a pesca da tainha, reforçando os laços de cooperação. Em relação aos barqueiros da Caieira da Barra do Sul observou-se que os moradores são dependentes da infraestrutura que é disponibilizada pela comunidade vizinha, tanto para o transporte até a Praia dos Naufragados quanto para armazenar os barcos. Constatou-se também que a relação dos moradores com o Ministério Público é de conflito, devido a ocorrência de processos judiciais que tramitam na justiça a anos, gerando muita insegurança para a comunidade que se sente acuada.

---

ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; levar todos se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo. (CORIOLANO, 2003, p.41).

Quanto à transição de APA para a categoria de Monumento Natural, apenas a 4ª Promotoria de Palhoça é contra. A prefeitura de Florianópolis, a Câmara de Vereadores, Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) apóiam a idéia do monumento natural com moções de apoio. Moção de apoio também dada pela APA da Baleia Franca e seu Conselho Gestor (CONAPA), que é composto de 42 entidades representativas do governo, ONGs ambientalistas e usuários.

Outro fato relevante é que neste caso de Naufragados, tomando em conta a questão de poder e prestígio, pode ocorrer uma inversão de relações entre estabelecidos e *outsiders*, caso a comunidade venha ser atingida pela especulação imobiliária. Visto que, *outsiders* são os de fora, os que chegam por último no lugar, os moradores mais antigos, seriam os estabelecidos e os empresários investidores, os moradores novos, os *outsiders*. Porém os empresários que vierem a se instalar em Naufragados, apesar de serem os *outsiders* no sentido de forasteiros, seriam os detentores do poder e do prestígio.

Na questão da especulação imobiliária há uma substituição, uma troca de culturas, sai a nativa e entra a urbana. Primeiro se criminaliza, se limpa a área, e depois aparece alguém com escrituras, pois a legislação é falha, e se constrói pro bem da civilização.

Nas entrevistas e nas visitas de campo ouviram-se comentários sobre empresários com interesse no local, entretanto, não se citaram nomes. Há um receio que isto aconteça, uma vez que Praia dos Naufragados encontra-se em um momento frágil, já que faz parte da APA do Entorno Costeiro, que abre a possibilidade de grandes empreendimentos instalarem-se no local.

Teme-se a possibilidade de alguém oferecer certa quantia a algum morador, e que este, por sua vez, necessitando ou impressionado com o valor, caia na tentação de vender, correndo o risco de ir morar nas zonas periféricas, como o acontecido no norte da ilha.

Por esse motivo a comunidade e a AMOPRAN buscam a desanexação da APA do Entorno Costeiro e do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro para a criação da Unidade de Conservação Estadual Monumento Natural Praia dos Naufragados de Proteção Integral, que permite no seu interior a permanência da comunidade homônima, mas impede a especulação imobiliária chegue ao local. Respondendo a terceira hipótese deste trabalho, constatou-se que o Estado em sua morosidade quanto à transição no processo de APA para Monumento

Natural, tende a favorecer os empresários investidores em detrimento dos moradores.

Após análise de todas as informações obtidas, verifica-se que há pontos em comum na percepção da paisagem por parte da comunidade e por parte de seus visitantes; ambos a percebem como: a natureza, a mata, o mar, os pássaros, os costões. A paisagem atual é considerada ideal pelos moradores e esperam que continue assim, ou melhor, no futuro.

Observou-se que a reação dos visitantes quanto a preservação do local, muda de acordo com os interesses e principalmente com a idade dos indivíduos. Geralmente os barraqueiros, os que acampam no local, não demonstram consciência ou preocupação em preservar o meio ambiente, apenas desfrutam do que lhes convêm, deixando como recordação seu lixo. A maioria dos visitantes buscam o local unicamente para descansar e relaxar, ou seja, sol e praia, e desconhecem a paisagem cultural.

Espera-se que este trabalho possa de alguma forma contribuir com as reflexões sobre o abandono do patrimônio construído, sobre as transformações da paisagem e sobre os agentes que contribuíram para isso, principalmente após a anexação ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Lembrando-se que transformação não significa devastação. É impossível o processo civilizatório sem transformações, mas as mesmas não precisam ser devastadoras. Espera-se também que divulgue o processo que envolve a comunidade que reside no seu interior e que motive à ajudá-la nas suas propostas.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, Schirley F. N. S. C. Paisagem e ecoturismo. In FONTES, Marcos A. L.; VITORINO, Maria Rachel. **Ecoturismo e interpretações**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003. p. 49-69.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007. 176 p.

\_\_\_\_\_. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2006. 160 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Tradução de Olga Cruz. **Caderno de Ciências da Terra**. Instituto de Geografia da USP, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1972.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5p de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2009.

BENÉVOLO, Leonardo. **Introdução a arquitetura**. Tradução: Daniela Santacatarine. São Paulo: Mestre Jou, 1972. 273 p.

BOITEUX, Henrique. Santa Catarina no exército. 1v. , Rio de Janeiro: Ed. Bedeschi, 1942.

BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina**: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP: São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Paisagístico da Ilha de Santa Catarina: remanescentes dos campos comunais como elementos fundamentais do mosaico paisagístico insular. In: O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM FLORIANÓPOLIS, 2009, Florianópolis, **Oficina temática...** Florianópolis: QUAPÁ SEL e PósARQ/UFSC, 2009.

CAMPOS, Édson Telê. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis:** uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais. Florianópolis, 2004. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

\_\_\_\_\_. **A expansão imobiliária e seus impactos ambientais em Florianópolis.** Florianópolis: Insular, 2004. 232p.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed.; Ed. da UFSC, 1991. 162p.

CARNEIRO, Glauco. **Florianópolis:** roteiro da ilha encantada. São Paulo: MASP, 1987. 303p.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais.** 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 158p.

CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. Políticas de patrimônio: entre a exclusão e o direito à cidadania. In: CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de et al (org.). **Ecoss e imagens do patrimônio imaterial:** inventário nacional de referências culturais do Sertão de Valongo. Florianópolis: IPHAN, 2008. p. 39-56.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA - CECCA UMA CIDADE Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Insular, 1997. 247p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1999. 453 p.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 92-123.

CRUZ, Olga. **A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo:** um estudo de geomorfologia costeira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 276 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: Yázigi, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119.



DECRETO Nº 3.159, DE 24 DE MARÇO DE 2010: Regula e define diretrizes para a implantação da área de proteção ambiental do entorno costeiro. **Diário Oficial Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, p. 8-11, 24 mar. 2010.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenção em jardins históricos**: manual. Brasília: IPHAN, 2005. 151 p.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed São Paulo: Futura, 2000. 286p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.

FANTIN, Marcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Futura, 2000. 284p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6. ed. ver. atual. Curitiba: Positivo, 2005. 895 p.

FERREIRA, Francisco Antonio Carneiro. **Turismo e desenvolvimento urbano**: avaliação do impacto socio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina: estudo de caso do projeto Jurerê Internacional. 1992. 178f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Ciências Humanas.

FIGUEIREDO, Sílvia Lima; MANHI, Carlos Alberto. Análise comparativa de paisagem em turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, Dóris; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento turístico**. Baueri: Manole, 2006. p. 154-174.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 256 p.

FORMAN, Richard, T. T & GODRON, Michel. **Landscape ecology**. New York: John Willey & Sons, 1986. 619 p.

FORTKAMP, Cristiane. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST)**: história e conflito sócio-ambiental (1975-2007). Florianópolis, 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História.

FORTE Marechal Moura de Naufragados. Fortificações. **Fortalezas Org.** Disponível em:

<[http://www.fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=23](http://www.fortalezasmultimidia.com.br/fortalezas/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=23)>. Acesso em: 05 abr. 2010.

FORUM DA AGENDA 21 LOCAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS 2000. **Agenda 21 Local do Município de Florianópolis: meio ambiente quem faz é a gente** : versão preliminar. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000. 188p.

GODOY, Clayton Perón Franco de; RABELO, Marcos Monteiro. O inventário nacional de referências culturais como instrumento de preservação do patrimônio cultural. In: CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de et al. **Ecoss e imagens do patrimônio imaterial: inventário nacional de referências culturais do Sertão de Valongo**. Florianópolis: IPHAN, 2008. p. 21-38.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989. p. 244.

HÜBNER, Laura Machado. História econômica e financeira. In: MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991 p. 183-191.

IMÓVEIS derrubados no sul da ilha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1 jul. 2009. Caderno geral, p. 23.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>>. Acesso em: 4 jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (CENSO IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2007, 2009). **Município de Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário**. 1983. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1996. 273p.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a terra, o homem, a economia**. Florianópolis: UFSC, 1968. 378p.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina, dimensões e perspectivas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LINS, Hoyedo Nunes. **A sócio-economia do turismo**: Investigações sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações. Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 1991. 216p.

LUCA, Virgínia Gomes de. **O Patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC: Florianópolis, 2007.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célio; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes (org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 105-130.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, urbanização e litoral**. Do éden a cidade. Tese de Livre-Docência. Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP: São Paulo, 1993.

MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. **A arquitetura paisagista: morfologia e complexidade**. Lisboa: Estampa, 2001. 525 p.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. **Revista Espaço** (INES), Rio de Janeiro, v. sem., n. 16, p. 53-58, 2001.

MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina: (1889-1900)**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1982. 127p.

\_\_\_\_\_. A organização política-administrativa de Florianópolis na Capitania, na Província e na República. In: MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991. p. 127-142.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 662p.

MORETTO NETO, Luís. **A atividade turística e o desenvolvimento sustentado**. Estudo de caso: o Balneário de Ingleses e o projeto Costa Norte-Ilha de Santa Catarina, no período de 1960-1990. 1993. 2 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. **A competitividade de destinos turísticos aplicada aos espaços insulares de Gran Canaria/Espanha e Florianópolis/Brasil**: estudo de multi-casos. Tese de Doutorado, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC: Florianópolis, 2005.

MOSIMANN, João Carlos. **Porto dos Patos: 1502-1582 - a fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos**. Florianópolis: Ed. do Autor: Fundação Franklin Cascaes, 2002. 216 p.

NUNES, Carolina. P.; SANTIAGO, Alina. G.; REBOLLO SQUERA, Jorge. H. Turismo, espaço e paisagem: leituras do ambiente urbano. In: **Anais 7º Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**, Florianópolis, 2006. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Maria Conceição de. **Representações sociais do turismo na Praia do Campeche - Ilha de Santa Catarina**: por uma abordagem interdisciplinar. Florianópolis, SC, 2003. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis**: uma crítica a "indústria pos-moderna". Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 150p.

\_\_\_\_\_; CAON, Caroline Bruzamarcello. A invenção do turismo em Santa Catarina. Revista Espaço Acadêmico, n. 49, jun. 2005. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/049/49caon\\_ouriques\\_.htm](http://www.espacoacademico.com.br/049/49caon_ouriques_.htm). Acesso em: 14 nov. 2009.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. 192 p.

\_\_\_\_\_. Os primeiros povoadores. In: MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991. p. 27-34.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999. 190 p.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. **A classificação funcional das cidades e sua evolução**: aplicação do método das exigências mínimas, de Ullman e Dacey, ao estudo da evolução das funções urbanas e da classificação funcional das cidades do estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1974. 196 p.

PEREIRA, Nereu do Vale. **A modernização em Florianópolis**. Florianópolis: [s. n.], 1974. 148 f.

\_\_\_\_\_. **A singularidade da colonização açoriana no Brasil Meridional**. NEA. 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. O povoamento açoriano. In: MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991. p. 53-89.

PIRES, Paulo dos Santos. A paisagem litorânea como recurso turístico. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-177.

\_\_\_\_\_. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói (org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. 3. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003. 1. v. p. 229-255.

REIS, Alfredo dos. **Mediação transdisciplinar de conflitos ambientais em unidades de conservação**: estudo de caso na Praia dos Naufragados/Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC. Dissertação de Mestrado, Engenharia Ambiental da UFSC: Florianópolis, 2003.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro**: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina. Tese de Doutorado, Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Curso de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas USP: São Paulo, 2002.

REIS, Dennis dos. **Da efetividade da agenda 21 local do município de Florianópolis**: estudo de caso na comunidade da Praia de Naufragados/Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de Mestrado, Engenharia Ambiental da UFSC: Florianópolis, 2004.

RIAL, Carmen Silvia. **Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na lagoa da Conceição**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS: Porto Alegre, 1988.

ROCKENBACH, Pedro. Paisagem livre de construções. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 out. 2009. Caderno geral, p. 22.

ROSÁRIO, Lenir Alda do Rosário (coord.). **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003. 128p.

ROTMAN; Mônica Beatriz; CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 57-79.

SALGUEIRO; Valéria. Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, ago. 2002.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 14.661, de 26 de março de 2009. Reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Assembleia Legislativa, Florianópolis 2009.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do turismo: Analogia, encontros e relações**. Tradução de Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009. 230 p.

SANTIAGO, Alina G. **Environnement, tourisme et aménagement: l'impératif d'une conciliation**. L'Ile de Santa Catarina (Brésil). Tese de doutorado. Université de Paris I Panthéon - Sorbonne, Paris. 1995.

SANTOS, Cristina Silveira Ulyssea. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional**. 1993. 247f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 132p.

SANTOS SOLLA, Xosé Manuel. Paisage e identidade en la promoción de la imagen de los destinos turísticos. In: IVARS BAIDAL, Josep Antoni; VERA REBOLLO, José Fernando. **Espacios turísticos: mercantilización, paisaje e identidad**. Alicante: Universidad de Alicante, 2008. p. 195-206.

SAUER, Carl. O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-74.

SAUTER; Elise Truly; LEISEN, Birgit. La gestion de las partes interessadas: un modelo de planificación turística. In **Annals of Tourism Research en Español**, Palma de Mallorca: Laboratorio de Investigación y Documentación Turística /LABTUR, v. 1, n. 1, p. 101-119, jun. 1999.

SCHMEIL, Lilian. **Alquila-se uma ilha** turistas argentinos em Florianópolis /. Florianópolis, 1994. [190] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

SERRANO, Célia Maria Toledo. **A invenção do Itatiaia**. Dissertação de Mestrado, Sociologia da UNICAMP. Campinas, 1993.

SILVEIRA, Francisco Carlos da. **Praia dos Naufragados**: Estudo do Perfil dos ocupantes de uma área de preservação permanente em Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSC. 1992.

SILVA, Yolanda Flores e. Pobreza, violência e crime: conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETTO. Margarita. **Turismo e identidade cultural**: uma visão antropológica. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 175-193.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC. Lei Federal nº 9.885 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jul. 2000.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5.ed. São Paulo: Polis, 1987. 270p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. **Documentos da UNESCO**. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Unesco/texto/texto\\_9.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Unesco/texto/texto_9.html)>. Acesso em: 06 maio 2009.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996. 231 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de Visconde de Porto Seguro. **Historia geral do Brasil**: antes da sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, [19- ].

VARZEA, Virgílio. **A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. 240 p.

VAZ, Nelson Popini. **O centro historico de Florianopolis : espaço publico do ritual**. Florianopolis: FCC: Ed. da UFSC, 1991. 108p.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. Florianópolis: UFSC, 1993. 390p.

VIAJANDO NO TEMPO. Coluna Guia Floripa. **Guia Floripa**. Florianópolis, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br/colunaguiafloripa/antigos/2006/12.07.php3>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 80-103.

YASOSHIMA, José Roberto; OLIVEIRA, Nadjá da Silva. Antecedente das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, Mirian (org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 17-40.



Fonte: Jornal DC, 4 mar. 2009.

## ANEXO B - Matéria do Jornal DC de 1º julho de 2009

**Ambiente** Construções estavam em área de preservação**Imóveis derrubados no Sul da Ilha**

Duas casas foram demolidas ontem de manhã, na Praia de Naufragados, no Extremo Sul da Ilha de Santa Catarina, na Capital, depois que uma ordem judicial foi emitida pela comarca de Florianópolis, há mais de dois meses.

A demolição foi realizada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram), com a presença de representantes do Ministério Público Estadual, da Polícia Ambiental e de representantes da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma).

Segundo o promotor José Eduardo Cardoso, as moradias que estavam em locais de preservação ambiental, sem autorização de construção, prejudicavam a área de conservação natural.

O gerente de Unidades de Conservação e Estudos Ambientais da Fatma, Arno Gesser Filho, explicou que a situação estava irregular e que outras três casas estão sendo analisadas e também poderão ser demolidas. O



Famílias acompanharam a destruição das construções na Praia de Naufragados

capitão da Polícia Ambiental, Marledo Egídio Costa, afirmou que as moradias eram usadas apenas para veraneio e que os proprietários rece-

beram a ordem judicial. As famílias acompanharam a ação e receberam os objetos, retirados antes da demolição.

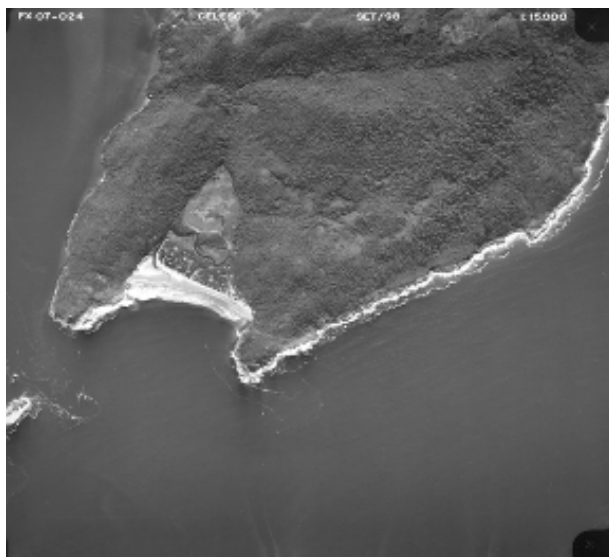
Fonte: DC, 2009.

**ANEXO C – Levantamentos Aerofotogramétricos (1957 – 2007)**

Levantamento Aerofotogramétrico, 1957  
Fonte: IPUF, 1957.



Levantamento Aerofotogramétrico 1977  
Fonte: IPUF, 1977.



Levantamento Aerofotogramétrico 1998  
Fonte: IPUF 1998.



Levantamento Aerofotogramétrico 2002  
Fonte: IPUF, 2002.



Ortofoto 2007  
Fonte: IPUF, 2007.

**ANEXO D – Mapeamento do Patrimônio Histórico**